



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

Órgão:	Prefeitura Municipal de Porto Franco – MA
Setor requisitante (Unidade/Setor/Depto):	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE PORTO FRANCO/MA
Responsável pela Demanda:	EDVAN DA SILVA OLIVEIRA
Matrícula do Responsável:	109915
E-mail:	semcult@portofranco.ma.gov.br
Telefone:	(99) 98142-1404

1. OBJETO:

Contratação do Show Artístico com a Banda denominada **"BANDA MAGNÍFICOS"** nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação da "Banda Magníficos" para o Réveillon 2026 e para as comemorações dos 106 anos de emancipação política do Município de Porto Franco/MA atende ao interesse público, por se tratar de evento tradicional que integra o calendário oficial do município, promovendo lazer gratuito, integração social e fortalecimento da identidade cultural da população. A atração musical contribui ainda para o desenvolvimento econômico local, estimulando o comércio, o turismo e a geração de empregos temporários.

A Banda Magníficos é um dos grupos de **forró eletrônico/romântico mais consagrados do país**, com origem em 1995, na cidade de Monteiro/PB, possuindo quase três décadas de carreira ininterrupta, diversos álbuns gravados, DVDs ao vivo e um repertório amplamente conhecido do público, com sucessos como "Me Usa", "Verdadeiro Amor", "Carta Branca", "O Encanto", entre outros. O grupo já superou milhões de cópias vendidas e recebeu diversos discos de ouro e de platina, consolidando-se como referência nacional no gênero forró

Do ponto de vista jurídico, a contratação da Banda Magníficos enquadra-se, em tese, na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de profissional do setor artístico consagrado pela opinião pública, cuja escolha se dá por critérios eminentemente subjetivos (estilo musical, apelo de público, identidade com a região), inviabilizando a competição objetiva entre potenciais artistas. Nessa hipótese, a contratação deve ser realizada diretamente com o artista ou



por meio de empresário exclusivo, com a devida comprovação documental da exclusividade e da consagração artística.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação da Banda Magníficos para o Réveillon 2026 e para as comemorações dos 106 anos de emancipação política de Porto Franco/MA é plenamente justificada sob os aspectos cultural, social, econômico e jurídico, atendendo ao interesse público e conferindo maior expressão, segurança e atratividade às festividades oficiais do Município.

3. DESCRIÇÕES E QUANTIDADES:

A execução do objeto da presente demanda consiste na realização de 01 (um) Show da "Banda Magníficos" no dia 31 de dezembro de 2025, em comemoração as festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA

4. OBSERVAÇÕES GERAIS:

4.1. Prazo de Entrega/ Execução: O início da execução dos serviços deverá ocorrer na data prevista na Ordem de Serviço.

4.2. Local e horário da Entrega/Execução: Dia 31 de dezembro de 2025, com previsão de 2:00 horas de apresentação, a se realizar na Praça da Família (antiga Praça do Côco) neste município.

4.3. Prazo para pagamento: o pagamento ocorrerá de forma parcelada, sendo 50% (cinquenta por cento) na assinatura do contrato e 50% (cinquenta por cento) até o dia da realização do evento.

5. INDICAÇÃO DO MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Indicado:

MARIA CLARA DE SOUSA MILHOMEM

Matrícula do Indicado:

947754

Porto Franco/MA, 04 de novembro de 2025.

EDIVAN DA SILVA OLIVEIRA
DIRETOR DE CULTURA E TURISMO - MATRÍCULA: 109915



Assunto: Requisição de instauração de procedimento de licitação, conforme Documento de Formalização de Demanda - DFD

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SEMCULT

Objeto: Contratação do Show Artístico com a Banda denominada "**BANDA MAGNÍFICOS**" nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA.

DESPACHO

A requisição encontra-se em bons termos, conforme se pode ver do Documento de Formalização de Demanda (DFD), o qual vem instruído com os atos de nomeação da autoridade requisitante.

O pleito refere-se ao início de procedimento de contratação da artista de renome regional, na conformidade da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual tem por objeto final a Contratação do Show Artístico com a Banda denominada "BANDA MAGNÍFICOS" nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA.

O quantitativo descrito no Documento de Formalização de Demanda (DFD) indicado pelo Diretor Municipal de Cultura e Turismo, Edvan da Silva Oliveira, contém dados objetivos, inclusive quantitativos bem parametrizados.

Entendo que a presente demanda está alinhada com as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Porto Franco - SEMCULT. Na arte, a escolha de um profissional é baseada em habilidades, estilo e reputação específica, que já são conhecidos previamente para análise e adoção das providências necessárias à abertura do processo de Contratação de Profissional do Setor Artístico.

Conforme preceitua o inciso I, do art. 17, da Lei nº 14.133/2021, o procedimento licitatório inicia-se numa fase preparatória e interna, na qual a Administração trata de planejar a futura licitação e o futuro contrato administrativo, definindo objeto, as melhores soluções para atender à necessidade, a estimativa do valor, e todas as condições, o que deve, ao final, ser retratado nos documentos essenciais, quais sejam, estudo técnico preliminar, termo de referência ou projeto básico e demais anexos pertinentes.

No caso, a autoridade requisitante instaurou o procedimento com Documento de Formalização de Demanda (DFD), com clareza e objetividade, acompanhado dos atos de nomeação da autoridade requisitante.



Assim sendo, entendo que o referido pleito merece seguimento, razão porque o encaminhamento para a Comissão de Planejamento, para a fase preparatória, devendo essa atuar para as devidas providências legais e administrativas, assegurando a observância das normas e procedimentos aplicáveis à contratação de serviços pela administração pública.

Diante do exposto, com fundamento no art. 17, inciso I, da Lei nº 14.133/2021,
DECIDO:

I - Autorizar a equipe de planejamento a realizar, a partir do presente Documento de Formalização de Demanda (DFD), o planejamento para realização de procedimento licitatório destinado a contratação da atração BANDA MAGNÍFICOS por inexigibilidade de licitação para apresentação durante as comemorações nas festividades do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA.

II - Aprovar o DFD que formaliza a demanda em referência, considerando-o em conformidade com as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e de acordo com as normas legais vigentes.

III - Enfatizar a necessidade de rigorosa análise de todos os detalhes atinentes à contratação da atração BANDA MAGNÍFICOS para apresentação durante as festividades.

IV - Encaminhar o DFD à equipe de planejamento para as devidas providências, nos termos da legislação em vigor, visando à contratação da atração BANDA MAGNÍFICOS para apresentação durante as festividades.

V - Este despacho entra em vigor na data de sua assinatura.

Porto Franco (MA), 04 de novembro de 2025.



VALDERICE DA MOTA NEVES

Secretária Municipal de Administração
Decreto municipal nº 008/2025





DECRETO MUNICIPAL DE NOMEAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO

Nº 007/2025, DE 10 DE JANEIRO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Porto Franco, Estado do Maranhão, **DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 19, inciso II e art. 158, VI da Constituição do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Ordinária Municipal n.º 026/2017, de 02 de outubro de 2017.

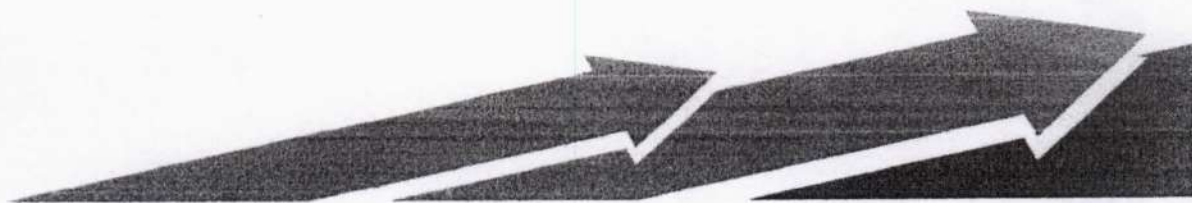
RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR para o Cargo em Comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, **VALDERICE DA MOTA NEVES**, portadora do CPF nº 343.896523-20 e CIRG Nº 029076532005-0 SSP-MA, devendo assim se considerar a partir da assinatura do presente ato administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação nos lugares de costume, com efeitos administrativos e financeiros retroativos 01 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, AO 10 DE JANEIRO DE 2025, 202º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.


DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO
Prefeito de Porto Franco - MA





DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2025, DE 10 DE JANEIRO DE 2025.

“Delega competência de ordenação de despesas e de outras providências”.

O Prefeito Municipal de Porto Franco, Estado do Maranhão, **DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO**, no uso de suas atribuições e,

Considerando o disposto no art. 37, caput, da Constituição da República, parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, o art. 58 e seguintes da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, o art. 11 do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e o disposto no art. 14 da Lei n.º 9.784/99;

Considerando o art. 62 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão;

Considerando a necessidade de disciplinar a realização e identificação de despesas nas diversas Secretarias;

Considerando a necessidade de descentralização e maximização dos recursos orçamentários existentes;

Considerando que compete a cada Secretário Municipal praticar especialmente os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

Considerando que urge a edição de ato próprio para delegar expressamente tais atribuições, com o escopo de viabilizar maior eficiência administrativa;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam delegados à Secretária Municipal de Administração, **VALDERICE DA MOTA NEVES**, portadora do CPF nº 343.896523-20 e CIRC Nº 029076532005-0 SSP-M, todos os poderes legais de ordenador de despesas da unidade gestora Prefeitura Municipal de Porto Franco, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Comunicação, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal da Juventude, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, tais como abertura de processos de licitação, contratação direta, homologação de procedimentos e adjudicação do objeto das licitações, assinatura de contratos e aditamentos, convênios e contratos de repasse, ajustes e instrumentos similares, emissão de empenho, emissão de ordem bancária ou outro documento autorizativo de pagamento, concessão de adiantamentos, reconhecimento de dívida e liquidação de despesas, comprometimento ou dispêndio do erário municipal, tudo na forma da Lei Federal nº 4.320/64 e outras disposições aplicáveis.

Assinado



§ 1º. Entende-se como ordenador de despesas a autoridade investida do poder de realizar contratação e assunção de despesas que compreenda os atos que resultem na execução orçamentária e financeira.

§ 2º Excluem-se da delegação estabelecida no caput os instrumentos de alienação, cessão ou concessão de bem patrimonial mobiliário ou imobiliário, instrumentos de aquisição de bem patrimonial imobiliário e instrumentos de cessão de pessoal e outras competências exclusivas do Prefeito Municipal e que não admitem delegação nos termos da Lei Orgânica do Município.

Art. 2.º O Chefe do Executivo poderá a qualquer momento, avocar, no todo ou em parte, qualquer processo que envolva poderes delegados por este Decreto ou mesmo revogá-los por ato administrativo específico veiculado via Decreto.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura e publicação no Mural da Prefeitura, devendo também ser publicado no Diário Oficial do Município, com efeitos administrativos e financeiros retroativos 01 de janeiro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 10 DE JANEIRO DE 2025, 202º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.


DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO
Prefeito de Porto Franco - MA

DECRETO MUNICIPAL DE NOMEAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO

Nº 007/2025, DE 10 DE JANEIRO DE 2025.



O Prefeito Municipal de Porto Franco, Estado do Maranhão, **DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 19, inciso II e art. 158, VI da Constituição do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Ordinária Municipal n.º 026/2017, de 02 de outubro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR para o Cargo em Comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, **VALDERICE DA MOTA NEVES**, portadora do CPF nº 343.896523-20 e CIRG Nº 029076532005-0 SSP-MA, devendo assim se considerar a partir da assinatura do presente ato administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação nos lugares de costume, com efeitos administrativos e financeiros retroativos 01 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, AO 10 DE JANEIRO DE 2025, 202º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.

DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO

Prefeito de Porto Franco - MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2025, DE 10 DE JANEIRO DE 2025.

"Delega competência de ordenação de despesas e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Porto Franco, Estado do Maranhão, **DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO**, no uso de suas atribuições e,

Considerando o disposto no art. 37, caput, da Constituição da República, parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, o art. 58 e seguintes da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, o art. 11 do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e o disposto no art. 14 da Lei n.º 9.784/99;

Considerando o art. 62 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão;

Considerando a necessidade de disciplinar a realização e identificação de despesas nas diversas Secretarias;

Considerando a necessidade de descentralização e maximização dos recursos orçamentários existentes;

Considerando que compete a cada Secretário Municipal praticar especialmente os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

Considerando que urge a edição de ato próprio para delegar expressamente tais atribuições, com o escopo de viabilizar maior eficiência administrativa;

DECRETA:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTA DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
<https://portofranco.diariomunicipal.net.br>
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: fe96d026fc35fef965e99889684fe6c1cd4a681b
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO





Art. 1º. Ficam delegados à Secretária Municipal de Administração, **VALDERICE DA MOTA NEVES**, portadora do CPF nº 343.896523-20 e CIRG Nº 029076532005-0 SSP-M, todos os poderes legais de ordenador de despesas da unidade gestora Prefeitura Municipal de Porto Franco, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Comunicação, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal da Juventude, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, tais como abertura de processos de licitação, contratação direta, homologação de procedimentos e adjudicação do objeto das licitações, assinatura de contratos e aditamentos, convênios e contratos de repasse, ajustes e instrumentos similares, emissão de empenho, emissão de ordem bancária ou outro documento autorizativo de pagamento, concessão de adiantamentos, reconhecimento de dívida e liquidação de despesas, comprometimento ou dispêndio do erário municipal, tudo na forma da Lei Federal nº 4.320/64 e outras disposições aplicáveis.

§ 1º. Entende-se como ordenador de despesas a autoridade investida do poder de realizar contratação e assunção de despesas que compreenda os atos que resultem na execução orçamentária e financeira.

§ 2º Excluem-se da delegação estabelecida no caput os instrumentos de alienação, cessão ou concessão de bem patrimonial mobiliário ou imobiliário, instrumentos de aquisição de bem patrimonial imobiliário e instrumentos de cessão de pessoal e outras competências exclusivas do Prefeito Municipal e que não admitem delegação nos termos da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º O Chefe do Executivo poderá a qualquer momento, avocar, no todo ou em parte, qualquer processo que envolva poderes delegados por este Decreto ou mesmo revogá-los por ato administrativo específico veiculado via Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura e publicação no Mural da Prefeitura, devendo também ser publicado no Diário Oficial do Município, com efeitos administrativos e financeiros retroativos 01 de janeiro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 10 DE JANEIRO DE 2025, 202º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.

DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO

Prefeito de Porto Franco – MA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA

É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<https://portofranco.diariomunicipal.net.br>

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: fe96d026fc35fef965e99889684fe6c1cd4a681b

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO





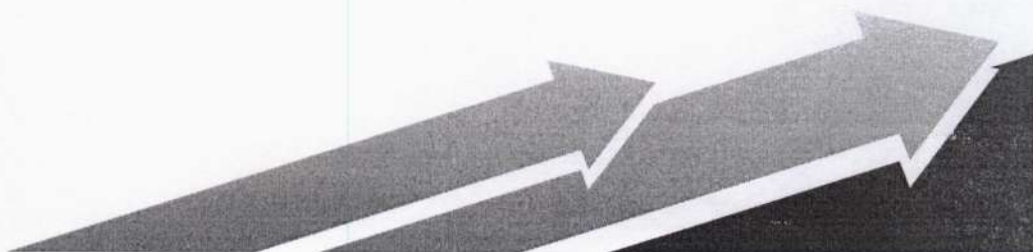
TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Aos 06 (seis) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, lavrei o presente TERMO DE ABERTURA deste Processo Administrativo nº. 065/2025-SMA, visando a Contratação do Show Artístico com a Banda denominada "BANDA MAGNÍFICOS" nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA.

O processo será instruído com autuação de todos os demais documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente de modo a atender ao disposto na legislação pertinente.

Por determinação da Secretária Municipal de Administração lavrei o presente processo administrativo, o qual encaminho para as providências necessárias.

PAULO HENRIQUE DA SILVA MOTA
Assessor Técnico da Administração Geral





PORTARIA Nº 044/2025, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 008, de 10 de janeiro de 2025, considerando o contido no Processo Administrativo nº 065/2025-SMA.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes membros para compor a equipe de planejamento visando a Contratação do Show Artístico com a Banda denominada "BANDA MAGNÍFICOS" nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA:

- a) MARIA CLARA DE SOUSA MILHOMEM, Matrícula nº 947754;
- b) PAULO HENRIQUE DA SILVA MOTA, Matrícula nº 949171.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Valderice da Mota Neves – Secretária Municipal de Administração e
Ordenadora de Despesas





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

01. Informações Preliminares

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

02. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de Porto Franco - MA irá realizar as festividades de *Reveillon/2026* e Aniversário de Emancipação Política do Município, no mês de dezembro, nos dias 28, 29 e 31. Essas festividades são tradicionalmente promovidas pelo município com a realização de várias atrações musicais e culturais, uso de toda a estrutura de um evento de grande escala.

Além de comemorar datas relevantes a comunidade de Porto Franco, a realização das festividades objetiva trazer aos munícipes lazer, entretenimento, fomentar a cultura, o turismo e, consequentemente, movimentar a economia e comércio local, proporcionando geração de empregos diretos e indiretos e o desenvolvimento econômico. Imperioso ressaltar que impulsionar o desenvolvimento cultural é uma exigência constitucional, inserindo-se dentre os deveres dos entes federativos.

Por meio da Secretaria Municipal de Cultura, foi definida a necessidade de contratação de atração musical de grande porte, reconhecida nacionalmente e aclamada pelo público do município, de forma detalhada no Documento de Formalização de Demanda – DFD emitido pelo órgão. Em reunião com o Conselho de Cultura do Município, juntamente com a área técnica da citada secretaria e representantes populares, foram definidas 01 (uma) atração voltada ao público evangélico, 02 (duas) atrações voltadas ao público católico, 01 (uma) atração voltada para todos os públicos de renome nacional e 01 (uma) atração voltada para todos os públicos de renome regional, dentre aquelas que melhor representassem a cultura local e melhor aceitação popular, em cada seguimento, com repertório gospel e popular.

Assim, a necessidade está em definir a melhor forma de contratação dessas atrações artísticas, obedecendo os padrões estabelecidos pela secretaria municipal de cultura e garantindo o sucesso do evento municipal.

03. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Responsável: EDVAN DA SILVA OLIVEIRA

04. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Muito embora o Município de Porto Franco - MA ainda não possua Plano de Contratações Anual, contempla a previsão tais contratações na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, através da alocação de orçamento destinado a Secretaria Municipal de Cultura, conforme informado no ofício expedido pelo

MClaudio Milhomem



setor de contabilidade do Município, que seguirá anexo a este Estudo Técnico Preliminar, como Termo de Referência.

05. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para as contratações epigrafadas pretende-se que sejam preenchidos os requisitos de renome a nível nacional, ou seja, aclamado e aprovado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A presente contratação terá vigência de 60 (sessenta) dias, englobando os 03 (três) dias previstos para a programação do evento, perdurando seus efeitos enquanto houver interesse da administração.

Não será admitida a subcontratação do objeto da prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021, e outras legislação aplicada à espécie, em especial a capacidade jurídica, regularidade fiscal (Certidão da Receita Federal e FGTS) e trabalhista.

A(s) empresa (s) a ser(em) contratada(s) deverá(ão) proporcionar a realização do show/evento conforme as condições, prazos e datas estipulada pelo contratante, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento. O contratado que detenha a exclusividade deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços artísticos que serão prestados.

O contratado deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características do evento. O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da realização do evento, com salários de seus empregados, transportes, entre outras de natureza da contratada, sem qualquer ônus para a municipalidade além do cachê estipulado em proposta escrita.

Os 03 (três) artistas a serem contratados devem ser aclamados pelo público ou pela crítica especializada, devendo tal fato estar **devidamente comprovado nos autos do processo administrativo**, além de serem remunerados conforme as práticas do mercado para esse seguimento.

06. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES.

Para cada dia do evento estipula-se dois artistas de renome nacional, sendo 02 (dois) voltados ao público católico, no dia 28/12/2025, com duração de 1 hora e 30 minutos, 01 (um) para o público evangélico, no dia 29/12/2025, com duração de 1 hora e 30 minutos horas, e 01 (um) para o público em geral de renome nacional e 01 (um) de renome local, ambos com apresentação no dia 31/12/2025, com duração estimada de 1 hora e 40 minutos cada, de forma a favorecer a cultura e espiritualidade envolvida com as festas tradicionais de fim de ano e as comemorações emancipação do município de Porto Franco – MA, data de relevante destaque para a população municipal.



07. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES NO MERCADO.

Conforme as especificações da necessidade previstas e requisitos para a contratação deste ETP, inspiradas no DFD juntado aos autos, as soluções de mercado para a contratação de artistas, bandas e grupos musicais em uma administração pública, de acordo com a Lei 14.133/21, incluem principalmente a inexigibilidade de licitação para artistas consagrados e/ou a contratação de agência de eventos por meio de licitação. Aqui estão as vantagens e desvantagens de cada uma:

1) Inexigibilidade de Licitação para Artistas Consagrados:

a) Vantagens:

- i) Agilidade: Permite a contratação rápida de artistas reconhecidos, sem o processo de licitação.
- ii) Valor de Mercado: Assegura que os cachês pagos estão em conformidade com o que é praticado no mercado.
- iii) Transparência: Exige a divulgação de todos os custos envolvidos na contratação.

b) Desvantagens:

- i) Limitação de Escolha: Restringe a seleção a artistas já estabelecidos, limitando a diversidade.
- ii) Documentação: Necessita de comprovação detalhada do valor de mercado e exclusividade do empresário, além dos critérios de reconhecimento do artista pela mídia especializada ou pela aclamação popular.

2) Contratação de Agência:

a) Vantagem:

- i) Maior flexibilidade sobre a escolha de artistas que fazem parte do portfólio da agência;
- ii) Valor do cachê estipulado pela disputa direta por meio de licitação;

b) Desvantagens:

- i) Necessidade de realização de processo licitatório amplo e que cumpra todas as etapas de formalização;
- ii) Risco de maior custo para a Administração no pagamento de cachê, já que, o valor será o mesmo independentemente do valor praticado pelo artista e com os acréscimos da participação de intermediário, nos casos de não contratação direta com o artista ou com seu empresário exclusivo;
- iii) Modelo de contratação questionado pelos órgãos de controle devido à dificuldade de fiscalização da execução contratual.



Diante dessas análises, a solução que melhor atende a necessidade descrita é a solução de contratação direta por inexigibilidade de licitação, já que a Administração já definiu os parâmetros das futuras contratações, ao mesmo tempo, não é possível definir critérios objetivos de competição entre os possíveis artistas consagrados, o que impede a realização de licitação para a seleção das atrações a serem contratadas.

Apesar disso, a escolha não é realizada sem os requisitos de consagração pelo público ou pela mídia especializada e valores praticados anteriormente como cachê, além de um detalhamento de tudo que este irá englobar na prestação dos serviços.

A contratação de artistas de expressão nacional por inexigibilidade de licitação apresenta uma solução robusta e vantajosa para diversos aspectos da economia local e regional. Esta abordagem não apenas garante a qualidade e autenticidade das performances artísticas, mas também impulsiona a geração de emprego e renda em várias frentes, proporcionando benefícios significativos para a comunidade.

Em primeiro lugar, ao contratar artistas de renome nacional por meio da inexigibilidade de licitação, as autoridades garantem a qualidade das apresentações, proporcionando experiências culturais enriquecedoras para o público. Isso aumenta o atrativo dos eventos locais como as festas de fim de ano e a comemoração da emancipação do município de Porto Franco/MA, e consequentemente, o número de visitantes, contribuindo para o aquecimento da economia local, além de elevar a cada ano como sendo uma expectativa de ampliação em comparação ao ano anterior, cada vez com maior repercussão.

Um dos principais benefícios dessa abordagem é a criação de oportunidades de emprego temporário e, por vezes, até mesmo permanente, para os habitantes locais. A contratação de pessoal para serviços de organização, segurança, limpeza, entre outros, durante os eventos culturais, impulsiona a geração de renda para a comunidade.

Além disso, a presença de grandes eventos culturais como os referidos neste ETP estimulam a demanda por produtos típicos da região, como comidas juninas e artesanatos locais.

Outro aspecto relevante é o estímulo ao comércio local, especialmente no setor de vestuário e calçados. A realização de eventos culturais atrai um grande número de visitantes, que muitas vezes buscam adquirir roupas e acessórios adequados para as festividades. Isso resulta em um aumento nas vendas do comércio varejista, beneficiando os comerciantes locais e fortalecendo a economia da região.

Ademais, a realização de eventos culturais de grande porte como o Dia do Evangélico também impulsiona o setor de turismo. A escolha de artistas renomados e uma programação atrativa aumentam a atratividade dos festivais, atraindo um público diversificado de diferentes regiões. Isso não só beneficia o setor hoteleiro, com o aumento da demanda por hospedagem, mas também impulsiona outros serviços turísticos, como agências de viagens e guias locais.

Além disso, a demanda por hospedagem durante os eventos culturais pode levar à criação de novos ramos de mercado, como o aluguel de imóveis temporários. Proprietários de imóveis



têm a oportunidade de disponibilizar suas propriedades para aluguel durante os festivais, gerando uma fonte adicional de renda.

Em suma, a contratação de artistas de expressão nacional por inexigibilidade de licitação não só garante a qualidade das apresentações culturais, mas também impulsiona a economia local e regional de diversas maneiras. Desde a geração de empregos temporários até o estímulo ao comércio local e ao turismo, essa abordagem se mostra como uma solução vantajosa para promover o desenvolvimento econômico e cultural das comunidades.

08. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

Com base nas últimas contratações realizadas pelo município para esta festividade, estipula-se o valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), compreendendo R\$ 140.000,00 (sessenta e cinco mil reais) para a atração voltada ao público evangélico, R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para a atração voltada ao público católico, R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para a atração voltada para o público em geral de nível nacional e R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a atração voltada para o público em geral de nível regional.

Essa estimativa tem por função a análise sobre a viabilidade ou não da contratação, ao final deste ETP.

09. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, sopesando-se os prós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a contratação de artistas por meio de Contratação Direta através de Inexigibilidade fundamentada pela Art. 74 da Lei 14.133/21.

As quantidades foram definidas através deste Estudo Técnico Preliminar, com base no DFD apresentado.

Os artistas de renome nacional irão se apresentar conforme cronograma estipulado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, nos dias 28, 29 e 31 de dezembro de 2025, com tempo de show mínimo de 1 hora e 30 minutos, devendo a Contratada arcar com os custos do traslado até o município de Porto Franco – MA, Cachê dos artistas, produção e impostos.

A Contratante deverá arcar com os custos de hospedagem, alimentação, camarim e estrutura para o show, conforme acordado entre a assessoria dos artistas e a equipe da Secretaria Municipal de Cultura.

Tendo em vista as práticas do mercado de contratação de artistas consagrados, os valores poderão ser pagos em duas parcelas, sendo 50% (cinquenta por cento) na assinatura do contrato e 50% (cinquenta por cento) no dia da apresentação. Essa antecipação de pagamento é justificada pelas peculiaridades inerentes ao objeto a ser contratado, sendo uma prática popularizada e aplicada por todos os artistas do seguimento e, se não utilizada pelo município, poderá inviabilizar a solução considerada ideal.

W. Clara Milhomem

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Parcelamento: Considerando as especificidades do presente objeto, a demanda representa itens independentes, artistas diferentes e apresentações únicas em cada dia do evento.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de artistas de renome nacional por inexigibilidade de licitação, sob a égide da Lei 14.133/21 representa uma estratégia multifacetada que beneficia a administração pública e a comunidade local de maneiras diversas. Esta modalidade de contratação, embora dispensada do processo licitatório tradicional, prescinde rigor e transparência, garantindo assim a integridade do processo e o uso eficiente dos recursos públicos, além de outros objetivos sociais de interesse público.

I. Geração de Emprego e Renda Local: A realização de eventos culturais de grande porte, como as festividades de Réveillon 2026 e Emancipação do Município, tem um impacto direto na economia local. A presença de artistas consagrados atrai um grande público, o que demanda uma série de serviços e infraestrutura.

Isso se traduz na criação de empregos temporários e, em alguns casos, na manutenção de postos de trabalho permanentes. Desde a montagem de palcos até a prestação de serviços de segurança e limpeza, a comunidade local se beneficia de novas oportunidades de trabalho.

II. Impacto nos Prestadores de Serviços Autônomos: Os eventos são uma vitrine para os produtos locais.

Vendedores autônomos encontram nestas festividades uma oportunidade de ouro para comercializar seus produtos, como comidas típicas e bebidas regionais, experimentando um aumento significativo, impulsionando a renda desses pequenos empresários.

III. Aquecimento da Economia Local: A demanda por vestuário e calçados temáticos, bem como o aumento da procura por serviços de beleza, como salões de cabeleireiro, evidencia o efeito multiplicador que um evento cultural pode ter sobre diferentes setores da economia local.

IV. Ampliação do Turismo: A escolha estratégica de artistas e uma programação cultural atraente são essenciais para transformar um evento local em um ponto de interesse turístico. Isso não apenas promove a cultura local, mas também estimula o setor de hospedagem, alimentação e entretenimento, com visitantes buscando hotéis, restaurantes e outras atrações turísticas.

V. Criação de novos ramos de mercado: A alta demanda por acomodações durante os eventos pode incentivar o surgimento de novos negócios, como aluguéis de imóveis temporários, criação de novos cardápios de comidas em restaurantes, novos ramos de serviços como passeios locais.

VI. Locação da rede hoteleira local: A rede hoteleira local também se beneficia, muitas vezes atingindo sua capacidade máxima, o que pode levar a investimentos e melhorias nesses estabelecimentos.

[Assinatura]

Wlclac Milhomem



VII. Desenvolvimento cultural: A presença de artistas de renome valoriza a cultura local e regional, promovendo a diversidade cultural e incentivando a preservação das tradições locais.

VIII. Inclusão Social: Eventos de grande porte têm o potencial de incluir diversas camadas da sociedade, tanto na organização quanto no público, promovendo a inclusão social.

Em suma, a contratação de artistas por inexigibilidade de licitação, quando bem planejada e executada, pode trazer uma série de benefícios para a comunidade local, não apenas no aspecto econômico com geração de emprego e renda e ampliação da economia local, mas também cultural, social e educacional. É uma estratégia que, se bem utilizada, pode transformar positivamente a realidade local.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

Com base nas informações fornecidas, algumas providências que a administração deve adotar previamente à celebração do contrato para a realização das festividades de comemoração do dia do evangélico no município de Porto Franco, incluem:

1. Definição do Escopo do Contrato: É essencial que a administração defina claramente o escopo do contrato, especificando os serviços e equipamentos necessários para a realização dos festejos, como palco, sistema de som, iluminação, banheiros químicos, barracas de alimentação, geradores, segurança, entre outros.

2. Elaboração do Termo de Referência: A administração deve elaborar um Termo de Referência que descreva detalhadamente os requisitos técnicos que foram abordados neste Estudo Técnico Preliminar, as condições de execução dos serviços, os prazos inclusive de pagamentos, a antecipação de pagamentos, as responsabilidades das partes, o ressarcimento quando da ausência da apresentação contratada, entre outros aspectos relevantes.

3. Estudo de Viabilidade Financeira: É necessário realizar um estudo de viabilidade financeira para verificar a disponibilidade de recursos orçamentários para a contratação dos serviços e equipamentos necessários, bem como o custo benefício de tais investimentos.

4. Elaboração de Minuta de Contrato: Importante elaborar minuta contratual padronizada com as especificações detalhadas oriundas tanto deste Estudo Técnico Preliminar quanto do Termo de Referência. Uma vez selecionado o contratado, a administração deve negociar os termos do contrato, esclarecer eventuais dúvidas e formalizar a contratação por meio da assinatura do contrato pelas partes envolvidas.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. As contratações **correlatas** identificadas são:

1) Contratação de Infraestrutura de Palcos, Som, Iluminação e Estrutura de Camarins para a apresentação do Artista indicados neste Estudo Técnico Preliminar;

13.2. As contratações **interdependentes** identificadas são:

Handwritten signature and name: Milhomem



1) Contratação de Serviços de Camarim destinados à fornecimento de cardápios para o artista e a sua equipe de apoio;

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

14.1. A Contratação de Artista Musical para este evento poderá indicar os seguintes impactos ambientais:

Impactos Ambientais

1. Geração de Resíduos em Eventos: Shows e eventos com grande público podem resultar na produção significativa de resíduos, como embalagens de alimentos e bebidas, copos plásticos e materiais descartáveis.

2. Consumo Sustentável de Recursos Naturais: A realização de eventos demanda o uso intensivo de recursos naturais, como água, energia elétrica e combustíveis. Estratégias de consumo sustentável e eficiência energética podem minimizar esses impactos.

3. Poluição Sonora em Eventos de Grande Audiência: Shows com grande público podem gerar níveis elevados de ruído, afetando a vida selvagem local e causando desconforto para residentes próximos. Medidas de controle de ruído são essenciais para mitigar esse impacto.

Estratégias Sustentáveis para Eventos: Medidas Mitigadoras

1. Gestão Eficiente de Resíduos: Implementação de planos de gerenciamento de resíduos que incluam a coleta seletiva, reciclagem e disposição adequada dos resíduos gerados durante o evento;

2. Controle de Ruído e Impacto Sonoro: Utilização de barreiras acústicas, limitadores de som e outras medidas para controlar os níveis de ruído durante o evento e minimizar os impactos sobre a fauna local e a qualidade de vida dos residentes;

3. Educação Ambiental e Sensibilização do Público: Promoção da conscientização ambiental entre os participantes do evento, incentivando práticas sustentáveis, como o uso de transporte público, a redução do consumo de plástico e o descarte correto de resíduos;

4. Colaboração com a Comunidade Local: Engajar e colaborar com a comunidade local pode ser uma estratégia eficaz para minimizar os impactos ambientais do evento;

5. Parceria com os Catadores de recicláveis: Como em todos os anos, o Setor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal realiza trabalho com todos os catadores de recicláveis que desejam trabalhar para a retirada de lixo reciclável ampliando assim a conservação ambiental.

Ressalta-se que esta análise está conscientemente precária, podendo haver outros fatores que poderão gerar diversos impactos ambientais que não podem ser mensurados.

15. CONCLUSÃO SOBRE ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

W. Cláudio Milhomem



Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução se mostra tecnicamente e necessária. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. RESPONSÁVEIS

16.1 A equipe de planejamento da contratação será composta pelos seguintes servidores:

- a) MARIA CLARA DE SOUSA MILHOMEM - Coordenadora de Cultura - Matrícula nº 947754;
- b) PAULO HENRIQUE DA SILVA MOTA - Assessor Técnico da Administração Geral - Matrícula nº 949171.

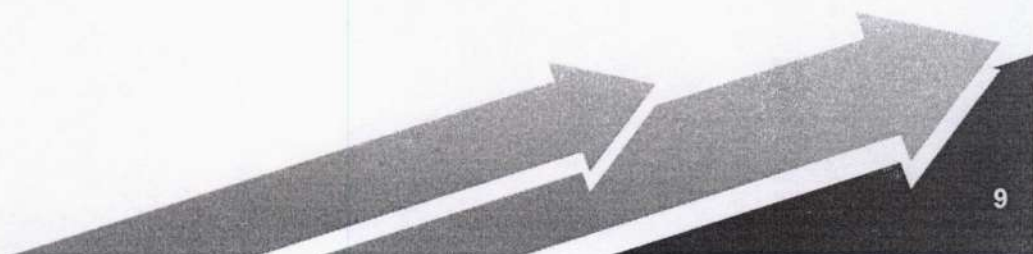
1. LISTA DE ANEXOS:

Anexo I – Mapa de Riscos;

Porto Franco/MA, 13 de outubro de 2025.

Maria Clara de S. Milhomem
MARIA CLARA DE SOUSA MILHOMEM
Coordenadora de Cultura do Município
Matrícula nº 947754

Paulo Henrique da S. Mota
PAULO HENRIQUE DA SILVA MOTA
Assessor Técnico da Administração Geral
Matrícula nº 949171





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

MAPA DE RISCOS

ETAPA: CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Ausência de ato designatório da Equipe de Planejamento de Contratação.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO:	Descumprimento de formalidade legal.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adotar checklist dos procedimentos a serem realizados para o planejamento de contratação.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração

ETAPA: ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Estudos preliminares deficientes.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média () Alta
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente, gastos com processo licitatório ineficiente.
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar checklist que contemple, no que couber, os requisitos previstos na lista de verificação de licitação para compras e serviços, exceto engenharia e TIC, da AGU.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.

ETAPA: ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Contratação e/ou aquisição com preços acima dos praticados no mercado local	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário

[Handwritten signature]

Wlclara Milhomem



AÇÃO PREVENTIVA:	1. Realizar ampla pesquisa de preços junto mercado, e sites governamentais, conforme previsto em legislação 2. Sempre que aditar o contrato, será feita pesquisa de mercado.
RESPONSÁVEL:	1. Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Não renovar o contrato, caso verificado a materialização do risco.
RESPONSÁVEL:	1. Equipe de Planejamento

ETAPA: ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
() Gestão do Contrato

RISCO: Falha na elaboração do termo de referência/projeto básico

PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente, gastos com processo licitatório ineficiente.
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar checklist que identifique, no que couber, os requisitos previstos no art. 30, da IN/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Revisão do termo de referência com inclusão das instruções ausentes.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.

ETAPA: APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
() Gestão do Contrato

RISCO: Ausência de aprovação do termo de referência.

PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO:	Atraso na contratação do objeto.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist com item de aprovação do TR pela autoridade competente.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Encaminhar à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.

ETAPA: FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Não assinatura do contrato.

PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Atraso na contratação dos serviços. Custos para a Administração.

Handwritten signatures and notes:
- A large signature in blue ink.
- A signature in purple ink that reads "M. C. L. Milhomem".



AÇÃO PREVENTIVA:	Verificação na fase de habilitação do certame que o fornecedor cumpre todos os requisitos habilitatórios exigidos na lei.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Novo procedimento.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração

ETAPA: PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Falta de publicidade do ato administrativo

PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO:	Descumprimento de formalidade legal.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist contemplando o item "publicação do contrato".
RESPONSÁVEL:	Setor de Contratos
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.
RESPONSÁVEL:	Setor de Contratos

ETAPA: DESIGNAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Designação de servidor sem capacidade técnica para desempenho da atividade.

PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Comprometimento dos resultados esperados. Falhas na fiscalização do contrato.
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato. Promover capacitação dos fiscais/gestor do contrato.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Substituir fiscal não capacitado para a fiscalização do objeto contratado.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração

ETAPA: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Falha na prestação dos serviços - Interrupção temporária dos serviços por quaisquer razões.

PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Serviço prestado de forma ineficiente e inconforme, podendo gerar riscos à segurança dos alunos e/ou atraso na entrega da obra
AÇÃO PREVENTIVA:	Acompanhar a execução contratual, de modo a prever situações que possam dar causa à interrupção dos serviços.

Handwritten signature and text: "M. Cláudio Milhomem"



RESPONSÁVEL:	Fiscal do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual.
RESPONSÁVEL:	Gestor do Contrato.

ETAPA: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Execução em desacordo com o contrato.

PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário, responsabilização subsidiária da Administração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Notificar e solicitar a resolução imediata.
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Aplicar sanções previstas no contrato.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração

ETAPA: ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Desequilíbrio do contrato; percentuais superiores aos fixados na norma, jogo de planilha.

PROBABILIDADE:	() Baixa () Média (X) Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades. Adotar controles adicionais como sistemas ou planilhas, dentre outros correlatos.
RESPONSÁVEL:	Gestor do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Realizar os ajustes necessários e, adotar medidas de ressarcimento.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração

ETAPA: REPACTUAÇÕES / REAJUSTES DO CONTRATO

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Desequilíbrio do contrato; Uso de índices distintos dos fixados no contrato; Análise inadequada das planilhas; Jogo de planilha.

PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar, no contrato, critérios distintos para ajuste dos preços (índices). Contar com apoio profissional da área na análise das planilhas. Realizar pesquisa de mercado, com vista a constatar a permanência da vantajosidade do contrato.
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato

Handwritten signature and text: "M. Milhomem"

AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Ajustar os preços conforme o contrato; apurar valores pagos a maior a fim de que sejam efetuadas retenções. Negociar preços mais vantajosos.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração

ETAPA: GARANTIAS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
(X) Gestão do Contrato	
RISCO: Não apresentação de garantias	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Exigir, como condição para início dos serviços, garantias de execução contratual para cobertura de prejuízos a terceiros.
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Retenção de valores correspondentes a garantia até sua efetivação. Execução da apólice de seguro.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração

ETAPA: PAGAMENTO DOS SERVIÇOS	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
(X) Gestão do Contrato	
RISCO: Não retenção dos valores dos impostos	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média () Alta
DANO:	Responsabilização subsidiária e substituição tributária.
AÇÃO PREVENTIVA:	Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços.
RESPONSÁVEL:	Contabilidade Geral do Município
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.
RESPONSÁVEL:	Contabilidade Geral do Município

ETAPA: EXECUÇÃO E ENCERRAMENTO DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
(X) Gestão do Contrato	
RISCO: Falência da empresa, descontinuidade do contrato ou de abandono por parte da empresa	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Serviços não serem prestados, impactando as atividades fim e meio
AÇÃO PREVENTIVA:	Fiscalização constante
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Contratação emergencial e nova licitação, acionamento do seguro-garantia, em caso de prejuízo.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração

Demétrio Milhomem



ETAPA: SANÇÕES	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
(X) Gestão do Contrato	
RISCO: Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.
AÇÃO PREVENTIVA:	Estabelecer, mediante normativo interno, os ritos do processo administrativo disciplinar.
RESPONSÁVEL:	Controladoria
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.
RESPONSÁVEL:	Procuradoria do Município

ETAPA: ENCERRAMENTO DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
(X) Gestão do Contrato	
RISCO: Não observar se requisitos do contrato foram plenamente atendidos.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média () Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar a inexistência de ressarcimentos.
RESPONSÁVEL:	Fiscal do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Notificar a contratada para regularizar as pendências, comunicar a seguradora dos inadimplementos, reter valores até o limite do ressarcimento.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração /Gestor do contrato

Porto Franco/MA, 13 de outubro de 2025

RESPONSÁVEIS

Maria Clara de S. Milhomem
MARIA CLARA DE SOUSA MILHOMEM
Coordenadora de Cultura do Município
Matrícula nº 947754

Paulo Henrique da Silva Mota
PAULO HENRIQUE DA SILVA MOTA
Assessor Técnico da Administração Geral
Matrícula nº 949171

MINUTA - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2025-SMA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação do Show Artístico com a Banda denominada **"BANDA MAGNÍFICOS"** nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	Vlr. UNIT.	Vlr. TOTAL
01	APRESENTAÇÃO DO SHOW COM A BANDA DENOMINADA "BANDA MAGNÍFICOS" PREVISTO PARA ACONTECER NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2025, COM HORÁRIO DE INICIO CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM PREVISÃO DE 2:00 (DUAS HORAS) DE APRESENTAÇÃO).	01 Apresentação		
TOTAL				

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO A DEMANDA PARA O OBJETO A SER CONTRATADO.

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local onde será executado os serviços pretendidos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Fica estabelecido a forma de execução indireta, sob o regime Empreitada Por Preço Global, nos termos do art. 6º, XXIX, da Lei 14.133/2021.

5.2. A execução do objeto ocorrerá em remessa ÚNICA;

5.3. O início da execução dos serviços deverá ocorrer na data prevista na Ordem de Serviço.

5.4. O prazo de execução dos serviços será a data estabelecida para a realização da apresentação;

5.5. A apresentação ocorrerá na seguinte data: 31 de dezembro de 2025, nas festividades de Réveillon/2026 e Aniversário de 106 anos de emancipação Política do Município, a se realizar na Praça da Família (antiga Praça do Côco) neste município.

5.6. As datas, locais e horários poderão sofrer alterações por parte da Administração desde que justificado e aceito pelo CONTRATADO;

5.7. Os serviços serão executados conforme as seguintes especificações contidas no Termo de Referência e demais instrumentos de contratação;

5.8. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual;

5.9. O objeto deste contrato não será recebido de forma provisória;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter contato com o preposto da empresa responsável pela execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa



6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. Caberá exclusivamente a CONTRATANTE a liberação da realização do espetáculo, junto a todos os órgãos públicos e entidades de classe, bem como junto às autoridades locais, além de todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições de qualquer espécie ou natureza devidos, por força de Lei, a todos e quaisquer órgãos Municipais, Estaduais ou Federais, com antecedência de 05 (cinco) dias da data prevista para a realização da apresentação artística a que se refere o presente instrumento;
- 7.2. O não cumprimento do estabelecido nesta cláusula desobriga a CONTRATADA da realização da apresentação artística, sem gerar qualquer obrigação, seja de que natureza for para a mesma;
- 7.3. Os tributos incidentes ou não, relativos a contratação do serviço será praticada conforme a legislação vigente, seja ela Federal, Estadual ou Municipal;
- 7.4. O pagamento do valor pactuado se fará nas condições abaixo estipuladas:
- 7.4.1. O pagamento ocorrerá de forma parcelada, sendo 50% (cinquenta por cento) no ato da assinatura do contrato e os 50% (cinquenta por cento) restante, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do evento, mediante a entrega da Nota Fiscal junto ao SETOR DE FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL ou em sua totalidade caso a tramitação processual autorize o pagamento somente próximo da data do evento;
- 7.5. O pagamento será realizado através de depósito bancário:
- 7.5.1. A conta fornecida para o pagamento deverá estar em nome da Empresa Contratada;
- 7.5.2. O pagamento deverá ser efetuado através de transferência eletrônica para a conta corrente da CONTRATADA, indicada pela mesma;
- 7.5.3. O pagamento deverá ser realizado em conta corrente em nome da CONTRATADA.
- 7.6. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento fiscal, as certidões comprovando a sua situação regular perante a Seguridade Social, às Fazendas Federal, Estadual, Municipal e/ou Distrito Federal do domicílio/sede da Contratada e da quitação da Dívida Ativa da União e Justiça do Trabalho;
- 7.7. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, acrescido de juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, e multa de 10% (dez por cento);
- 7.8. A CONTRATADA não está sujeita a retenção de INSS prevista no inciso XXI do artigo 112 da Instrução Normativa nº 2110/2022, por não se tratar o presente instrumento de cessão de mão de obra, conforme conceito disposto no artigo 108 da mesma instrução, uma vez os serviços aqui dispostos têm caráter eventual. A CONTRATADA não sofrerá ainda retenção de PIS/COFINS/CSLL e IRPJ por não se tratar o presente instrumento de locação de mão de obra, porquanto os serviços a que tratam o presente instrumento são prestados diretamente pelos sócios



da CONTRATADA e também pelo fato de não se enquadrarem como organizações de caráter filantropo, como congressos, seminários, simpósios e congêneres.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, alíneas “c” e “f”, da Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n° 5.764, de 16 de dezembro de 1971.



8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.31. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.32. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação perfaz a importância de **RS XXXX (XXXX)**, conforme proposta comercial, anexa.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Porto Franco atendida pela seguinte dotação: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Porto Franco/MA, xx de xxxxxx de 2025.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX




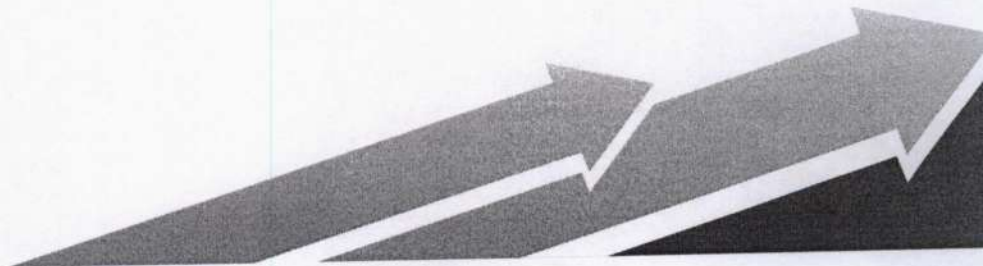
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
JUNTADA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Nesta data, faço juntada aos autos, dos documentos de Habilitação e Qualificação, da empresa **BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA**, CNPJ: 01.509.178/0001-25, na conformidade do que prevê o Art. 72, Inc. V da Lei 14.133/21.

E para constar, lavrei o presente termo que subscrevo.

Porto Franco, 21 de novembro de 2025.


PAULO HENRIQUE DA SILVA MOTA
Equipe de Planejamento - Matrícula nº. 949171



À Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA

A BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ 01.509.178/0001-25, com sede à Av. Olímpio Gomes, nº 73, Centro Monteiro-PB, CEP: 58500-000, neste ato representada pelo Sr. José Inácio da Silva, portador do CPF nº 374.183.194-87, empresa que representa a BANDA MAGNÍFICOS, por meio da presente, vem apresentar a seguinte proposta para apresentação artística, evento em praça pública: Réveillon 2025 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA.

DATA DO SHOW	ATRAÇÃO	HORÁRIO DO SHOW	DURAÇÃO DO SHOW	VALOR DO CACHÊ	ORGÃO
31/12/2025	Banda Magníficos	23h30min	02h00min	R\$ 470.000,00	PREFEITURA
Valor total da Proposta: R\$ 470.000,00			Forma de Pagamento: 50% ANTES DO SHOW 50% NO DIA DO SHOW		
Dados Bancários: CHAVE PIX: jotinha@bandamagnificos.com.br Conta Banco do Brasil AG: 0229-1 - C/C: 5.520-4 - Banda Magníficos Produções e Eventos Artísticos LTDA.					

PLANILHA COM DESPESAS E VALORES PREVISTOS

ITEM	DETALHAMENTO	Percentual (%) calculado sobre o valor do cachê artístico (valor estimado)
01	Cachê da banda/artista e distribuição de dividendos	50%
02	Despesas com logística e transporte até a cidade do evento	4,2%
03	Despesas com hospedagem	5%
04	Despesas extras com acessórios - luz e laser profissional conforme rider	9%
05	Despesas com diárias de alimentação	2%
06	Despesas com produção, comercial e demais	20%
07	Despesas com tributos / ISSQN / IRPJ	9.8%
VALOR FINAL		100%

Observação:

Esta proposta não obriga o CONTRATANTE ou CONTRATADA a realizarem o evento. Estando livre as partes até que o contrato de show seja efetivamente assinado por ambas as partes.

Validade da Proposta 60 dias.

ATENCIOSAMENTE

JOSE INACIO DA
SILVA:37418319487Assinado de forma digital por JOSE
INACIO DA SILVA:37418319487
Dados: 2025.11.21 16:31:42 -03'00'BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA
JOSÉ INÁCIO DA SILVA
CONTRATADA

Banda Magníficos Produções e Eventos Ltda. | CNPJ: 01.509.178/0001-25
Av. Olímpio Gomes - Nº 73 - Andar Térreo - Centro - Monteiro-PB | CEP: 58.5000-000
Contatos: (81) 99421-2745 | (83) 3351-2780



DECLARAÇÃO DE JUSTIFICATIVA DE CACHÊ

A BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.509.178/0001-25, com sede à Av. Olímpio Gomes, nº 73, Centro Monteiro-PB, CEP: 58500-000, neste ato representada pelo Sr. José Inácio da Silva, portador do CPF nº 374.183.194-87, empresa que representa a BANDA MAGNÍFICOS, vem por meio desta declaração, em atendimento as exigências da Lei nº 8666/93, em seu art. 25, III que o cachê do show da referida banda no réveillon, do município de Porto Franco – MA será de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), sendo esta uma data específica e umas das principais datas do calendário comercial por conter muitas demandas de propostas comerciais, embora já existam notas comprobatórias atuais de R\$ 350.000,00 a R\$ 370.000,00 valores esses praticados no mercado, esse ajuste de preço é pelas razões a seguir: A Banda Magníficos trata-se de uma atração de repercussão Nacional, tendo mais de 33 anos no mercado musical, com várias relevâncias por exemplo: apresentações em programas de TV em Rede Nacional entre os anos de 2024 e 2025 – REDE GLOBO Encontro com Patrícia Poeta, SBT Programa do Ratinho, Circo do Tiru e Domingo Legal, REDE TV Mega Senha, REDE RECORD no programa A Fazenda e Acerte ou Caia, REDE VIDA programa Tamo Junto, dentre outras participações em afiliadas da Globo por todo nordeste. Já em Outubro de 2023 foi gravado em Campina Grande-PB, o mais novo trabalho áudio visual (DVD A Preferida do Brasil) que foi pensado em comemoração os 30 anos de carreira da banda, a gravação foi realizada no parque do povo, cenário principal do Maior São João do Mundo, esse trabalho já está disponível em nossas plataformas digitais atualmente foi lançando um novo trabalho intitulado EP's Inéditas e Releituras no último dia 19 de Abril de 2025.

O valor de mercado de apresentações artísticas transcende quaisquer indicadores inflacionários, refletindo o momento midiático da apresentação num dado período de oportunidade comercial.

A apresentação da referida banda, leva em consideração também despesas operacionais CACHÊ COLOCADO que podem sofrer alterações, tais como, taxas de impostos, despesas de logística para realização do show valor de passagens aéreas, excesso de bagagem de equipamento, deslocamento de equipe, custo de deslocamento e traslado local, hospedagem e diárias de alimentação.

ATENCIOSAMENTE

JOSE INACIO DA
SILVA:37418319487

Assinado de forma digital por JOSE
INACIO DA SILVA:37418319487
Dados: 2025.12.04 09:48:08 -03'00'

BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA
JOSÉ INÁCIO DA SILVA

Banda Magníficos Produções e Eventos Ltda. | CNPJ: 01.509.178/0001-25
Av. Olímpio Gomes - Nº 73 - Andar Térreo - Centro - Monteiro-PB | CEP: 58.5000-000
Contatos: (81) 99421-2745 | (83) 3351-2780

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO**

A Banda Magníficos Produções e Eventos Artísticos Ltda, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 01.509.178/0001-25 por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o (a) Sr.(a) José Inácio da Silva portador(a) do registro Geral Carteira de Identidade n.º 1009831 SSP/PB e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o n.º 374.183.194-87, **DECLARA**, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em Inexigibilidade de Licitação, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores na lei nº 14.133/2021.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

**JOSE INACIO DA
SILVA:37418319487**

Assinado de forma digital por JOSE
INACIO DA SILVA:37418319487
Dados: 2025.03.11 11:16:06 -03'00'

Banda Magníficos Produções e Eventos Artísticos Ltda
José Inácio da Silva

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 003 E
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA
"BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA"
CNPJ: 01.509.178/0001-25



1. JOSÉ INÁCIO DA SILVA

Brasileiro, nascido em Santa Cruz do Capibaribe - PE, em 18 de março de 1965, divorciado, empresário, portador de CPF: 374.183.194-87 e RG: 1.009.831 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Maria da Salete Nunes de Almeida, 121, centro, Monteiro PB, CEP: 58.500-000.

2. MARIA DO SOCORRO ARAÚJO

Brasileira, nascida em Sumé - PB, em 03 de agosto de 1965, solteira, empresária, portadora de CPF: 460.202.844-68 e RG: 1.010.479 SSP/PB, residente e domiciliada à Rua Maria da Salete Nunes de Almeida, 121, centro, Monteiro PB, CEP: 58.500-000.

Únicos sócios da sociedade limitada denominada **BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA**, inscrita na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o NIRE: 25200295153 em 31 de outubro de 1996 e no CNPJ (MF): Sob o nº 01.509.178/0001-25, com sede à Avenida Olímpio Gomes, 73, andar térreo, centro, Monteiro (PB) CEP: 58.500-000, resolvem, de comum acordo, alterar seu Contrato Social na forma como se segue:

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O objetivo da sociedade que é de Produção de Espetáculos de Dança, Produção Musical, Produção de Espetáculos de Rodeios, vaquejadas e similares, Atividades de Sonorização e de Iluminação, PASSA A SER: 90.01-9-02 Produção musical, 90.01-9-06 Atividades de sonorização e de iluminação, 90.01-9-03 Produção de espetáculos de dança.

CLÁUSULA SEGUNDA. Face à modificação ocorrida, consolida-se o Contrato Social, passa a transcrever, na íntegra, com o teor a seguir:

DA CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A Sociedade sob o nome empresarial de **BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA**, com sede e domicílio na Avenida Olímpio Gomes, 73, andar térreo, centro,

Monteiro (PB) CEP: 58.500-000. inscrita na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o NIRE: 25200295153 em 31 de outubro de 1996 e no CNPJ (MF): Sob o nº 01.509.178/0001-25



CLÁUSULA SEGUNDA. O Capital Social é de R\$ R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em moeda corrente, legal e vigente no país, que corresponde a 10.000 (dez mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, já integralmente subscritas e integralizadas, assim distribuídas entre os sócios:

Sócio	N.º de Quotas	%	Valor R\$
JOSE INACIO DA SILVA	9.500	95	9.500,00
MARIA DO SOCORRO ARAUJO	500	5	500,00
Total	10.000	100	10.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA. Objetivo Social é 90.01-9-02 Produção musical, 90.01-9-06 Atividades de sonorização e de iluminação, 90.01-9-03 Produção de espetáculos de dança.

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade iniciou suas atividades em 31 de outubro de 1996 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas.

CLÁUSULA SÉTIMA. A administração da sociedade caberá ao sócio qualificado neste instrumento **JOSÉ INÁCIO DA SILVA**, com poderes e atribuições de administrador ficando autorizado o uso do nome empresarial, dispensando-o de caução e investido dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele nas relações com terceiros, assinando em conjunto ou isoladamente, todos os documentos necessários à gestão de negócios, podendo inclusive nomear procuradores, desde que com prazo de mandato determinado e poderes específicos.

Parágrafo único – O administrador é investido de todos os poderes necessários para prática de atos de gestão, ficando vedado aos avais, fianças, outras garantias de favor, no emprego da denominação social

em negócios ou transações estranhas aos objetivos sócias, bem como onerar ou alienar bem imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.



CLÁUSULA OITAVA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas os lucro ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios, deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es), quando for o caso.

Parágrafo único – Fica dispensada a reunião dos sócios, quando estes decidirem por escrito sobre as matérias, objetivo de deliberação, nos termos do § 3º, do art. 1072 da lei 10.406/02.

CLÁUSULA DÉCIMA. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou qualquer outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Os sócios poderão, de comum acordo, fixar retirada mensal, a título de “Pro – Labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução verificada em balança especialmente levantada.

Parágrafo único – o mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O administrador **JOSÉ INÁCIO DA SILVA**, declara, sob pena da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por si encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou

suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a prioridade.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Fica eleito o foro da cidade de Monteiro PB para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim juntos e contratados assinam o presente instrumento.

Monteiro - PB, 28 de julho de 2022

JOSÉ INÁCIO DA SILVA
CPF: 374.183.194-87

MARIA DO SOCORRO ARAÚJO
CPF.: 460.202.844-68



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa BANDA MAGNIFICOS PRODUcoes E EVENTOS ARTISTICOS LTDA consta assinado digitalmente por:


IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
37418319487	JOSE INACIO DA SILVA
46020284468	MARIA DO SOCORRO ARAUJO




CERTIFICO O REGISTRO EM 29/07/2022 09:54 SOB N° 20221016163.
PROTOCOLO: 221016163 DE 28/07/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12209869581. CNPJ DA SEDE: 01509178000125.
NIRE: 25200295153. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 28/07/2022.
BANDA MAGNIFICOS PRODUcoes E EVENTOS ARTISTICOS LTDA


MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO
SECRETÁRIA-GERAL
www.redesim.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
 SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2969726394

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 x 1 NOME E SOBRENOME
JOSE INACIO DA SILVA

1ª HABILITAÇÃO
05/10/1985

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO
18/03/1965, SANTA CRUZ DO CAPITABARIBE, PE

4a DATA EMISSÃO
20/01/2025

4b VALIDADE
17/01/2030

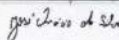
ACC
D

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF
1009831 SSP PB

5 Nº REGISTRO
03545705707

6 CAT HAB
AB

7 ASSINATURA DO PORTADOR



8 NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

9 FILIAÇÃO
INACIO ISIDORO DA SILVA

10 FLORILA CARLINDA DA SILVA

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 84

I<BRA035457057<077<<<<<<<<<<
6503189M3001178BRA<<<<<<<<<<2
JOSE<<INACIO<DA<SILVA<<<<<<<<

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO

2327407720
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NOME MARIA DO SOCORRO ARAUJO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF 1010479 SSP PE

CPF 460.202.844-68

DATA NASCIMENTO 03/08/1965

FLUIÇÃO SEVERINO SIMÕES DE ARAUJO

MARIA LENILDA DE ARAUJO

PERMISSÃO ACC

CAT. HAB. 5

Nº REGISTRO 00614335443

VALIDADE 20/05/2027

1ª HABILITAÇÃO 11/02/1998

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN



2327407720

OBSERVAÇÕES

LOCAL RECIFE, PE

ASSINATURA DO PORTADOR *Maria do Socorro Araujo*

DATA EMISSÃO 22/05/2022

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

PERNAMBUCO

15600601019
PE111472199

DENATRAN **CONTRAN**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



| | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO
01.509.178/0001-25
MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL | DATA DE ABERTURA
31/10/1996 |
| NOME EMPRESARIAL
BANDA MAGNIFICOS PRODUcoes E EVENTOS ARTISTICOS LTDA | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
***** | | PORTE
DEMAIS |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
90.01-9-02 - Produção musical | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança
90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | |
| LOGRADOURO
AV AVENIDA OLIMPIO GOMES | NÚMERO
73 | COMPLEMENTO
ANDAR TERREO |
| CEP
58.500-000 | BAIRRO/DISTRITO
CENTRO | MUNICÍPIO
MONTEIRO |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO
BANDAMAGNIFICOSMONT@HOTMAIL.COM | | UF
PB |
| TELEFONE
(83) 3351-2780 | | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
***** | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005 |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL
***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
***** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 20/01/2025 às 14:00:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **BANDA MAGNIFICOS PRODUcoes E EVENTOS ARTISTICOS LTDA**
CNPJ: **01.509.178/0001-25**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:58:04 do dia 01/07/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 28/12/2025.

Código de controle da certidão: **1CB1.677C.0B97.B1C7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.509.178/0001-25
Razão Social: BANDA MAGNIFICOS PRODUcoes E EVENTOS ARTISTICOS LTDA
Endereço: AV AVENIDA OLIMPIO GOMES 73 ANDAR TERREO / CENTRO / MONTEIRO / PB / 58500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/10/2025 a 21/11/2025

Certificação Número: 2025102308430648105206

Informação obtida em 29/10/2025 10:41:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ



CERTIDÃO

CÓDIGO: 8F0A.7490.3034.A6B1

Emitida no dia 29/10/2025 às 10:42:27

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **01.509.178/0001-25**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos definitivamente constituídos e inscritos em Dívida Ativa.** A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.

OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BANDA MAGNIFICOS PRODUcoes E EVENTOS ARTISTICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 01.509.178/0001-25
Certidão nº: 38729782/2025
Expedição: 08/07/2025, às 11:25:07
Validade: 04/01/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BANDA MAGNIFICOS PRODUcoes E EVENTOS ARTISTICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.509.178/0001-25, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Prefeitura Municipal de Monteiro
Secretaria Municipal de Finanças
Divisão de Tributos Mercantis e Imobiliários



**ALVARÁ
DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

NÚMERO ALVARÁ

2025/000000034

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO

AAAAABEDE

Inscrição Municipal

209500996

Inscrição Anterior

Área

Nome Fantasia

BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA - EPP

Nome do Contribuinte ou Razão Social

BANDA MAGNIFICOS PROD. E EVENT. ARTÍSTICOS LTDA - EPP

Localização do Estabelecimento

AVENIDA OLÍMPIO GOMES, Nº 73, CENTRO, MONTEIRO, PB, TERREO

Atividade ou Ramo de Negócio Principal

PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE DANÇA - CNAE: 900190300

CNPJ/CPF

01.509.178/0001-25

Atividade Secundárias

1449-PRODUÇÃO MUSICAL - CNAE: 900190200 | 1452-PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES - CNAE: 900190500 |
1453-ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO - CNAE: 900190600.

Início da Atividade

31/10/1996

Título da Licença

Observações

Validação

Este Alvará tem sua aceitação condicionada à verificação de autenticidade através do QR code, ou na internet, com o Código de Verificação, no Portal do Contribuinte, endereço <http://www.monteiro.pb.gov.br>

Validade

31/12/2025



Prefeitura Municipal de Monteiro
Secretaria de Finanças
Divisão de Tributos Mercantis e Imobiliários



CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL NEGATIVA DE DÉBITOS

NÚMERO DA CERTIDÃO

2340/2025

DATA DA EMISSÃO

29/10/2025

VALIDADE

90 DIAS

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO

CAAAAHBIG

DADOS DO REQUERENTE

Cnpj/Cpf

01.509.178/0001-25

Nome/Razo Social

BANDA MAGNIFICOS PROD. E EVENT. ARTÍSTICOS LTDA - EPP

Logradouro

AVENIDA OLIMPIO GOMES

Número

73

Complemento

TERREO

Bairro / Cidade

Centro- Monteiro-PB

DADOS DA CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, NÃO CONSTA DÉBITOS referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data, para o requerente acima.

FINALIDADE

PARA COMPROVAR REGULARIDADE JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E/OU PRIVADOS.

OBSERVAÇÃO

PARECER

RESSALVADO ESTÁ O DIREITO DE HAVER PELOS MEIOS LEGAIS QUAISQUER DÉBITOS QUE VENHAM SURGIR APÓS O FORNECIMENTO DESTA CERTIDÃO NEGATIVA. A PRESENTE CERTIDÃO VAI POR MIM ASSINADA E DATADA.

VALIDAÇÃO

Esta Certidão é válida por 90 dias a contar da data de explicação e sua aceitação está condicionada a verificação de autenticidade através do QR Code, ou na internet, com o Código de verificação, no Portal do Contribuinte, endereço <http://www.monteiro.pb.gov.br>

Esta Prefeitura se reserva no direito de inscrever e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que porventura venham a ser apuradas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)
Telefone: (83) 3216-1440



CERTIDÃO NEGATIVA

FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 01.509.178/0001-25

Razão Social: BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA

Nome Fantasia: BANDA MAGNIFICOS PRODUcoes E EVENTOS ARTISTICOS LTDA

Certidão emitida às 10:37 de 29/10/2025.

Validade 30 dias

-
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
 2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
 3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
 4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
 5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.
-

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **0MHj.zkeA**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **BANDA MAGNIFICOS PRODUcoes E EVENTOS ARTISTICOS LTDA**

CPF/CNPJ: **01.509.178/0001-25**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:17:40 do dia 07/10/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: S7PT071025091740

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: BANDA MAGNIFICOS PRODUcoes E EVENTOS ARTISTICOS LTDA

CPF/CNPJ: 01.509.178/0001-25

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:22:53 do dia 07/10/2025, com validade até o dia 06/11/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: E4j2XQX4og8cHS44xCfl

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Governo do Estado da Paraíba
Secret. de Estado de Turismo e do Desenvolvimento Econômico
Junta Comercial do Estado da Paraíba



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

| | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------------|------------------|---------------|--------------------|
| Nome Empresarial: BANDA MAGNIFICOS PRODUcoes E EVENTOS ARTISTICOS LTDA | | | Protocolo: PBC2301588294 | | | |
| NIRE : 25200295153
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada | | | | | | |
| NIRE (Sede)
25200295153 | CNPJ
01.509.178/0001-25 | Data de Ato Constitutivo
31/10/1996 | Início de Atividade
31/10/1996 | | | |
| Endereço Completo
Avenida OLIMPIO GOMES, Nº 73, ANDAR TERREO, CENTRO - Monteiro/PB - CEP 58500-000 | | | | | | |
| Objeto Social
PRODUCAO MUSICAL, ATIVIDADES DE SONORIZACAO E DE ILUMINACAO, PRODUCAO DE ESPETACULOS DE DANCA | | | | | | |
| Capital Social
R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Capital Integralizado
R\$ 10.000,00 (dez mil reais) | | Porte
EPP (Empresa de Pequeno Porte) | Prazo de Duração
Indeterminado | | | |
| Dados do Sócio | | CPF/CNPJ | Participação no capital | Espécie de sócio | Administrador | Término do mandato |
| Nome
JOSE INACIO DA SILVA | | 374.183.194-87 | R\$ 9.500,00 | Sócio | S | Indeterminado |
| Nome
MARIA DO SOCORRO ARAUJO | | 460.202.844-68 | R\$ 500,00 | Sócio | N | Indeterminado |
| Dados do Administrador | | CPF | Término do mandato | | | |
| Nome
JOSE INACIO DA SILVA | | 374.183.194-87 | Indeterminado | | | |
| Último Arquivamento
Data
09/08/2022 | Número
20221044159 | Ato/eventos
223 / 223 - BALANCO | Situação
ATIVA
Status
SEM STATUS | | | |

Esta certidão foi emitida automaticamente em 07/08/2023, às 09:46:48 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.redesim.pb.gov.br>, com o código TXGHGDGT.



PBC2301588294

Maria de Fatima Ventura Venancio
Secretário(a) Geral



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUSTÓDIA
CNPJ: 30.971.925/0001-40



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a Pessoa Jurídica de Banda Magníficos Produções e Eventos Artísticos LTDA, Inscrita no CNPJ sob o nº 01.509.178/0001-25, executou / forneceu ao FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUSTÓDIA - Praça Padre Leão, 272 - Centro - Custódia - PE, CNPJ nº 30.971.925/0001-40, sob o Contrato Administrativo de nº 0019/2025-FME, INEXIGIBILIDADE IN00016/2025 e PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2025 os seguintes serviços.

Apresentação de show com a Banda Magníficos no dia 13 de setembro de 2025, na XXII EXPOSIÇÃO REGIONAL DE ANIMAIS DO VALE DO MOXOTÓ, NA CIDADE DE CUSTÓDIA - PE, os serviços foram executados.

Atestamos que tais fornecimentos ou prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Custódia - PE 14 de setembro de 2025

LUCIVAL PEDRO DO
NASCIMENTO
ROQUE:0674710142
1

Assinado de forma digital por
LUCIVAL PEDRO DO
NASCIMENTO
ROQUE:06747101421
Dados: 2025.09.16 12:34:53
-03'00'

Lucival Pedro do Nascimento Roque
Secretário Municipal de Educação
CPF: 067.471.014-21



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas



Certificado de registro de marca

Processo nº: 827789637

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial, para garantia da propriedade e do uso exclusivo, certifica que a marca abaixo reproduzida foi prorrogada nos termos das normas legais e regularmente em vigor, mediante as seguintes características e condições:

BANDA MAGNÍFICOS


Data de depósito: 15/08/2005
Data da concessão: 04/12/2007
Fim da vigência: 04/12/2027

Restrição: SEM DIREITO AO USO EXCLUSIVO DA PALAVRA "BANDA".

Titular: BANDA MAGNIFICOS PRODUcoes E EVENTOS ARTISTICOS
LTDA [BR/PB]
CNPJ: 01509178000125
Endereço: R AGEU DE CASTRO 301, CENTRO, 58500, MONTEIRO,
PARAÍBA, BRASIL

Apresentação: Nominativa
Natureza: Marca de Serviço
NCL(8): 41
Especificação: DIVERTIMENTO, ENTRETENIMENTO, EXPOSIÇÕES (PARA FINS CULTURAIS OU ARTÍSTICOS), CONGRESSOS, ORGANIZAÇÕES E APRESENTAÇÕES DE ESPETÁCULOS AO VIVO, ORQUESTRAS (SERVIÇO DEE), PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS.

Rio de Janeiro, 22/05/2018


André Luis Balloussier Ancora da Luz
Diretor

A proteção conferida pelo presente registro de marca tem como limite o disposto no art. 124, incisos II, VI, VIII, XVIII e XXI, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.



Assinado digitalmente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Em 19/06/2018
Aprovado por ANDRÉ LUIS BALLOUSSIER ANCORA DA LUZ - Matrícula 0449457

DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Por este Instrumento Particular, a empresa BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA inscrita no CNPJ: 01.509.178/0001-25, com endereço Av. Olímpio Gomes, nº. 73, Centro, Monteiro/PB, neste ato representado por seu administrador José Inácio da Silva, portador do CPF: 374.183.194-87, detêm os direitos de exclusividade da Banda Magníficos em todo Território Nacional, com poderes para realizar contratação, pública e privada, bem como execução das apresentações artísticas.


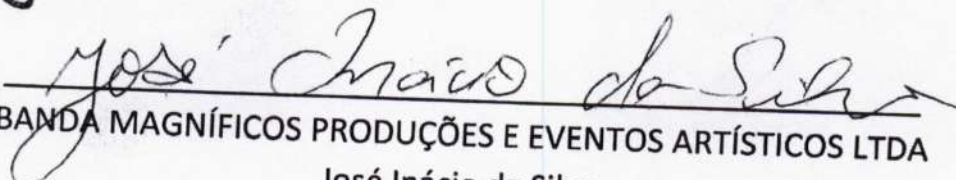
Com o percentual de 100% (cem por cento) do lucro da empresa.

O prazo da presente declaração de exclusividade é válida pelo período de 01 (um) ano, a contar da assinatura do presente termo.

E por ser esta a expressão da verdade, firmar-se a presente para todos e devidos fins e efeitos.

Monteiro-PB, 29 de abril de 2025.

Atenciosamente



BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA
José Inácio da Silva

Banda Magníficos Pro
Av. Olímpio Gomes - Nº 73

Conta **CARTÓRIO EPITÁCIO LEAL**
2º Tabelionato de Notas

SERVIÇO NOTARIAL - 2º TABELIONATO DE NOTAS DE MONTEIRO/PB
Tabelião: EPITÁCIO LEAL NETO / Tabelião Substituto: LUANA TAVARES LEAL LIMA / Escrevente Autorizado: JESSICA LOPES DE ANDRADE
Rua Associação Lopes De Almeida, 134, Centro, (Oleireria na Praça da Saudade) Monteiro/PB, 58590-000 - TEL: (33) 3632-8371

Reconheço, por semelhança, a(s) firma(s) de:
JOSE INACIO DA SILVA
Dou fé. Monteiro/PB - 29/04/2025
Selo Digital: ARC57490-4MTA
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tfpb.jus.br>
Emol: R\$13,49 Farpen: R\$1,68 MP: R\$0,22 Fepej: R\$2,70


JESSICA LOPES DE ANDRADE
LAC 000000-17





DECLARAÇÃO

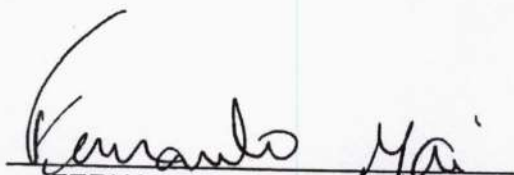
A Banda Magníficos Produções e Eventos Artísticos LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o N° 01.509.178/0001-25 por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o (a) Sr. (a) José Inácio da Silva portador (a) do registro Geral Carteira de Identidade N° 1009831 SSP/PB e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o n.º 374.183.194-87, **DECLARA**, para os devidos fins, que atualmente são vocalistas da aludida banda os artistas **FERNANDO DOS SANTOS MAI**, com nome artístico "Fernando Frajola", e **LARISSA SANTOS FERREIRA**, com nome artístico "Lari", os quais ocupam o cargo de cantores e principais artistas da Banda Magníficos, por tempo indeterminado.

JOSE INACIO DA
SILVA:37418319487

Assinado de forma digital por JOSE
INACIO DA SILVA:37418319487
Dados: 2025.03.11 15:39:41 -03'00'

BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA

José Inácio da Silva


FERNANDO DOS SANTOS MAI


LARISSA SANTOS FERREIRA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

A Banda Magníficos Produções e Eventos Artísticos Ltda, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 01.509.178/0001-25 por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o (a) Sr.(a) José Inácio da Silva portador(a) do registro Geral Carteira de Identidade n.º 1009831 SSP/PB e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o n.º 374.183.194-87, **DECLARA**, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em Inexigibilidade de Licitação, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores na lei nº 14.133/2021.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

JOSE INACIO DA
SILVA:37418319487

Assinado de forma digital por JOSE
INACIO DA SILVA:37418319487
Dados: 2025.03.11 11:16:06 -03'00'

Banda Magníficos Produções e Eventos Artísticos Ltda
José Inácio da Silva



UMA HISTÓRIA DE SUCESSO

Tudo começou nos anos 90, na cidade de Monteiro, interior da Paraíba, quando José Inácio da Silva (Jotinha) ganhou de presente do seu pai uma pequena sanfona de apenas 60 baixos. Empolgado com o presente, aprendeu as primeiras notas musicais e a tocar alguns clássicos do forró como: Asa Branca, Mulher rendeira, entre outros.

Contagiados pela música e incentivados por Jotinha, os irmãos Josivaldo, Van e Neno, também aprenderam a tocar alguns instrumentos musicais e passaram a animar festas em sítios e salões da cidade. Todos começaram a trabalhar ainda na adolescência, engraxando sapatos, carregando feira em carroça e vendendo picolé.

Com quinze anos, Jotinha conseguiu um emprego como menor estagiário no Banco do Brasil de Monteiro-PB. Parte do seu salário tinha destino certo: investir na carreira musical. No início, tudo foi conquistado com muito sacrifício e persistência, mas logo o talento foi percebido, e começaram a surgir os primeiros convites para apresentações em várias cidades da região. Sendo assim, através de pesquisa realizada em um dicionário, Jotinha, encontrou a palavra (magnífico) que o ajudou a identificar a MARCA de sua empresa. A partir daí surgiu a Banda Magníficos.

UM SONHO REALIZADO

Em 1995, a Banda Magníficos lançou o seu primeiro CD Independente, intitulado "Todo dia te querer", o qual tinha como carro-chefe a música "Amor pra sempre", e, devido às dificuldades no início, foi divulgado apenas nas emissoras de rádio da Paraíba. No ano seguinte, foi lançado o segundo CD, "Meu Tesão é Você", que teve uma grande aceitação em todo o Nordeste e chegou a vender mais de 200.000 mil cópias, de forma independente. Esse sucesso despertou o interesse de várias gravadoras, dentre elas a Sony Music, a qual não mediu esforços para contratar a banda.

Em 1997, já através da Sony Music, a Banda Magníficos lançou seu terceiro CD, intitulado "Me Usa", e foi premiada com o Disco Duplo de Platina, referente à vendagem superior a 500.000 cópias. Daí em diante, a banda passou a fazer mais apresentações e, devido ao aumento da demanda, foi necessário que Jotinha deixasse de participar como sanfoneiro nos shows e passasse a administrar o grupo. Contudo, continuou como acordeonista nas gravações das músicas da Banda Magníficos. Em seguida, foram lançados os CDs: "Fonte dos desejos", "Magníficos ao vivo", "Frente a frente", "Só depende de nós", "Tô no ponto", "Ao vivo e inéditas", "O encanto", entre outros.

Banda Magníficos Produções e Eventos Ltda. | CNPJ: 01.509.178/0001-25

Av. Olímpio Gomes - Nº 73 - Andar Térreo - Centro - Monteiro-PB | CEP: 58.5000-000

Contatos: (81) 99421-2745 | (83) 3351-2780

ÁUDIO VISUAL

Em 2005, gravado na então Chevrolet Hall, uma das maiores casas de shows do Brasil, em Recife-PE, a banda lançou o DVD Uma História de Sucesso, o primeiro da Magníficos, no qual apresenta toda a sua trajetória, desde o início da carreira na cidade de Monteiro-PB.

Em 2019, foi lançado “Magníficos Different”, um projeto acústico, gravado na Oficina Francisco Brennand, em Recife-PE.

Em 2022, foi lançado “Magníficos na Praia”, um projeto moderno com a presença de vários artistas e um público descontraído. A gravação foi realizada no Lovina Beach, em Cabedelo - PB.

Em 11 de outubro de 2023, em uma mega estrutura montada no parque do povo, cenário principal do maior São João do mundo, em Campina Grande-PB, a banda Magníficos, gravou o Áudio Visual (DVD) A PREFERIDA DO BRASIL, um dos projetos mais arrojados de sua história, onde apresenta sucessos de sua carreira, que são cantados por várias gerações.

Gravado no heliponto do Beach Class, em Recife-PE, este ano a banda Magníficos lançou o seu mais novo audiovisual (inéditas e releituras), com uma seleção de músicas românticas, que está agradando ao público, pela qualidade de som e imagem, característica presente na banda Magníficos.

“O repertório da banda Magníficos é escolhido, sempre, com muito cuidado e carinho, porque é feito exclusivamente para atender a todos que nos acompanham há muito tempo”, fala o empresário Jotinha, acrescentando que, além das músicas, a banda busca levar ao seu público um show totalmente inovador e inesquecível.

A Banda Magníficos – chega a sua cidade com um show repleto de sucessos que marcaram a história da música brasileira. Priorizando seus grandes clássicos (Me Usa, Verdadeiro Amor, Carta Branca, O Encanto, Tentando me Evitar, Apaixonada, Animal Faminto, É Chamego ou Xaveco?, entre outros). A Magníficos é uma banda que se moderniza, que busca se aproximar cada vez mais do público, mantendo a sua principal característica, que é a qualidade musical.

As músicas da Banda Magníficos são cantadas e tocadas por várias gerações.

ESSA É A BANDA MAGNÍFICOS:

Vocais: Frajola / Larissa / Samara

Sanfona: Silone

Saxofone: Vitinho

Trompete: Napoleão

Trombone: Carlinhos

Teclados: Juninho

Guitarra: Elvis

Baixo: Gugu

Bateria: Kiko

Percussão: Ítallo

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos a DEUS, por nos proporcionar o sucesso que hoje temos e por sempre colocar em nossos corações o desejo de agradecer-lhe continuamente, aos nossos pais, aos nossos fãs-clubes espalhados por todo o Brasil, a toda a imprensa e a todos os que contribuíram e aceitaram o nosso trabalho, muito além de nossas expectativas.

CONTATO PARA SHOWS

André Medeiros (81) 9 9421-2745

andremedeirosbm@gmail.com

DECLARAÇÃO

A **BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ 01.509.178/0001-25, com sede à Av. Olímpio Gomes, nº 73, Centro Monteiro-PB, CEP: 58500-000, neste ato representada pelo Sr. José Inácio da Silva, portador do CPF nº 374.183.194-87, empresa que representa a **BANDA MAGNÍFICOS**, por meio da presente, Declara, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

JOSE INACIO DA

SILVA:37418319487

Assinado de forma digital por JOSE

INACIO DA SILVA:37418319487

Dados: 2025.03.11 10:51:52 -03'00'

BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA

JOSÉ INÁCIO DA SILVA

DECLARAÇÃO

A **BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ 01.509.178/0001-25, com sede à Av. Olímpio Gomes, nº 73, Centro Monteiro-PB, CEP: 58500-000, neste ato representada pelo Sr. José Inácio da Silva, portador do CPF nº 374.183.194-87, empresa que representa a **BANDA MAGNÍFICOS**, **DECLARA**, que cumpre a legislação no que tangea exigência de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para o reabilitado da Previdência Social, que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

MAGNÍFICOS

JOSE INACIO DA
SILVA:37418319487

Assinado de forma digital por JOSE
INACIO DA SILVA:37418319487
Dados: 2025.10.16 16:36:03 -03'00'

BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA

José Inácio da Silva



FOLHA
DO ACRE
O seu jornal online

segunda-feira, 1 setembro 2025



INÍCIO

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

CONCURSOS

ENTRETENIMENTO

POLÍCIA

POLÍTICA

COTIDIANO

CIDADES



Entretenimento

Feijó anuncia programação com Dilsinho, Lucas Lucco, Magníficos e Natanzinho Lima para o 26º Festival do Açaí

Por Kauã Lucca, da Folha do Acre

01/08/2025 09:25

Compartilhado



Facebook



Twitter



WhatsApp



A Prefeitura do município de Feijó, no interior do Acre, anunciou a programação oficial da 26ª edição do tradicional Festival do Açaí, que será realizado entre os dias 14 e 17 de agosto. O evento, um dos mais aguardados do calendário cultural do estado, contará com quatro grandes atrações nacionais e promete movimentar a economia e o turismo local.

A abertura do festival acontece na quinta-feira, 14, com o pagode romântico de Dilsinho. Na sexta, 15, o sertanejo toma conta do palco com o cantor Lucas Lucco. Já no sábado, 16, é a vez da Banda Magníficos agitar o público com seu forró apaixonado. O encerramento, no domingo, 17, será comandado por Natanzinho Lima, que mistura forró e sertanejo em um estilo próprio que tem conquistado o país.

Reconhecida oficialmente por lei estadual como a "capital do açaí", Feijó se destaca como uma das principais produtoras da fruta na região Norte. A expectativa é que milhares de pessoas participem da festa, que além dos shows, celebra a cultura, a gastronomia e as tradições locais, com destaque para o açaí, principal símbolo da cidade.

"Vem aí uma celebração cheia de sabor, música e cultura! Não fique de fora dessa festa incrível," diz a prefeitura.



Cuidar da mulher é
prioridade em
Rio Branco

Mais cuidado, mais dignidade
pra quem gera vidas.

Mais de 400
gestantes
de alto risco
acompanhadas

- Filia ginecológica
zerada

- Atendimento com
agilidade e respeito

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
SAÚDE



RIO
BRANCO

Maior São João do Cerrado começa nesta quarta (13) na Esplanada dos Ministérios, em Brasília

Festa junina fora de época é de graça e vai até domingo (17); ela reúne artistas nacionais e do DF. Mestrinho e Banda Magníficos abrem programação do palco principal.

Por Redação g1, g1 DF

13/08/2025 09h27 - Atualizado há 2 semanas



Resumo

- A partir desta quarta-feira (13), Brasília recebe o **Maior São João do Cerrado**, na Esplanada dos Ministérios.
- A festa vai até domingo (17) e a **entrada é de graça**.
- Mestrinho e Banda Magníficos abrem a programação no palco principal.

A partir desta quarta-feira (13), **Brasília** recebe o **Maior São João do Cerrado**, na Esplanada dos Ministérios. A festa vai até domingo (17) e a **entrada é de graça**.

☒ **Clique aqui para seguir o canal do g1 DF no WhatsApp.**

Mestrinho e Banda Magníficos abrem a programação no palco principal (*veja detalhes abaixo*).



Atrações

A programação musical está distribuída entre o **palco principal, três ilhas de forró e um tradicional coreto**. Entre os grandes nomes da música nacional que participam do evento estão:

- Márcia Felliipe
- Banda Magníficos
- Juze
- Michele Andrade
- Nena Queiroga
- Paulin Vaqueiro

Os músicos dividirão o palco com artistas locais do DF, como:

- Pé de Cerrado
- Balé Flor do Cerrado
- Cesar Amaral
- Boka de Sergipe

A estrutura conta com **intérpretes de libras, audiodescrição, camarote para pessoas com mobilidade reduzida e estacionamento exclusivo para PCD**, garantindo uma festa para todos.

Ao todo, mais de 26 mil artistas já passaram pelo festival ao longo dos anos.





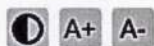
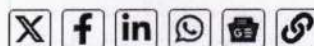
Record > A Fazenda 16 > Na TV

Banda Magníficos anima noite de festa dos peões | A Fazenda 16

Grupo não deixou ninguém parado

NA TV | Do R7

09/11/2024 - 02H42 (ATUALIZADO EM 09/11/2024 - 02H41)



Após uma intensa e conturbada semana, com discussões, quebras de aliança e mais, os peões puderam cair na dança na noite desta sexta-feira (08) em mais uma festa. A música ficou na responsabilidade da Banda Magníficos, que não deixou ninguém parado.

São João de Campina Grande tem show de Magníficos nesta segunda-feira (24)

Maior São João do Mundo terá 33 dias de duração e acontecerá no Parque do Povo ampliado, com quase 40 mil metros quadrados.

Por g1 PB

24/06/2024 06h21 · Atualizado há um mês



Vocalistas da Banda Magníficos — Foto: Arquivo Pessoal

O São João 2024 de **Campina Grande** terá shows de Magníficos, Eliane e mais nesta segunda-feira (24). O evento, que conta com 33 dias de duração, começou no dia 29 e acontece até o dia 30 de junho.

LEIA TAMBÉM

- **Veja a programação completa do São João 2024 de Campina Grande**
- **Saiba tudo sobre o São João 2024 na Paraíba**

O São João 2024 de Campina Grande celebra os 160 anos da cidade. O destaque maior é a ampliação do Parque do Povo, que passou a ter quase 40 mil metros quadrados e foi interligado ao Parque Evaldo Cruz, o Açude Novo.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Campina Grande, os festejos juninos de 2023 geraram uma movimentação econômica de cerca de R\$ 500 milhões. A expectativa é que este ano a movimentação econômica aumente cerca de 20%.

Shows do São João de Campina Grande nesta segunda-feira (24)

- Magníficos
- Eliane
- Waldonys
- Fabrício Rodrigues



Banda Magníficos e Gustavo Mioto são atrações confirmadas para Expofeira 2024, no Amapá

Anúncio foi feito nas redes sociais do Governo do Amapá, neste sábado (3). Apresentações serão realizadas no dia 6 de setembro.

Por Josi Paixão, g1AP — Macapá
03/09/2024 12h55 · Atualizado há 2 semanas



Banda Magníficos e Gustavo Mioto são atrações na Expofeira 2024 — Foto: Fotojet

A Banda Magníficos e o cantor sertanejo Gustavo Mioto são atrações com presença confirmada na **53ª edição da Expofeira**. Os artistas se apresentarão no Parque de Exposições da fazendinha no dia 6 de setembro.

☒ [Clique aqui para seguir o canal do g1 AP no WhatsApp](#)



O anúncio das atrações foi feito neste sábado (3), através das redes sociais do Governo do Amapá.

A Banda Magníficos nasceu em 1995 pra embalar o forró nos quatro cantos do país. Ficou conhecida pelos grandes sucessos emplacados ao longo dos anos, incluindo 'Verdadeiro Amor' e 'Me usa'.



Banda Magníficos é atração confirmada dia 6 de setembro na Expofeira 2024 — Foto: Divulgação



ARIQUEMES NEWS

Expoari 2024: APA divulga grade de shows da 39ª edição da festa

Notícias



Publicado em 25/02/2024

A Associação dos Pecuáristas de Ariquemes (APA), divulgou neste sábado (24), os nomes dos artistas que irão se apresentar na 39ª Expoari. A festa, considerada a maior da região norte, acontecerá de 27 de julho a 04 de agosto de 2024.

Nomes como Henrique e Juliano, Maiara e Maraísa e a Banda Magníficos, passarão pelo palco da 39ª Expoari.

Veja abaixo as atrações da maior exposição agropecuária da região Norte:

27 de julho – Hugo e Guilherme

30 de julho – Ícaro e Gilmar

31 de junho – Banda Magníficos

1 de agosto – Henrique e Juliano

3 de agosto – Maiara e Maraísa

4 de agosto – US Agrobot

Fonte: Ariquemes News

Foto: Divulgação

Mais notícias



22/08/2024

Governo Federal anuncia que vai concentrar ações contra queimadas em Porto Velho,...



21/08/2024

CPI das Unidades de Conservação em Rondônia realiza 10ª reunião extraordinária



Notícias

Magníficos participa do Encontro da TV Globo

19/05/2023

A Banda Magníficos criada em 1995 na cidade de Monteiro no Cariri paraibano. Ganhou notoriedade no espaço artístico com as canções: Me Usa, Verdadelro Amor, Meu Tesão é Você, Tentando Me Evitar, Carta Branca e outras que essa página fica pequena para tantas melodias.

Como diz o brasileiro Sextooo! Nesta sexta-feira (19/05), Magníficos esteve no Programa Encontro da Rede Globo, com os apresentadores Patrícia Poeta e Manoel Soares.

Muitos sucessos foram cantados, os quais são consagrados pelo público. Nas redes sociais os fãs expressaram o carinho pela banda.

"A melhor banda de forró do mundo". Escreveu, Leonel Nascimento.

"Tem sido tão bom ver o nosso forró ganhando força na TV"! Publicou o fã, Wallyson Romualdo.

Agora, só resta o convite para quem não viu, a Banda Magníficos reforça: "Começamos a sexta-feira com muito forró na telinha da @tvglobob. O nosso #Encontro foi lindo demais!"



globoplay

Início Agora na TV Novelas Séries Filmes Esportes Catálogo



Encontro com Patrícia Poeta

Banda Magníficos canta 'Sentimento Superado' - 19/05/2023

10 HD 2 min 2022 CC

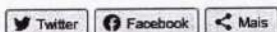


Banda Magníficos emociona o público no encerramento do 2º Arraiá do Mercado Centrá

Fãs e admiradores do forró eletrônico cantaram em coro todas as músicas

Por Ana Cleide Torres - Secretaria Municipal de Comunicação Social

Publicado em 19 de junho de 2023



Banda Magníficos encerrou os festejos juninos do Arraiá do Mercado Centrá | Foto: Jesiel Braga/PMM

Repertório selecionado com as marcantes, a Banda Magníficos encantou o público no encerramento do 2º Arraiá do Mercado Centrá que aconteceu neste domingo (18). Fãs e admiradores do forró eletrônico cantaram em coro todas as músicas. Além da banda, o DJ DVD também agitou a plateia.

"Falamos de amor do início ao fim. Obrigada Macapá pela noite inesquecível e o prazer de compartilhar a festa junina junto com vocês. Já estamos no aguardo dos próximos convites", agradeceu os vocalistas, Fernando Frajola e Samara Souto.

Com público de 18 mil pessoas, Banda Magníficos abre Sesc Tradições Juninas em Ceilândia

Bhruna Balardim / 03/06/2023



Programação do Sesc Tradições Juninas prevê mais dez festas até o final da temporada



Foto: Felipe Menezes

Foi dada a largada para a temporada de festas juninas no Sesc-DF. Nesta sexta e sábado, mais de 18 mil pessoas aproveitaram o que há de melhor das festas típicas com quadrilhas, brincadeiras, gincanas, barracas de comidas e bebidas. As festas realizadas no Sesc Ceilândia contaram com atrações como as bandas Nilson Freire, Julie Morato, as quadrilhas "Ribuliço", "Sanfona Lascada" e "Paixão Cangaco". O show principal ficou por conta da Banda Magníficos, que levou o público a cantar seus maiores sucessos como "Amor pra sempre", "Frente a frente", "Só depende de nós", e "Tô no ponto".



Foto: Felipe Menezes

Em entrevista, a dupla de vocalistas da banda magníficos revelou estar iniciando a temporada de shows do período junino no Sesc, e que a apresentação foi um marco para a carreira do grupo. "Ficamos muito felizes em abrir esse festival aqui em Ceilândia. O Sesc proporciona muita coisa legal pra população, e essa festa é mais uma delas, uma vez que, sendo gratuita, viabiliza ainda mais o acesso à cultura nordestina aqui no Distrito Federal" destacaram os cantores.

Página inicial > Agenda > 09/07/2023 Shows de Magníficos, Limão com Mel, Desejo de Menina e mais atrações no Expocrato

09/07/2023 Shows de Magníficos, Limão com Mel, Desejo de Menina e mais atrações no Expocrato

Shows Pelo Brasil



EVENTO: BRAHMA apresenta Festival Expocrato 2023

PROGRAMAÇÃO - ATRAÇÕES - LINE-UP

Magníficos

Limão com Mel

Desejo de Menina

Banda 'Magníficos' anuncia gravação de DVD em show gratuito no aniversário de Campina Grande

DVD "A Preferida do Brasil" será gravado no Parque do Povo. Público poderá entrar no local mediante doação de dois quilos de alimento.

Por Bruna Couto, g1 PB

13/09/2023 08h18 - Atualizado há 4 meses



Samara Souto e Fernando Frajola, vocalistas da Banda Magníficos — Foto: Cássio Joffily/Reprodução/Instagram

A banda **Magníficos** anunciou nessa terça-feira (12) a gravação de um novo DVD em **Campina Grande**, em um show gratuito no dia 11 de outubro, aniversário da cidade. O show vai acontecer no Parque do Povo, local que sedia "**O Maior São João do Mundo**" há 40 anos.

- **Acesse o Guia Qual é a Boa**



A informação foi divulgada por representantes da banda Magníficos em um evento para imprensa. O grupo surgiu em Monteiro, no Cariri paraibano, na década de 1990 e acumula sucessos como "Carta Branca", "Me Usa" e "Chamego ou Xaveco". Atualmente a banda tem como vocalistas Fernando Frajola e Samara Souto.



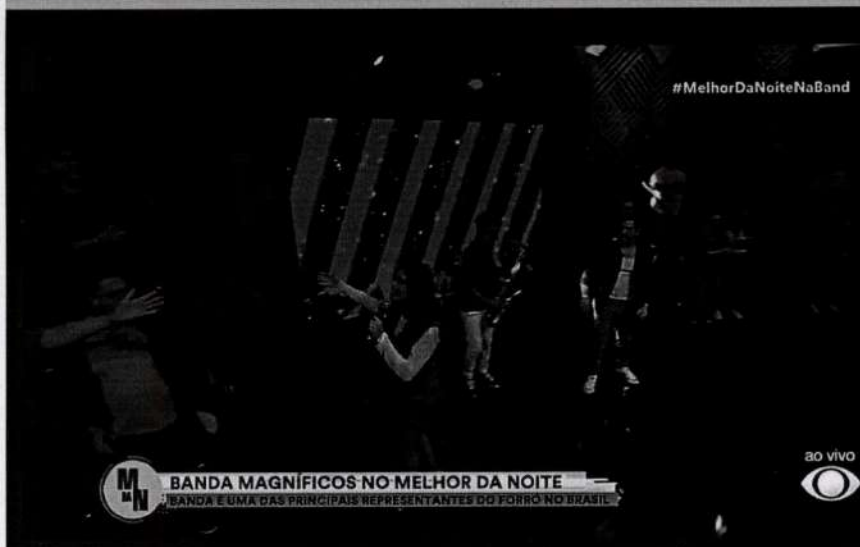
BAND.
com.br

MELHOR DA NOITE

AO VIVO

Bandplay

Bandshop



BANDA MAGNÍFICOS NO MELHOR DA NOITE
BANDA É UMA DAS PRINCIPAIS REPRESENTANTES DO FORRÓ NO BRASIL

ao vivo



Banda Magníficos canta sucesso "Me Usa" no Melhor da Noite

Banda Magníficos canta sucesso "Me Usa" no Melhor da Noite #MelhorDaNoiteNaBand

15/04/2024 • 22:12



ASSISTA A OUTROS VÍDEOS E INTEGRAS EM [Bandplay](#)

Vídeos relacionados



"Completamente Apaixonados": Magníficos cantam ao vivo no Melhor da Noite



Banda Magníficos anima o Melhor da Noite com muito forró



BAND.
com.br

MELHOR DA NOITE

AO VIVO

Bandplay

Bandshop



BANDA MAGNÍFICOS, AO VIVO, NO NOSSO PALCO!
OS SUCESSOS DO FORRÓ ROMÂNTICO NO MELHOR DA NOITE

ao vivo



"Completamente Apaixonados": Magníficos cantam ao vivo no Melhor da Noite

"Completamente Apaixonados": Magníficos cantam ao vivo no Melhor da Noite
#MelhorDaNoiteNaBand

15/04/2024 • 22:07



ASSISTA A OUTROS VÍDEOS E INTEGRAS EM [Bandplay](#)

Vídeos relacionados



Banda Magníficos canta sucesso "Me Usa" no Melhor da Noite



Banda Magníficos anima o Melhor da Noite com muito forró

TIM S.A.
Rua Porfirio Costa,1553-Sala 01
Cruz das Almas - João Pessoa - PB
CNPJ: 02.421.421/0016-06 - I.E.: 16.126.110-8
CNPJ da Matriz: 02.421.421/0001-11

TIM

Página 1 de 2
R\$ 52,99

VENCIMENTO
10/11/2025

EMIÇÃO: 19/10/2025
POSTAGEM: 03/11/2025

BANDA M P E E ARTISTICOS LTDA EPP
AVENIDA OLIMPIO GOMES, 73
ANDAR TERREO
58500-000 - MONTEIRO - PB

FATURA DE PAGAMENTO: 5605239274
REF: OUT/25 PERÍODO 19/09/25 a 18/10/25
CPF/CNPJ: 01509178000125
CLIENTE: 7.2005804
DÉB. AUTOMÁTICO: 00000009155371095010



IMPORTANTE PARA SUA EMPRESA

Nosso atendimento: *144 do seu TIM ou 1056 de qualquer telefone. Ouvidoria: 0800 8820041 - De segunda à sexta, de 08h às 18h.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DÉBITO AUTOMÁTICO

Cadastre sua conta no débito automático de seu banco utilizando o número de identificação neste boleto



CONTA DIGITAL TIM (WWW.MEUTIM.COM.BR)

- Baixar e imprimir 2ª Via de Conta
- Realizar pagamentos online
- Alterar data de vencimento
- Visualizar contas dos últimos meses
- Acessar gráficos avançados

TIM

Consulte e imprima a 2ª via da sua fatura na área exclusiva do site www.tim.com.br

Para sua comodidade, cadastre sua conta em débito automático, em seu banco, utilizando o número de Identificação indicado neste boleto. Para mais informações, ligue para a central de atendimento TIM.

NOME DO CLIENTE

BANDA M P E E ARTISTICOS LTDA EPP

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

IDENTIFICAÇÃO DE DÉBITO AUTOMÁTICO
000000091553710950-10

MÊS DE REFERÊNCIA
OUT/2025

DATA DE EMISSÃO
19/10/2025

DATA DE VENCIMENTO
10/11/2025

VALOR
R\$ 52,99

84600000000 - 6

52990109011 - 6

00560523927 - 5

40155371095 - 5





Telefonica Brasil S.A.
Rua Padre Carapuceiro, 910 - CEP: 51020-280 - Recife - PE
I.E.: 029494400 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62

Nº da Conta: 00001124930300
Código Cliente: 00000123371656

MÊS REFERÊNCIA: 10/2025

MARIA DO SOCORRO ARAUJO
AVENIDA BERNARDO VIEIRA DE MELO 520
AP 1401
PIEDADE
54400-000 JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

VENCIMENTO
26/10/2025

VALOR A PAGAR (R\$)
337,58

MEIO DE PAGAMENTO: DÉBITO AUTOMÁTICO
ENVIO DA FATURA: E-MAIL
(fabiana_magnificos@hotmail.com)

OS BENEFÍCIOS DO CELULAR RENOVAM TODO DIA: 11

RESUMO DA SUA CONTA

(DE 11/09/25 A 10/10/25)

| | |
|---------------|--------|
| VIVO CELULAR | 337,58 |
| Total a pagar | 337,58 |

| Plano contratado Adicionais contratados | Quantidade | Valor (R\$) |
|----------------------------------------------------|------------|-------------|
| VIVO CELULAR - Pós | | |
| Vivo Família 3 | 1 | 337,58 |
| (+) Serviços Digitais Inclusos | - | - |
| Subtotal Vivo Pós | | 337,58 |
| Subtotal Plano contratado / Adicionais contratados | | 337,58 |
| Total a pagar | | 337,58 |

- Não existe(m) valor(es) pendente(s) até a data de emissão dessa fatura -



SEUS NÚMEROS VIVO

Tel. Celular: 81-98664-7574, 81-98181-1882, 81-98699-7573
(Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento no App Vivo)



SUAS BONIFICAÇÕES

Celular Vivo: 2 Linha Adicional | 2 Bônus Conta Digital 3GB | 2 Bônus Pagamento Digital

Pelo aplicativo, você também pode:

- Verificar a distribuição de franquia de dados entre titular e dependentes no Multivivo Cotas
- Aproveitar os benefícios do Vivo Valoriza



FALE COM A GENTE

Para os serviços da casa: Whatsapp
11 99915-1515 ou ligando para 10315.

Para os serviços do celular: *8486 do seu celular Vivo
Se tem necessidades específica de acessibilidade para fala e/ou audição: 142

Ou acesse a Central de Intermediação em Libras disponível em nosso site.

Importante: Mantenha o pagamento em dia e evite a suspensão e o cancelamento dos serviços, a rescisão contratual, e a inclusão nos órgãos de proteção ao crédito. Para pagamento após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura. | Central de Atendimento ANATEL: 1331 e www.anatel.gov.br. PLANOS ANATEL: Vivo Família 180GB: 161/POS/SMP. Para a prestação de serviços descrita nessa fatura incidem os seguintes impostos: PE - 20.5% ICMS, 0.65% PIS e 3% COFINS para Telecom. SP - 0% ISS, 0.65% PIS e 3% COFINS e 2% ISS, 1.65% PIS e 7.6% COFINS e 0% ISS, 0% PIS e 0% COFINS para SVAs.

Autenticação Mecânica

CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO
Banco Do Brasil, Agência 0229

Destaque aqui

MARIA DO SOCORRO ARAUJO

Vencimento

Total a Pagar - R\$

26/10/2025

337,58

| | | | |
|------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Cód. Débito Automático | Nº da Conta | Nº da Fatura | Mês Referência |
| 1124930300-6 | 00001124930300 | 00000813725074 | 10/2025 |

846600000034 375802921003 011249303006 925107250746



Pagar
via Pix





CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAIBA

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DA PARAIBA
AVENIDA FELICIANO CIRNE - 220 - JAGUARIBE JOAO PESSOA PB
CNPJ: 09.123.654/0001-87 - ISNC. ESTADUAL N° 160572029
Informações e/ou Reclamações - Ligue 115



N° Documento: 20251117046890

ESCRITÓRIO

MONTEIRO

MATRÍCULA

01704689.0

CLIENTE

JOSE INACIO DA SILVA

CPF/CNPJ:

374.XXX.XXX-XX

INSCRIÇÃO

027.002.170.0302.000

ENDEREÇO DO IMÓVEL

RUA MARIA SALETE DE A NUNES, 121 - VARZEA - MONTEIRO PB 58500-000

FATURA

11/2025

RESPONSÁVEL ENDEREÇO PARA ENTREGA

ÁGUA

ESGOTO

LIGADO

LIGADA

ÚLTIMOS CONSUMOS

| | | | |
|-----------|--------------------|---------------|------|
| 10/2025 | 9 | 09/2025 | 4 |
| 08/2025 | 9 | 07/2025 | 3FF |
| 06/2025 | 6 | 05/2025 | 12 |
| ECONOMIAS | CONS. POR ECONOMIA | COD. AUXILIAR | |
| 1 | 2 | R | 5307 |

LEITURA

ANTERIOR | ATUAL

CONSUMO

CONSUMO/DIA

ÁGUA - 222 | 224

(M³) DIAS (M³)

07/10/2025 | 06/11/2025

N°Hm: A23SG0426739

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS

CONSUMO POR FAIXA

VALOR R\$

ÁGUA

RESIDENCIAL 001 UNIDADE

CONSUMO DE ÁGUA

2 M3

54,82

ESGOTO

RESIDENCIAL 001 UNIDADE

CONSUMO DE ESGOTO

2 M3

43,86

Valor aproximado dos tributos PIS e COFINS, Lei 12.741 de 2012. R\$ 3,60

TOTAL

R\$

98,68

PARA SUA COMODIDADE, PAGUE SUA CONTA COM PIX, UTILIZANDO O QR CODE ABAIXO.

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO 10/2025

Anexo XX, da Portaria de Consolidação n° 5/2017, alterada pela Portaria n° 888/2021

| Parâmetro | Vl. Médio | Parâmetro | Vl. Médio | Parâmetro | Vl. Médio | Parâmetro | Vl. Médio |
|--------------|-----------|-------------------|-----------|------------------------|-----------|---------------|-----------|
| Turbidez | 0,70 | Cor Aparente | 5,00 | Bact. Heterotróficas | | Colif. Totais | 100,00 |
| Cloro (mg/L) | 2,40 | Coliformes Fecais | | Colif. Termotolerantes | | | |

VIA CLIENTE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Emitido por: INTERNET

Emitido em: 06/11/2025



CAGEPA

MATRÍCULA

01704689.0

INSCRIÇÃO

027.002.170.0302.000

FATURA

11/2025

NÃO RECEBER APÓS

30/11/2026

VENCIMENTO: 17/11/2025

VALOR R\$

98,68

GRUPO: 321

VIA CAGEPA

DEBITO AUTOMATICO

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

MAGNÍFICOS



DADOS BANCÁRIOS

Chave Pix (E-mail):

jotinha@bandamagnificos.com.br

Titular:

Banda Magníficos
Produções e Eventos



BANCO DO BRASIL

Agência: 0229-1

Conta Corrente: 5520-4

CNPJ: 01.509.178/0001-25

DA: Equipe de Planejamento – Portaria nº 044/2025

PARA: Contabilidade Geral do Município

OBJETO: Realização do Show Artístico com a Banda denominada “**BANDA MAGNÍFICOS**” nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA.

Prezado Contador,

Considerando a necessidade de contratação do objeto acima especificado, sob demanda da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, solicito informação sobre a dotação orçamentária do município para custear as despesas de contratação, no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), em conformidade com o Art. 72, inc. IV da Lei 14.133/21.

Porto Franco, 24 de novembro de 2025.


PAULO HENRIQUE DA SILVA MOTA
Equipe de Planejamento - Matrícula nº. 949171



À
Equipe de Planejamento
Prefeitura Municipal de Porto Franco/MA

DESPACHO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Trata-se de solicitação de dotação orçamentária para cobrir despesa referente ao Processo Administrativo n.º 065/2025-SMA, referente a “Contratação do Show Artístico com a Banda denominada “Banda Magníficos” nas festividades de realização do Réveillon/2026 (Show da Virada) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de emancipação Política do município de Porto Franco-MA” e que revendo a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2025, verificou-se a existência da seguinte rubrica dotação orçamentária:

| | |
|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ÓRGÃO | 12 – SEC. MUN. DE JUV. CULTURA/TURISMO/ESP/LAZER |
| UNIDADE | 00 - SEC. MUN. DE JUV. CULTURA/TURISMO/ESP/LAZER |
| AÇÃO | 13.392.0473.2048.0000 – PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES, EVENTOS E COMEMORAÇÕES DO CALENDÁRIO CULTURAL |
| NAT. DESPESA | 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA |

Porto Franco, 25 de novembro de 2025.


Ardiles Silva Soares
Contador Geral de Porto Franco/MA



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2025-SMA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação do Show Artístico com a Banda denominada **"BANDA MAGNÍFICOS"** nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE | Vlr. UNIT. | Vlr. TOTAL |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------|------------|
| 01 | APRESENTAÇÃO DO SHOW COM A BANDA DENOMINADA "BANDA MAGNÍFICOS" PREVISTO PARA ACONTECER NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2025, COM HORÁRIO DE INICIO CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM PREVISÃO DE 2:00 (DUAS HORAS) DE APRESENTAÇÃO). | 01 Apresentação | 470.000,00 | 470.000,00 |
| TOTAL | | | | 470.000,00 |

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO A DEMANDA PARA O OBJETO A SER CONTRATADO.

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

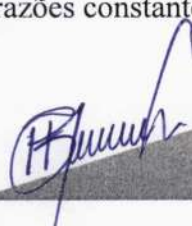
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

 *Demétrio Milhomem*



Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local onde será executado os serviços pretendidos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Fica estabelecido a forma de execução indireta, sob o regime Empreitada Por Preço Global, nos termos do art. 6º, XXIX, da Lei 14.133/2021.

5.2. A execução do objeto ocorrerá em remessa ÚNICA;

5.3. O início da execução dos serviços deverá ocorrer na data prevista na Ordem de Serviço.

5.4. O prazo de execução dos serviços será a data estabelecida para a realização da apresentação;

5.5. A apresentação ocorrerá na seguinte data: 31 de dezembro de 2025, nas festividades de Réveillon/2026 e Aniversário de 106 anos de emancipação Política do Município, a se realizar na Praça da Família (antiga Praça do Côco) neste município.

5.6. As datas, locais e horários poderão sofrer alterações por parte da Administração desde que justificado e aceito pelo CONTRATADO;

5.7. Os serviços serão executados conforme as seguintes especificações contidas no Termo de Referência e demais instrumentos de contratação;

5.8. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual;

5.9. O objeto deste contrato não será recebido de forma provisória;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da

WCLara Milhomem



contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter contato com o preposto da empresa responsável pela execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa



6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

M. Clara M. Milhomem



7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Caberá exclusivamente a CONTRATANTE a liberação da realização do espetáculo junto a todos os órgãos públicos e entidades de classe, bem como junto às autoridades locais, além de todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições de qualquer espécie ou natureza devidos, por força de Lei, a todos e quaisquer órgãos Municipais, Estaduais ou Federais, com antecedência de 05 (cinco) dias da data prevista para a realização da apresentação artística a que se refere o presente instrumento;

7.2. O não cumprimento do estabelecido nesta cláusula desobriga a CONTRATADA da realização da apresentação artística, sem gerar qualquer obrigação, seja de que natureza for para a mesma;

7.3. Os tributos incidentes ou não, relativos a contratação do serviço será praticada conforme a legislação vigente, seja ela Federal, Estadual ou Municipal;

7.4. O pagamento do valor pactuado se fará nas condições abaixo estipuladas:

7.4.1. O pagamento ocorrerá de forma parcelada, sendo 50% (cinquenta por cento) no ato da assinatura do contrato e os 50% (cinquenta por cento) restante, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do evento, mediante a entrega da Nota Fiscal junto ao SETOR DE FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL ou em sua totalidade caso a tramitação processual autorize o pagamento somente próximo da data do evento;

7.5. O pagamento será realizado através de depósito bancário:

7.5.1. A conta fornecida para o pagamento deverá estar em nome da Empresa Contratada;

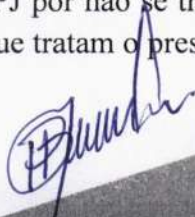
7.5.2. O pagamento deverá ser efetuado através de transferência eletrônica para a conta corrente da CONTRATADA, indicada pela mesma;

7.5.3. O pagamento deverá ser realizado em conta corrente em nome da CONTRATADA.

7.6. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento fiscal, as certidões comprovando a sua situação regular perante a Seguridade Social, às Fazendas Federal, Estadual, Municipal e/ou Distrito Federal do domicílio/sede da Contratada e da quitação da Dívida Ativa da União e Justiça do Trabalho;

7.7. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, acrescido de juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, e multa de 10% (dez por cento);

7.8. A CONTRATADA não está sujeita a retenção de INSS prevista no inciso XXI do artigo 112 da Instrução Normativa nº 2110/2022, por não se tratar o presente instrumento de cessão de mão de obra, conforme conceito disposto no artigo 108 da mesma instrução, uma vez os serviços aqui dispostos têm caráter eventual. A CONTRATADA não sofrerá ainda retenção de PIS/COFINS/CSLL e IRPJ por não se tratar o presente instrumento de locação de mão de obra, porquanto os serviços a que tratam o presente instrumento são prestados diretamente pelos sócios

 Demétrio Milhomem



da CONTRATADA e também pelo fato de não se enquadrarem como organização de feiras, congressos, seminários, simpósios e congêneres.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, alíneas “c” e “f”, da Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

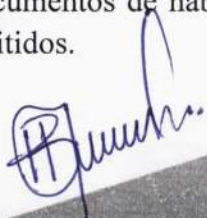
8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

 *Demétrio Milhomem*



8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Demétrio Milhomem
M. Clara Milhomem



8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.31. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.32. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Handwritten signature and name: Demétrio Milhomem



9.1. O valor estimado total da contratação perfaz a importância de **RS 470.000,00** (quatrocentos e setenta mil reais), conforme proposta comercial, anexa.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Porto Franco atendida pela seguinte dotação: ÓRGÃO: 12 – SEC. MUN. DE JUVENTUDE CULTURA/TURISMO/LAZER; UNIDADE: 00 – SEC. MUN. DE JUV. CULTURA/TURISMO/LAZER; AÇÃO: 13.392.0473.2048.0000 – PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES, EVENTOS E COMEMORAÇÕES DO CALENDÁRIO CULTURAL; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

Porto Franco/MA, 27 de novembro de 2025.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Maria Clara de S. Milhomem
MARIA CLARA DE SOUSA MILHOMEM
Coordenadora de Cultura do Município
Matrícula nº 947754

Paulo Henrique da Silva Mota
PAULO HENRIQUE DA SILVA MOTA
Assessor Técnico da Administração Geral
Matrícula nº 949171



MINUTA

CONTRATO Nº ____/2025-SMA
PROCESSO ADMINIST. Nº. 065/2025-SMA

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO FRANCO/MA, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
E A _____, NA FORMA ABAIXO.

O **MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.208.946/0001-24, com sede na Praça Demétrio Milhomem, n.º 10, Centro, Porto Franco/MA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, por sua titular a Secretária Municipal de Administração VALDERICE DA MOTA NEVES, brasileira, divorciada, servidora pública municipal, portadora da cédula de Identidade RG n.º 029076532005-0, SSP-MA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 343.896.523-20, residente e domiciliada na Praça Gonçalves Dias, n.º 325, Centro, nesta cidade de Porto Franco/MA, nomeada Ordenadora de Despesas através do Decreto Municipal n.º. 008/2025 de 10 de janeiro de 2025, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, sediada na _____, na cidade de _____, neste ato representada por _____, (qualificação), portador(a) da cédula de identidade RG n.º _____, inscrito(a) no CPF/MF sob n.º _____, residente e domiciliado à _____, na cidade de _____, doravante denominada **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 065/2025-SMA - Inexigibilidade de Licitação nº. 016/2025-SMA, resolvem de comum acordo celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO** em estrita observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Constitui objeto do presente contrato a realização do Show Artístico com a Banda denominado "**BANDA MAGNÍFICOS**" nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da Contratação:

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | QUANTIDADE | V. UNIT. | V. TOTAL |
|------|------------------------|------------|----------|----------|
|------|------------------------|------------|----------|----------|



| | | | |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------|
| 01 | APRESENTAÇÃO DO SHOW COM A "BANDA MAGNÍFICOS" NO (SHOW DA VIRADA) PREVISTO PARA ACONTECER NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2025, COM PREVISÃO DE INÍCIO DE ACORDO COM A PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM 2:00 (DUAS HORAS) DE APRESENTAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DE PREÇO APRESENTADA. | 01
APRESENTAÇÃO | |
| | | | TOTAL |

1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. A Proposta do contratado;
- 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

- 2.1. O prazo de vigência deste contrato é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. Nos contratos assinados eletronicamente, será considerada a data da última assinatura;
- 2.3. A eficácia do mesmo dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Porto Franco;
- 2.4. A contratada será convocada pela Administração, por escrito, para a assinatura do respectivo contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS: (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. Fica estabelecido a forma de execução indireta, sob o regime Empreitada Por Preço Global, nos termos do art. 6º, XXIX, da Lei 14.133/2021.
- 3.2. A execução do objeto ocorrerá em remessa ÚNICA;
- 3.3. O início da execução dos serviços deverá ocorrer na data prevista na Ordem de Serviço.
- 3.4. O prazo de execução dos serviços será até a data estabelecida para a realização da apresentação;
- 3.5. A apresentação ocorrerá na seguinte data: 31 de dezembro de 2025, nas festividades do Réveillon/2026 e Aniversário de 106 anos de emancipação Política do Município, a se realizar na Praça da Família neste município.



3.6. As datas, locais e horários poderão sofrer alterações por parte da Administração desde que justificado e aceito pelo CONTRATADO;

3.7. Os serviços serão executados conforme as especificações contidas no Termo de Referência e demais instrumentos de contratação;

3.8. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual;

3.9. O objeto deste contrato não será recebido de forma provisória;

3.10. A fiscalização desta contratação será realizada pelo(a) servidor(a) _____, Matrícula _____, legalmente designado para esta finalidade;

3.11. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios ocultos, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

3.12. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO: (art. 92, V)

5.1. O valor total da presente contratação perfaz a importância de R\$ _____ (_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO: (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento do valor pactuado se fará nas condições estipuladas na Proposta de Preços:

6.1.1. O pagamento será realizado de forma parcelada, sendo **50%** (cinquenta por cento) no ato da assinatura do contrato e os **50%** (cinquenta por cento) restantes, até o dia da apresentação no evento, mediante a entrega da Nota Fiscal junto ao SETOR DE FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL ou em sua totalidade caso a tramitação processual autorize o pagamento somente próximo da data do evento;



6.2. O pagamento será realizado através de depósito bancário:

6.2.1. A conta fornecida para o pagamento deverá estar em nome da empresa Contratada;

6.2.2. O pagamento deverá ser efetuado através de transferência eletrônica na conta corrente da CONTRATADA, a seguir descrita: Banco _____, Agência: _____, Conta Corrente _____, conforme indicado pela Contratada na Proposta de Preços.

6.3. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento fiscal, as certidões comprovando a sua situação regular perante a Seguridade Social, às Fazendas Federal, Estadual, Municipal e/ou Distrito Federal do domicílio/sede da Contratada e da quitação da Dívida Ativa da União e Justiça do Trabalho;

6.4. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, de acordo com a variação do IGP- M/FGV, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, acrescido de juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, e multa de 10% (dez por cento);

6.5. A CONTRATADA não está sujeita a retenção de INSS prevista no inciso XXI do artigo 112 da Instrução Normativa nº 2110/2022, por não se tratar o presente instrumento de cessão de mão de obra, conforme conceito disposto no artigo 108 da mesma instrução, uma vez os serviços aqui dispostos têm caráter eventual. A CONTRATADA não sofrerá ainda retenção de PIS/COFINS/CSLL e IRPJ por não se tratar o presente instrumento de locação de mão de obra, porquanto os serviços a que tratam o presente instrumento são prestados diretamente pelos sócios da CONTRATADA e também pelo fato de não se enquadrarem como organização de feiras, congressos, seminários, simpósios e congêneres;

6.6. Caberá exclusivamente a CONTRATANTE a liberação da realização do espetáculo junto a todos os órgãos públicos e entidades de classe, bem como junto às autoridades locais, além de todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições de qualquer espécie ou natureza devidos, por força de Lei, a todos e quaisquer órgãos Municipais, Estaduais ou Federais, com antecedência de 05 (cinco) dias da data prevista para a realização da apresentação artística a que se refere o presente instrumento;

6.7. O não cumprimento do estabelecido nesta cláusula desobriga a CONTRATADA da realização da apresentação artística, sem gerar qualquer obrigação, seja de que natureza for para a mesma;

6.8. Os tributos incidentes ou não, relativos à contratação do serviço será praticada conforme a legislação vigente, seja ela federal, estadual ou municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE: (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste CONTRATO;
- 8.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada.
- 8.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.7. A CONTRATANTE deverá fornecer, às suas expensas, à CONTRATADA, equipe de segurança, devidamente uniformizada e identificada, com o objetivo de ser realizada tanto a segurança da DUPLA, quanto de toda a equipe envolvida e espectadores, durante toda a permanência da DUPLA no local do evento, estendendo-se o sistema de segurança a todos os lugares, principalmente palco (frente e laterais), camarim, traslados e hotel.
- 8.8. Fica sob a responsabilidade da CONTRATANTE, produção local para realização do show, hospedagem, camarim, vans, carregadores e os itens exigidos no *rider técnico* da dupla.
- 8.9. O CONTRATANTE deve garantir a regulamentação do evento por meio de pagamento de todas as licenças e alvarás necessários, inclusive a taxa do ECAD (Escritório central de arrecadação e distribuição).

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. Não transferir os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, nem oferecer os direitos dele decorrentes como garantia de qualquer espécie, sem o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.
- 9.2. Responsabilizar-se civil, penal e administrativamente, pelos danos porventura causados a terceiros, ou à própria CONTRATANTE, em virtude de dolo ou culpa de seus representados, prepostos ou empregados, na execução direta ou indireta deste contrato.
- 9.3. Suportar os encargos e despesas que, direta ou indiretamente, se relacionem com a execução dos serviços contratados, abrangendo, os custos de mão-de-obra, equipamentos, depreciações, comunicações, despesas de escritório, obrigações



trabalhistas e previdenciárias, encargos sociais, tributários fiscais e comerciais, e demais obrigações de direito.

9.4. Inexistem entre o artista, representados, funcionários e técnicos responsáveis pela montagem, desmontagem e demais condições que proporcionem a operacionalização e a realização do espetáculo e a CONTRATANTE, qualquer vínculo de natureza trabalhista, previdenciário ou fiscal.

9.5. Realizar a apresentação artística pretendida na data, horário, e local previamente indicado pela Secretaria de Cultura do Município, com **apresentação exclusiva da dupla** no Show da Virada do Município de Porto Franco/MA.

9.6. Comprovar a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, por ocasião, da assinatura do contrato.

9.7. Manter a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista durante o período de contratação.

9.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.9. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a utilizar as imagens do show exclusivamente para efeito de publicidade do evento, sendo vedada a comercialização ou mesmo a cessão, ainda que gratuita, das imagens para outra finalidade que não seja a acima descrito.

9.10. O repertório musical será de inteira responsabilidade da CONTRATADA e não haverá nenhuma oposição por parte da CONTRATANTE;

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 10.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 1% a 5% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 10.1, a multa será de 1% a 2% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n° 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.1.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município deste exercício, na dotação a seguir discriminada: _____.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS: (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES:

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

15.2. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual de Porto Franco/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Porto Franco/MA, ____ de ____ de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Valderice da Mota Neves – Secretária Municipal de Administração e
Ordenadora de Despesas
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX – Representante Legal
CONTRATADA



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2025-SMA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

ANÁLISE DE CONFORMIDADE

INTRODUÇÃO

Trata-se do estudo da processo de contratação por Inexigibilidade de Licitação para contratação de profissional do setor artístico, da empresa que detém a exclusividade da Dupla Sertaneja THIAGO & LUAN, cuja empresa é a BANDA MAGNIFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.509.178/0001-25, tendo por finalidade a realização do Show Artístico com a Banda denominado "BANDA MAGNÍFICOS" nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

PEDIDO

A contratação da Banda Magníficos, por meio de seu empresário exclusivo, visa atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, bem como os demais órgãos de apoio.

Desta forma, a equipe de planejamento, elaborou os documentos a seguir listados, visando instruir os autos para a pretensa contratação:

- Documento de Formalização de Demanda;
- Estudos Técnicos Preliminares;
- Mapa de Riscos; e
- Termo de Referência, discriminando a habilitação mínima; e

Ademais, é pertinente mencionar que foram juntados aos autos a documentação referente à empresa regularidade fiscal da empresa detentora da exclusividade da Banda.

Ato contínuo, a equipe de planejamento remeteu os autos a Secretária Municipal de Administração, por intermédio do Despacho, "solicitando autorização para proceder à contratação pretendida".

ANÁLISE

A contratação direta pela Administração Pública, sem procedimento licitatório, é exceção ao dever geral previsto na Constituição Federal (art. 37, XXI), somente admissível nas hipóteses taxativamente previstas em lei de competência privativa da União (art. 22, XXVII). Com efeito, a obrigatoriedade da licitação constitui regra, afigurando-se excepcional a contratação direta, que somente pode ser efetuada nas hipóteses estritamente previstas em Lei.

A contratação oriunda de inexigibilidade de licitação tem lugar sempre que se configurar hipótese de inviabilidade de competição, nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, no qual se prevê algumas situações em que não se concretiza o dever de licitar.

McLara Milhomem



O instrumento em análise tem fundamento no Art. 74, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

"(...) Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;"

Cabe ressaltar que, em consonância com a premissa para a realização de licitação, a Lei nº 14.133/2021, estabelece em seu art. 72, inciso II, que o processo de contratação direta deverá ser instruído com o documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

Nesse sentido, em atendimento ao disposto na NLLC, foram acostados aos autos o Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência.

É relevante destacar que o Documento de Formalização de Demanda apresenta a justificativa para contratação em questão.

3.2. Os critérios que definiram a escolha dessa empresa foram:

A Secretaria Municipal de Cultura, através de sua diretoria definiram os aspectos relacionados as festividades voltadas ao público em geral a serem promovidas pela Prefeitura Municipal ao longo do exercício. Dentre os vários aspectos, ficou definido a apresentação da banda denominada **"BANDA MAGNÍFICOS"**, pois representa importante repercussão e aceitação perante o público jovem, acentuando a relevância de sua escolha para as festividades de *Réveillon/2026*.

Estando presentes na situação em concreto os requisitos da **singularidade do objeto e a consagração da banda de forró**, portanto, dentro dos critérios regular de contratação por inexigibilidade, com fundamento no inciso II do art. 74, desde que seja por meio direto com o artista **ou por seu empresário exclusivo**, como ocorre no presente caso, conforme documentos juntados aos autos.

A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação pode ser aferida por meio da proposta apresentada com o preço a ser praticado pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, conforme Orientação Normativa AGU nº 17, de 2009.

Portanto, para a referida comprovação, e visando verificar contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições, foram juntadas notas fiscais de apresentações semelhantes.

Prosseguindo com a análise, é relevante registrar que no inciso V e § 4º do art. 23, da Lei nº 14.133, de 2021 determina a realização de pesquisa de preço no seguinte sentido:

"[...] Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

[...]



V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

[...]

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em **contratações semelhantes de objetos de mesma natureza**, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo."

No caso dos autos, com as informações juntadas, restou demonstrado que, uma vez preenchidos os requisitos acima, é possível à Administração realizar a contratação de profissional do setor artístico por intermédio de processo de inexigibilidade de licitação.

A despesa decorrente da pretensa contratação está estimada na dotação orçamentária prevista no TR.

Em conformidade com o Art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente da Inexigibilidade será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Após análise dos documentos de habilitação encaminhados a equipe de planejamento elaborou a minuta do contrato.

REGULARIDADE FISCAL

Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista foi juntada aos autos as referidas certidões Municipal, Estadual, Refeita Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e Certidão de Regularidade do **FGTS** - CRF, referentes à contratada, demonstrando que a empresa está apta a contratar com a administração, em anexo.

CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Em nossa avaliação, a referida Minuta do Contrato, guarda conformidade com as normas aplicáveis a Lei nº 14.133/2021.

Assim, diante da necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, bem como a Minuta do Contrato, solicito o encaminhamento para aprovação da Ordenadora de Despesas.

Porto Franco, 27 de novembro de 2025.

Maria Clara de S. Milhomem
MARIA CLARA DE SOUSA MILHOMEM

Coordenadora da Cultura
Matrícula nº 947754-1

Paulo Henrique da S. Mota
PAULO HENRIQUE DA SILVA MOTA
Assessor Técnico da Administração Geral
Matrícula nº 949171



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 065/2025-SMA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE ARTISTA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

JUSTIFICATIVA DE PREÇO (Art. 72, incisos VII da Lei n° 14.133/21).

INTRODUÇÃO:

A contratação em comento pressupõe a inviabilidade de competição.

Se não há outro fornecedor da solução justificadamente eleita, necessário avaliar os preços atualmente praticados por este mesmo proponente para outros entes públicos ou privados contratantes.

De igual maneira, a contratação de artista consagrado de renome nacional (Art. 74, inciso II da Lei n° 14.133/21), não é possível definir critérios objetivos de comparação e julgamento entre propostas, sendo uma motivadamente eleita como a mais adequada à Administração, então, é preciso sopesar os preços que este prestador de serviços, contemporaneamente, pratica para contratantes diversos em soluções semelhantes.

Seja em razão da exclusividade ou em função da singularidade do objeto, o levantamento de preços, para justificar o valor da contratação, regra geral parte de outros ajustes celebrados pelos próprios fornecedores.

No informativo de Licitações e Contratos n° 361, o Tribunal de Contas da União adentrou essa análise, *in verbis*:

(..) A justificativa do preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar.

No que diz respeito aos preços contratados, o relator assinalou em seu voto, preliminarmente:

(...) dificuldade de justificar o preço nos casos de inexigibilidade à luz de propostas e outros fornecedores ou prestadores, razão pela qual foi nascendo o entendimento de que a razoabilidade do preço poderia ser verificada em função da atividade anterior do próprio particular contratado (...) – item 9.1.3 do Acórdão 819/2005-TCU-Plenário.

Portanto, a seguir o critério da razoabilidade dos preços ofertados em contratações anteriores, pela Banda Magníficos através da empresa que detém a exclusividade da apresentação, a empresa BANDA MAGNIFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA, CNPJ n° 01.509.178/0001-25, contratou-se que a mesma ofertou preços compatíveis, pois o valor proposto está abaixo dos valores já contratados em outras municipalidades, conforme pode ser observado no quadro a seguir:



| Nº DA NOTA | CONTRATANTE | OBJETO | VALOR TOTAL |
|--------------------------------------|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| 2025/00000000483 | M J S LISBOA | Referente à apresentação artística da Banda Magníficos no dia 16/08/2025 em comemoração ao Festival do Açaí em local aberto ao público, no Município de Feijó - AC. Duração de 1 (uma) hora de apresentação. | R\$ 351.500,00 |
| 2025/00000000453 | MUNICIPIO DE SANTO ESTEVAO | Referente à contratação da atração artística "BANDA MAGNIFICOS", através da empresa, BANDA MAGNIFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS, para realização de 01 (uma) apresentação artística no tradicional festejo Junino "SÃO JOÃO" do município de SANTO ESTEVÃO - BA, no dia 20/06/2025 na Praça Sete de Setembro, conforme contrato de nº 132/2025. Duração de 1 (uma) hora de apresentação. | R\$ 332.500,00 |
| 2025/00000000433 | MUNICIPIO DE URUCURITUBA | Referente à apresentação artística da Banda Magníficos no dia 03/05/2025 em comemoração a XX Festa do Cacau e Feira Cultural 2025, no Município de Urucurituba / AM, conforme contrato de nº 106/2025 - PMU. Duração de 1 (uma) hora de apresentação | R\$ 332.500,00 |
| 2025/00000000477
2025/00000000482 | SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ÁGUAS FORMOSAS | Referente à apresentação artística com a Banda Magníficos, no evento em praça pública 46 FEAGRO EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE ÁGUAS FORMOSAS no dia 01/08/2025 no município de Águas Formosas - MG. Duração de 1 (uma) hora de apresentação. | R\$ 350.000,00 |

Como se observa, os preços ofertados pela empresa são compatíveis a contratações anteriormente praticados pela "BANDA MAGNÍFICOS", para apresentações similares e compreendendo o tempo de 2 (duas) horas de apresentação, em comparação direta aos valores de cachês cobrados e demonstrados por outros órgãos públicos.

Cabe ressaltar, que na presente contratação houve a relação direta com empresário exclusivo da BANDA MAGNIFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA, CNPJ nº 01.509.178/0001-25, portador da exclusividade permanente e contínua de representação dos artistas, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, o que afasta a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

Handwritten signature and text:
- Milhomem
- Milhomem



Assim, a Equipe de Planejamento da Secretaria Municipal de Administração deste município, entende com base no critério da razoabilidade das contratações anteriores, que o preço ofertado possui adequabilidade a justificar a pretensa contratação, salvo melhor juízo da Ordenadora de Despesas.

Porto Franco, 27 de novembro de 2025.

Maria Clara de S. Milhomem
MARIA CLARA DE SOUSA MILHOMEM

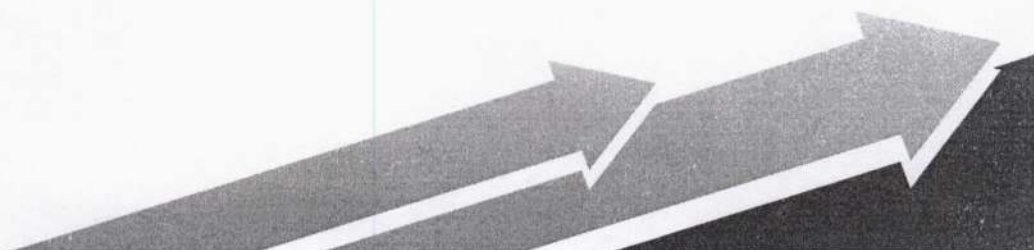
Coordenadora de Cultura do Município

Matrícula nº 947754-1

Paulo Henrique da Silva Mota
PAULO HENRIQUE DA SILVA MOTA

Assessor Técnico da Administração Geral

Matrícula nº 949171





Prefeitura Municipal de Monteiro
CNPJ 09.073.628/0001-91
Rua Dr. Alcindo B. de Menezes, SN
58.500-000
Centro - Monteiro/PB



**NOTA FISCAL DE SERVIÇO
ELETRÔNICA - NFS-e**

| Nº Nota | Data e Hora da Emissão | Código de Verificação |
|------------------|------------------------|-----------------------|
| 2025/00000000453 | 12/06/2025 15:20:45 | NAAFFHAD |

EMITIDA

RUBRICA
Porto Franco - M.T.

PRESTADOR DO SERVIÇO



Nome: BANDA MAGNIFICOS PROD. E EVENT. ARTÍSTICOS LTDA - EPP
Endereço: AVENIDA OLIMPIO GOMES
Complemento: TERREO
Bairro: CENTRO
Cidade: MONTEIRO
CPF/CNPJ: 01.509.178/0001-25
Inscrição Estadual:
Atividade: 900190200-PRODUÇÃO MUSICAL
Tipo de Serv: 12.07-SHOWS, BALLET, DANÇAS, DESFILES, BAILES, ÓPERAS, CONCERTOS, RECITAIS, FESTIVAIS E CONGÊNERES.

Nº: 73
C.E.P: 58.500-000
UF: PB
Insc. Municipal: 209500996

TOMADOR DO SERVIÇO

Nome: MUNICIPIO DE SANTO ESTEVAO
Endereço: PC SETE DE SETEMBRO
Complemento: PREDIO
Bairro: CENTRO
Cidade: Santo Estêvão
CPF/CNPJ: 14.042.667/0001-61
Inscrição Estadual:

Email: diagnoradiologia@outlook.com
Nº: 548
C.E.P: 44.190-000
UF: BA
Insc. Municipal:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

Referente à contratação da atração artística "BANDA MAGNIFICOS", através da empresa, BANDA MAGNIFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS, para realização de 01 (uma) apresentação artística no tradicional festejo Junino "SÃO JOÃO" do município de SANTO ESTEVAO - BA, no dia 20/06/2025 na Praça Sete de Setembro, conforme contrato de nº 132/2025.

Dados Para Pagamento: CHAVE PIX: jotinha@bandamagnificos.com.br

Conta Banco do Brasil AG: 0229-1 - C/C: 5.520-4 Banda Magnificos Produções e Eventos Artísticos LTDA.

OUTRAS INFORMAÇÕES

| Natureza da Operação | Optante do Simples? | ISS Retido? | Competência |
|------------------------------|---------------------|-------------|-------------|
| TRIBUTAÇÃO FORA DO MUNICÍPIO | NÃO | SIM | 202506 |

CONSTRUÇÃO CIVIL

| Código do Artigo | Código da Obra |
|------------------|----------------|
| | |

VALORES(R\$)

| Serviço/Nota | Deduções | Descon. Incondicionados | Descon. Condicionados | Outras Retenções |
|--------------|----------|-------------------------|-----------------------|------------------|
| 350.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

IMPOSTOS FEDERAIS(R\$)

| Pis | Cofins | IR | INSS | CSLL |
|------|--------|------|------|------|
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

TOTAIS(R\$)

| Base de Cálculo | Crédito Gerado | Alíquota ISS | Valor do ISS | VALOR LÍQUIDO |
|-----------------|----------------|--------------|--------------|---------------|
| 350.000,00 | | 5,00 | 17.500,00 | 332.500,00 |



Prefeitura Municipal de Monteiro
CNPJ 09.073.628/0001-91
Rua Dr. Alcindo B. de Menezes, SN
58.500-000
Centro - Monteiro/PB



**NOTA FISCAL DE SERVIÇO
ELETRÔNICA**

| Nº Nota | Data e Hora da Emissão | Código de Verificação |
|------------------|------------------------|-----------------------|
| 2025/00000000433 | 19/03/2025 17:46:11 | RUBRICA |

EMITIDA

PRESTADOR DO SERVIÇO



Nome: BANDA MAGNIFICOS PROD. E EVENT. ARTÍSTICOS LTDA - EPP
Endereço: AVENIDA OLIMPIO GOMES
Complemento: TERREO
Bairro: CENTRO
CPF/CNPJ: 01.509.178/0001-25
Atividade: 900190200-PRODUÇÃO MUSICAL
Tipo de Serv: 12.07 - SHOWS, BALLET, DANÇAS, DESFILES, BAILES, ÓPERAS, CONCERTOS, RECITAIS, FESTIVAIS E CONGÊNERES.

Cidade: MONTEIRO
Inscrição Estadual:
Nº: 73
C.E.P: 58.500-000
UF: PB
Insc. Municipal: 209500996

TOMADOR DO SERVIÇO

Nome: MUNICIPIO DE URUCURITUBA
Endereço: AV PRES CASTELO BRANCO
Complemento:
Bairro: Centro
CPF/CNPJ: 04.502.571/0001-85

Email: sejuc.urucurituba@gmail.com
Nº: 445
C.E.P: 69.180-000
Cidade: Urucurituba
Inscrição Estadual:
UF: AM
Insc. Municipal:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

Referente à apresentação artística da Banda Magníficos no dia 03/05/2025 em comemoração a XX Festa do Cacau e Feira Cultural 2025, no Município de Urucurituba / AM, conforme contrato de nº 106/2025 - PMU.

Dados Para Pagamento: CHAVE PIX: jotinha@bandamagnificos.com.br

Conta Banco do Brasil AG: 0229-1 - C/C: 5.520-4 Banda Magníficos Produções e Eventos Artísticos LTDA.

A empresa está dispensada de retenção em fonte dos seguintes impostos: PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, pelo benefício da redução a zero em sua base de cálculo, de acordo com a Lei 14.148/2021 - PERSE.

OUTRAS INFORMAÇÕES

| Natureza da Operação | Optante do Simples? | ISS Retido? | Competência |
|------------------------------|---------------------|-------------|-------------|
| TRIBUTAÇÃO FORA DO MUNICÍPIO | NÃO | SIM | 202503 |

CONSTRUÇÃO CIVIL

| Código do Artigo | Código da Obra |
|------------------|----------------|
| | |

VALORES(R\$)

| Serviço/Nota | Deduções | Descon. Incondicionados | Descon. Condicionados | Outras Retenções |
|--------------|----------|-------------------------|-----------------------|------------------|
| 350.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

IMPOSTOS FEDERAIS(R\$)

| Pis | Cofins | IR | INSS | CSLL |
|------|--------|------|------|------|
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

TOTAIS(R\$)

| Base de Cálculo | Crédito Gerado | Alíquota ISS | Valor do ISS | VALOR LÍQUIDO |
|-----------------|----------------|--------------|--------------|---------------|
| 350.000,00 | | 5,00 | 17.500,00 | 332.500,00 |



Prefeitura Municipal de Monteiro
CNPJ 09.073.628/0001-91
Rua Dr. Alcindo B. de Menezes, SN
58.500-000
Centro - Monteiro/PB



**NOTA FISCAL DE SERVIÇO
ELETRÔNICA - NFS-e**

| Nº Nota | Data e Hora da Emissão | Código de Verificação |
|------------------|------------------------|-----------------------|
| 2025/00000000483 | 18/08/2025 17:23:50 | 12436340D |

EMITIDA



PRESTADOR DO SERVIÇO



Nome: BANDA MAGNIFICOS PROD. E EVENT. ARTÍSTICOS LTDA - EPP
Endereço: AVENIDA OLIMPIO GOMES
Complemento: TERREO
Bairro: CENTRO
Cidade: MONTEIRO
CPF/CNPJ: 01.509.178/0001-25
Inscrição Estadual:
Atividade: 900190200-PRODUÇÃO MUSICAL
Tipo de Serv: 12.07-SHOWS, BALLET, DANÇAS, DESFILES, BAILES, PERAS, CONCERTOS, RECITAIS, FESTIVAIS E CONGREGAÇÕES.
Nº: 73
C.E.P: 58.500-000
UF: PB
Insc. Municipal: 209500996

TOMADOR DO SERVIÇO

Nome: M J S LISBOA
Endereço: Rua Isaura Parente
Complemento: SALA 02
Bairro: Isaura Parente
Cidade: Rio Branco
UF: AC
CPF/CNPJ: 23.878.228/0001-84
Inscrição Estadual:
Email:
Nº: 1662
C.E.P: 69918270
Insc. Municipal:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

Referente à apresentação artística da Banda Magníficos no dia 16/08/2025 em comemoração ao Festival do Açaí em local aberto ao público, no Município de Feijó - AC.

Dados Para Pagamento: CHAVE PIX: jotinha@bandamagnificos.com.br

Conta Banco do Brasil AG: 0229-1 - C/C: 5.520-4 Banda Magníficos Produções e Eventos Artísticos LTDA.

OUTRAS INFORMAÇÕES

| Natureza da Operação | Optante do Simples? | ISS Retido? | Competência |
|------------------------------|---------------------|-------------|-------------|
| TRIBUTAÇÃO FORA DO MUNICÍPIO | NÃO | SIM | 202508 |

CONSTRUÇÃO CIVIL

| Código do Artigo | Código da Obra |
|------------------|----------------|
| | |

VALORES(R\$)

| Serviço/Nota | Deduções | Descon. Incondicionados | Descon. Condicionados | Outras Retenções |
|--------------|----------|-------------------------|-----------------------|------------------|
| 370.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

IMPOSTOS FEDERAIS(R\$)

| Pis | Cofins | IR | INSS | CSLL |
|------|--------|------|------|------|
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

TOTAIS(R\$)

| Base de Cálculo | Crédito Gerado | Alíquota ISS | Valor do ISS | VALOR LÍQUIDO |
|-----------------|----------------|--------------|--------------|---------------|
| 370.000,00 | | 5,00 | 18.500,00 | 351.500,00 |



Prefeitura Municipal de Monteiro
CNPJ 09.073.628/0001-91
Rua Dr. Alcindo B. de Menezes, SN
58.500-000
Centro - Monteiro/PB



**NOTA FISCAL DE SERVIÇO
ELETRÔNICA NFS-e**

| | | |
|------------------|------------------------|-----------------------|
| Nº Nota | Data e Hora da Emissão | Código de Verificação |
| 2025/00000000482 | 14/08/2025 15:18:17 | N/AETHEI |

EMITIDA



PRESTADOR DO SERVIÇO



Nome: BANDA MAGNÍFICOS PROD. E EVENT. ARTÍSTICOS LTDA - EPP
Endereço: AVENIDA OLÍMPIO GOMES
Complemento: TERREO
Bairro: CENTRO
Cidade: MONTEIRO
CPF/CNPJ: 01.509.178/0001-25
Inscrição Estadual:
Atividade: 900190200-PRODUÇÃO MUSICAL
Tipo de Serv: 12.07-SHOWS, BALLET, DANÇAS, DESFILES, BAILES, 7PERAS, CONCERTOS, RECITAIS, FESTIVAIS E CONG?NERES.
Nº: 73
C.E.P: 58.500-000
UF: PB
Insc. Municipal: 209500996

TOMADOR DO SERVIÇO

Nome: SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ÁGUAS FORMOSAS
Endereço: R DIVALDO VIANA
Complemento: CASA
Bairro: NOSSA SENHORA DAS GRACAS
Cidade: Águas Formosas
CPF/CNPJ: 16.563.892/0001-79
Inscrição Estadual:
Email:
Nº: 72
C.E.P: 39880000
UF: MG
Insc. Municipal:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

Referente à apresentação artística com a Banda Magníficos, no evento em praça pública 46 FEAGRO EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE ÁGUAS FORMOSAS no dia 01/08/2025 no município de Águas Formosas - MG.

Dados Para Pagamento: CHAVE PIX: jotinha@bandamagnificos.com.br

Conta Banco do Brasil AG: 0229-1 - C/C: 5.520-4 Banda Magníficos Produções e Eventos Artísticos LTDA.

ESTA NOTA FISCAL CORRESPONDE A SEGUNDA PARCELA NO VALOR DE R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) DO VALOR DE R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) QUE É O VALOR TOTAL DO SERVIÇO CONFORME CONTRATO.

OUTRAS INFORMAÇÕES

| Natureza da Operação | Optante do Simples? | ISS Retido? | Competência |
|------------------------------|---------------------|-------------|-------------|
| TRIBUTAÇÃO FORA DO MUNICÍPIO | NÃO | SIM | 202508 |

CONSTRUÇÃO CIVIL

| Código do Artigo | Código da Obra |
|------------------|----------------|
| | |

VALORES(R\$)

| Serviço/Nota | Deduções | Descon. Incondicionados | Descon. Condicionados | Outras Retenções |
|--------------|----------|-------------------------|-----------------------|------------------|
| 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

IMPOSTOS FEDERAIS(R\$)

| Pis | Cofins | IR | INSS | CSLL |
|------|--------|------|------|------|
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

TOTAIS(R\$)

| Base de Cálculo | Crédito Gerado | Alíquota ISS | Valor do ISS | VALOR LÍQUIDO |
|-----------------|----------------|--------------|--------------|---------------|
| 120.000,00 | | 3,00 | 3.600,00 | 116.400,00 |



Prefeitura Municipal de Monteiro
CNPJ 09.073.628/0001-91
Rua Dr. Alcindo B. de Menezes, SN
58.500-000
Centro - Monteiro/PB



**NOTA FISCAL DE SERVIÇO
ELETRÔNICA - NFS-e**

| | | |
|------------------|------------------------|--------------------------|
| Nº Nota | Data e Hora da Emissão | Assinatura e Verificação |
| 2025/00000000488 | 12/09/2025 11:09:57 | Nº MAGCEAF |

EMITIDA



PRESTADOR DO SERVIÇO



Nome: BANDA MAGNÍFICOS PROD. E EVENT. ARTÍSTICOS LTDA - EPP
Endereço: AVENIDA OLÍMPIO GOMES
Complemento: TERREO
Bairro: CENTRO
Cidade: MONTEIRO
CPF/CNPJ: 01.509.178/0001-25
Inscrição Estadual:
Atividade: 900190200-PRODUÇÃO MUSICAL
Tipo de Serv: 12.07-SHOWS, BALLET, DANÇAS, DESFILES, BAILES, PERAS, CONCERTOS, RECITAIS, FESTIVAIS E CONGREGAÇÕES
Nº: 73
C.E.P: 58.500-000
UF: PB
Insc. Municipal: 209500996

TOMADOR DO SERVIÇO

Nome: SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ÁGUAS FORMOSAS
Endereço: R DIVALDO VIANA
Complemento: CASA
Bairro: NOSSA SENHORA DAS GRACAS
Cidade: Águas Formosas
CPF/CNPJ: 16.563.892/0001-79
Inscrição Estadual:
Email:
Nº: 72
C.E.P: 39880000
UF: MG
Insc. Municipal:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

Referente à apresentação artística com a Banda Magníficos, no evento em praça pública 46 FEAGRO EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE ÁGUAS FORMOSAS no dia 01/08/2025 no município de Águas Formosas - MG.

Dados Para Pagamento: CHAVE PIX: jotinha@bandamagnificos.com.br

Conta Banco do Brasil AG: 0229-1 - C/C: 5.520-4 Banda Magníficos Produções e Eventos Artísticos LTDA.

ESTA NOTA FISCAL CORRESPONDE A TERCEIRA PARCELA (QUITAÇÃO) NO VALOR DE R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) DO VALOR DE R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) QUE É O VALOR TOTAL DO SERVIÇO CONFORME CONTRATO.

OUTRAS INFORMAÇÕES

| Natureza da Operação | Optante do Simples? | ISS Retido? | Competência |
|------------------------------|---------------------|-------------|-------------|
| TRIBUTAÇÃO FORA DO MUNICÍPIO | NÃO | SIM | 202509 |

CONSTRUÇÃO CIVIL

| Código do Artigo | Código da Obra |
|------------------|----------------|
| | |

VALORES(R\$)

| Serviço/Nota | Deduções | Descon. Incondicionados | Descon. Condicionados | Outras Retenções |
|--------------|----------|-------------------------|-----------------------|------------------|
| 110.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

IMPOSTOS FEDERAIS(R\$)

| Pis | Cofins | IR | INSS | CSLL |
|------|--------|------|------|------|
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

TOTAIS(R\$)

| Base de Cálculo | Crédito Gerado | Alíquota ISS | Valor do ISS | VALOR LÍQUIDO |
|-----------------|----------------|--------------|--------------|---------------|
| 110.000,00 | | 3,00 | 3.300,00 | 106.700,00 |

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA

Pelo presente **INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA** que entre si fazem, **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, por seu empresário exclusivo têm entre si justo e contratado, as cláusulas e condições que abaixo vertidas, as quais, mútua e reciprocamente, aceitam e outorgam para todos os fins de direito na forma abaixo:

| | | | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------------|-----------------------|------------------------|
| CONTRATADA: | | | |
| RAZ. SOC./NOME | BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA | | |
| ENDEREÇO | AV. OLÍMPIO GOMES Nº 73 – ANDAR TÉRREO | | |
| BAIRRO | CENTRO | CIDADE | MONTEIRO |
| ESTADO | PARAÍBA | CEP | 58500-000 |
| CNPJ No. | 01.509.178/0001-25 | INSC. EST. No. | |
| TELEFONE(S) | (81) 99421-2745 / ANDRÉ | FIXO | 83. 3351-2780 |
| REPR. LEGAL/NOME: | JOSÉ INACIO DA SILVA | | |
| CARGO | EMPRESÁRIO | EST. CIVIL | DIVORCIADO |
| CPF Nº | 374.183.194-87 | RG Nº /EST.: | 1.009.831 SSPPB |

| | | | |
|----------------------------------|-------------------------------------------------|----------------------|------------------------------|
| CONTRATANTE: | | | |
| RAZ.SOC. / NOME | UP FEST ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA | | |
| ENDEREÇO | RUA SEBASTIAO MACELINO DE ANDRADE Nº 120 | | |
| BAIRRO | SÃO JOSÉ OPERÁRIO | CIDADE | MANAUS |
| ESTADO | AMAZONAS | CEP. | 69.098-165 |
| CNPJ | 28.152.509/0001-79 | E-MAIL | paty.upfest@gmail.com |
| TELEFONE(S) | (92) 9251-8420 / (92) 8459-4455 | | |
| REPR. LEGAL / NOME (P/P): | ANTONIO VICENTE NASCIMENTO DA COSTA NETO | | |
| CPF Nº | 039.896.94260 | RG Nº / EST.: | 31246184 SSP/AM |
| REPR. LEGAL / NOME (P/P): | ELCIO CLEY COELHO FERREIRA | | |
| CPF Nº | 639.772.22287 | RG Nº / EST.: | 13573500 SSP/AM |

Banda Magníficos Produções e Eventos Ltda. | CNPJ: 01.509.178/0001-25

Av. Olímpio Gomes - Nº 73 - Andar Térreo - Centro - Monteiro-PB | CEP: 58.5000-000

Contatos: (81) 99421-2745 | (83) 3351-2780

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do OBJETO DO CONTRATO**

O objeto do presente contrato consiste em duas apresentações artística, Execução show da Banda Magníficos a realizar-se na cidade de MANAUS - AM, no dia 31 de Dezembro de 2024, em comemoração do Réveillon 2024 em via pública no local a ser informado, horário, e com duração identificada especificada no quadro constante de preâmbulo deste instrumento particular, representada com exclusividade pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO A apresentação artística objeto desta contratação restringe-se à execução de um show pela **CONTRATADA**, portanto não se estendendo, se associando ou se vinculando a presente avença, sob qualquer hipótese, sob qualquer alegação ou pretexto, a outro tipo de atividade que não expressamente pactuada e especificada neste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO Fica, desde logo, consignado que os dados e informações da apresentação artística prevista nesse instrumento serviram de base para todas as disposições desta avença, é vedada a (o) **CONTRATANTE** a alteração de data, local e horário previsto para início e duração da apresentação artística (show). Para além, fica desde já, convencionado que a (o) a (o) **CONTRATADA** poderá alterar a data e o horário da apresentação artística (show) desde que comunicada (o) a (o) **CONTRATANTE** com antecedência de até 10 (dez) dias da data do evento (show).

Os dados e informações básicas relativas à apresentação artística (show) da **BANDA** são os seguintes:

| | | | | |
|-----------------|----------------------|------------------------|----|----------|
| Data | Duração de cada Show | Horário Início do Show | | |
| Data 31/12/2024 | 01h:30min | A COMBINAR | | |
| CIDADE | MANAUS | | UF | AMAZONAS |
| LOCAL | VIA PÚBLICA | | | |
| EVENTO | RÉVEILLON 2024 | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA – Das Obrigações do CONTRATANTE.

Fornecer a contratada todas as especificações de palco (medidas 14M boca x 12M de profundidade e 08M pé direito) Camarins c/ banheiros, Housemix (6m x 5m) e duas áreas de serviço colado nas laterais do palco, gerador de energia, sonorização profissional, iluminação e Led.

Os equipamentos devem seguir conforme rider técnico enviado pela produção da Magníficos, em caso de mudanças favor entrar em contato com nosso produtor 30 dias antes do evento, serviços e outras que sejam necessárias à montagem do ambiente de apresentação da Banda, bem como à plena execução do objeto firmado.

Banda Magníficos Produções e Eventos Ltda. | CNPJ: 01.509.178/0001-25

Av. Olímpio Gomes - Nº 73 - Andar Térreo - Centro - Monteiro-PB | CEP: 58.5000-000

Contatos: (81) 99421-2745 | (83) 3351-2780

Apresentar a Banda **MAGNÍFICOS** no local, dia e hora designados para realização do espetáculo. Indicar um preposto, ou representante para acompanhar as montagens de ambiente, equipamentos e supervisionar os demais procedimentos, bem como para resolver os casos omissos;

É de Exclusiva e total responsabilidade do (a) **CONTRATANTE** a contratação e pagamento de todas as despesas inerentes e necessárias à realização da apresentação artística (show) contratada, incluso equipamentos de sonorização, iluminação e Led, efeitos especiais, palco, camarim, serviços de instalações que se façam necessárias, tais como: (elétricas, hidráulicas, o acesso de chegada ao local do palco para apresentação da banda, e etc.), e outros afins que se façam necessários à execução do objeto presente contrato, tudo na estrita observância do rider's técnicos repassado:

- A) Contratar, Sonorização de acordo com o Rider Técnico, Ilmputlist e Mapa de Palco fornecido pela BANDA MAGNÍFICOS. Obs.: o contratante disponibilizará a contratação de um beckline completo, que atenda às necessidades da banda.
- B) Contratar Palco coberto medindo 14 (quatorze) Metros de boca por 12 (doze) Metros de profundidade e 08 (oito) Metros de pé direito.
- C) Contratar toda estrutura de camarim 01 para os cantores, 01 para os músicos, medindo no mínimo 5m x 4m com banheiro, ar condicionado, sofás, espelho (para corpo inteiro), com buffet completo de acordo com a lista de camarim enviada pela produção da Banda Magníficos, e outros serviços que sejam necessários à montagem do ambiente:
- D) Contratar 04 (quatro) carregadores e 02 (dois) seguranças apenas para a Banda Magníficos, que deverão estar à disposição da contratada desde a chegada ao local do evento até o término da desmontagem, após a apresentação.
- E) Contratar 02 geradores de energia de 180kvas (exclusivo para o show da Banda Magníficos) e um eletricista a disposição da **CONTRATADA**, o mesmo deverá permanecer no local, para passagem de som 'SoundCheck' por ocasião da montagem e desmontagem, dos equipamentos de Som, Luz e Led durante a realização do show.
- F) Contratação e pagamento da mídia destinada à vinculação do evento, composta das peças publicitárias abaixo relacionadas: OUTDOOR, CARTAZES, PANFLETOS, RÁDIOS, TELEVISÕES, MÍDIAS DIGITAIS, CARROS SONORIZADOS, REDES SOCIAIS, SITES/BLOGS e DIGITAL INFLUENCER (a) atendendo às designações da **CONTRATADA**.
- G) É de inteira responsabilidade do **CONTRATANTE**, providenciar as necessárias licenças e alvarás expedidos pelas repartições competentes: Polícia Federal, Ordem dos Músicos, ISS, ECAD, etc.

Banda Magníficos Produções e Eventos Ltda. | CNPJ: 01.509.178/0001-25

Av. Olímpio Gomes - Nº 73 - Andar Térreo - Centro - Monteiro-PB | CEP: 58.5000-000

Contatos: (81) 99421-2745 | (83) 3351-2780

H) Tomar as providências necessárias para a prevenção e correção de fatos que possam vir a prejudicar a realização do espetáculo, tais como: queda de energia elétrica, falha por parte da sonorização contratada, falha no gerador de energia, superlotação do local do show e permanência não autorizada de pessoas no palco durante a apresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações da CONTRATADA.

A **CONTRATADA** obriga-se, além da execução do objeto contratual, portanto, execução da apresentação da Banda Magníficos no local, data e horário contratado, a informar à **CONTRATANTE**, o que desde já se faz neste contrato e ANEXOS, todas as especificações e exigências relativas a palco, sonorização, iluminação, equipamentos, serviços, dentre outras necessidades relativas à montagem do ambiente imprescindível para a regular apresentação artística contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO No objetivo de supervisão e acompanhamento do disposto no *caput* desta Clausula, indicará a **CONTRATADA** preposto/representante, devendo a **CONTRATANTE** proporcionar livre acesso e trânsito no local da apresentação artística, permitindo, inclusive, que fotografe e filme todo o local, para fins de conferência das especificações constantes nos ANEXOS.

PARÁGRAFO SEGUNDO Compromete-se, ainda, a **CONTRATADA** a fornecer à **CONTRATANTE** o material para divulgação dos artistas (= fotos em alta resolução, *release*, clipes etc.) com máxima antecedência em relação à data do evento. A **CONTRATADA** tem ciência e aceita que o material de divulgação do evento, assim como peças promocionais e publicitárias, fora e dentro do local do evento contenha as marcas dos patrocinadores. Contudo, será VEDADA qualquer vinculação, direta ou indireta, destas marcas patrocinadoras aos direitos personalíssimos (= imagem, som de voz e nome artístico) dos artistas da **CONTRATADA** ou à marca **MAGNÍFICOS**. O mau ou indevido uso desses direitos personalíssimos, para além de materializar infração contratual, resultará na obrigação da **CONTRATANTE** de reparação das perdas e danos suportados pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO Será custeado pela **CONTRATADA** as despesas com passagens aéreas, traslado local, hospedagem e diárias de alimentação.

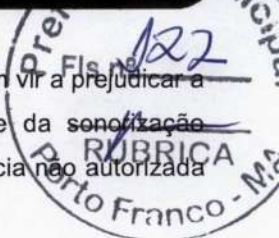
CLÁUSULA QUARTA – Do Novo CORONAVIRUS

O (A) **CONTRATANTE** declara que o evento está de acordo com os decretos Municipais, Estaduais e Federais que regem as regras para retomada de eventos no enfrentamento da Pandemia de **COVID-19**, bem como se compromete a respeitar o número máximo de pessoas autorizadas pelas autoridades e regras de higiene e distanciamento, para o evento em questão. O descumprimento dessas regras e declarações, se identificadas antes ou durante o evento poderá ensejar a não realização da apresentação artística (Show), sem que seja devida qualquer devolução de valor recebido pelo cachê. Se identificado após o evento, o (a) **CONTRATANTE** deverá pagar multa pactuada na cláusula sétima.

Banda Magníficos Produções e Eventos Ltda. | CNPJ: 01.509.178/0001-25

Av. Olímpio Gomes - Nº 73 - Andar Térreo - Centro - Monteiro-PB | CEP: 58.5000-000

Contatos: (81) 99421-2745 | (83) 3351-2780



Outrossim, o **CONTRATANTE** tem obrigação de comunicar a **CONTRATADA** com uma antecedência de 30 dias antes da realização do evento o total de ingressos vendidos para a data contratada.



CLÁUSULA QUINTA – Do Valor do Pagamento

Pelo cumprimento do contrato ora firmado, a **CONTRATADA** será remunerada da seguinte forma:

O valor de **R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)** pelo cachê de duas apresentações da Banda, que deverá ser depositado na conta corrente fornecida pela contratada, conforme a cláusula quinta parágrafo primeiro.

| DATA | VALOR |
|------------|----------------|
| 20/11/2024 | R\$ 250.000,00 |
| 10/12/2024 | R\$ 250.000,00 |
| 30/12/2024 | R\$ 200.000,00 |

PARÁGRAFO PRIMEIRO Todos os pagamentos deverão ser em moeda de país (Real) e não será aceito cheques, este contrato passa a ter validade, somente a partir do primeiro depósito efetuado, caso contrário, um dia após a data combinada, sem conformação de pagamento ficará este contrato sem validade.

DADOS BANCARIOS

Banco do Brasil S/A

AG: 0229-1

C/C: 5.520-4

Banda Magníficos Produções e Eventos Artísticos LTDA

CNPJ: 01.509.178/0001-25

CHAVE PIX: jotinha@bandamagnificos.com.br

Após a efetivação do depósito, ou Pix, na conta da **CONTRATADA**, o comprovante deverá ser enviado via e-mail andremedeirosbm@gmail.com ou pelo whatsapp 81.9 9421-2745

PARÁGRAFO SEGUNDO Acordam as Partes que 50% (cinquenta por cento) da quantia destacada no caput desta cláusula refere-se a sinal de pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO O não pagamento tempestivo das parcelas e valores acordados nesta avença, acarretará a incidência de correção monetária na variação positiva do IGP-M, juros moratórios de 1% (um por cento) proporcional aos dias do mês até o efetivo pagamento, bem como multa não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor inadimplido.

Banda Magníficos Produções e Eventos Ltda. | CNPJ: 01.509.178/0001-25

Av. Olímpio Gomes - Nº 73 - Andar Térreo - Centro - Monteiro-PB | CEP: 58.5000-000

Contatos: (81) 99421-2745 | (83) 3351-2780

PARÁGRAFO QUARTO Caso a (o) **CONTRATANTE** não efetue o pagamento do sinal de pagamento, na data aprazada, além de configurada violação rescisória do presente instrumento, desobrigando, dessa forma, a **CONTRATADA** da realização da apresentação artístico-musical, fará jus a **CONTRATADA**, a título de arras, ao recebimento integral do valor do referido sinal, mormente não comportar a presente contratação arrependimento e/ou desistência; aqui sem prejuízo da persecução pela **CONTRATADA** de indenização suplementar, nos termos do artigo 419 do Código Civil.

CLÁUSULA SEXTA – Da Alteração do Contrato.

Qualquer alteração nas condições preestabelecidas neste contrato ou em seus anexos, para a execução do objeto pactuado, somente poderá ser acrescentada/retirada, mediante concordância expressa de ambas as partes, bem como assinatura de aditivo contratual específico; salvo as exceções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SETIMA – Das Penalidades.

A infração a qualquer das condições ou disposições deste contrato, passíveis de pronta correção, por qualquer das Partes, acarretará a obrigação de pagamento, a título de multa não compensatória, da importância correspondente a 10% (dez por cento) do valor líquido do cachê artístico previsto nesta avença; salvo previsão contratual de penalidades específica. Em caso de rescisão do contrato antes da apresentação artística e por descumprimento imputável exclusivamente à **CONTRATADA**, deverá esta restituir valores porventura já recebidos por decorrência desta contratação, devidamente acrescido do valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor líquido do cachê artístico, a título de multa não compensatória; isso no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento de notificação de rescisão contratual. Caso a rescisão do contrato, antes da apresentação artística, decorra de descumprimento imputável exclusivamente à **CONTRATANTE**, arcará com penalidade não compensatória no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor líquido do cachê artístico previsto nesta avença, o qual poderá ser perseguido em cobrança judicial sob o rito executivo (art. 784, III, CPC) ou retido antes da restituição do saldo remanescente de valores já recebidos contratualmente pela **CONTRATADA**; tudo sem prejuízo do direito de persecução de reparação por perdas e danos comprovadamente assimilados.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão.

O contrato poderá rescindir diretamente em hipóteses de inadimplência ou inobservância, pelo **CONTRATANTE**, de qualquer Cláusula estipulada, bem como estado de insolvência, liquidação judicial ou extrajudicial, pedido de concordata, ou decretação de falência do mesmo. Determinação Judicial de suspensão ou cancelamento do show pelo reconhecimento, ainda que liminar, de infração pelo **CONTRATANTE** de direito de terceiro, também caracterizará rescisão contratual.

CLÁUSULA NONA – Das Disposições Gerais.

Banda Magníficos Produções e Eventos Ltda. | CNPJ: 01.509.178/0001-25

Av. Olímpio Gomes - Nº 73 - Andar Térreo - Centro - Monteiro-PB | CEP: 58.5000-000

Contatos: (81) 99421-2745 | (83) 3351-2780

PARÁGRAFO PRIMEIRO A utilização de imagens, fonogramas ou videofonogramas da Banda **MAGNIFICOS**, em qualquer tipo de material publicitário somente serão realizados em obediência às especificações e condições fornecidas pela **CONTRATADA** e mediante sua aprovação prévia. É terminantemente proibida a permanência de pessoas no palco, que não estejam ligadas ao show.

PARÁGRAFO SEGUNDO É de única e exclusiva responsabilidade civil do **CONTRATANTE** a segurança e bem-estar do público presente no evento, restando eximida a **CONTRATADA**, já que apenas realiza a apresentação artística.

PARÁGRAFO TERCEIRO É terminantemente vedada a interrupção da apresentação artística, especialmente para pronunciamento de patrocinadores do evento, terceiros, **CONTRATANTE** ou mensagens político-partidárias. Em havendo pronunciamentos desta natureza, será, automaticamente, acrescido ao valor líquido e certo do presente contrato a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por pronunciamento infrator, que deverá ser depositada na conta informada neste instrumento no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a realização da apresentação artística (show), sob pena de persecução jurisdicional em processo de execução, nos moldes do artigo 784, III, do Código de Processo Civil, podendo a **CONTRATADA** encerrar a apresentação artística de imediato, não tipificando aqui qualquer infração contratual e, por conseguinte, ato com condão de aplicação de penalidade e, ainda, dever reparatório por danos de qualquer natureza.

PARÁGRAFO QUARTO A contratação dos serviços constantes no presente instrumento não configurará em hipótese alguma reconhecimento de sociedade de fato, parceria ou qualquer outro instituto correlato de forma que cada uma das Partes assume integral e exclusivamente a responsabilidade por todas e quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relativas aos seus prepostos, bem como, ainda, responsabilizando-se civil e criminalmente por qualquer ato ilícito praticado por seus prepostos e terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO O descumprimento de qualquer das cláusulas previstas neste contrato por qualquer das Partes, poderá ensejar o ajuizamento de ação judicial de execução direcionada à persecução do valor contratual e suas majorações convencionais e legais, uma vez que tipificado o presente instrumento particular como título executivo extrajudicial, por conseguinte subscritor de valores líquidos, certos e exigíveis, nos exatos termos do artigo 784, III, do Código de Processo Civil.

PARÁGRAFO SEXTO Ocorrendo qualquer ato/fato de comprovada e exclusiva responsabilidade (culpa ou dolo) da **CONTRATANTE** e que coloque em risco a integridade física e/ou moral do artista, músicos e demais integrantes da equipe da **CONTRATADA**, além de equipamentos de propriedade desta e do público presente, ficará a critério exclusivo e por liberalidade da **CONTRATADA** a suspensão, se possível e até que corrigida a situação, e/ou o cancelamento da apresentação artística, não acarretando, em razão disso, nenhum prejuízo para a mesma e, inclusive, podendo exigir o pagamento do preço de contraprestação pela apresentação artística (cachê) pactuado neste contrato.

Banda Magníficos Produções e Eventos Ltda. | CNPJ: 01.509.178/0001-25

Av. Olímpio Gomes - Nº 73 - Andar Térreo - Centro - Monteiro-PB | CEP: 58.5000-000

Contatos: (81) 99421-2745 | (83) 3351-2780

Cancelada a apresentação em virtude do disposto neste parágrafo, além de não fazer jus à qualquer devolução dos valores já pagos, a **CONTRATANTE** deverá comunicar publicamente, no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas, inclusive veiculando a notícia em mídias eletrônicas (=sociais), assim como televisivas, radiofônicas e impressas da cidade que sediar o evento, a total e exclusiva responsabilidade pelo cancelamento, isentando a **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade, independentemente se houver comprovada culpa e responsabilidade por parte da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Cancelamento.

As partes reservam-se no direito de cancelar ou adiar o show, objeto deste Contrato, ocorrendo motivos de casos fortuitos ou de força maior, conforme preceitua o artigo 1.058, do Código Civil Brasileiro, assim entendido: Luto Oficial; Colapso de Energia; Epidemias; Catástrofes; Calamidade Pública; Doença Grave dos Artistas e/ou Fenômenos Meteorológicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro.

As partes elegem o Foro da Comarca do Recife, capital do Estado de Pernambuco, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões, ou litígios, eventualmente suscitados na interpretação deste Contrato. E por estarem assim, justos e acordes, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, obrigando-se a si e aos seus sucessores e herdeiros a qualquer título, firmando-se ainda na presença de duas testemunhas que também o assinam na melhor forma da Lei.

ANTONIO VICENTE
NASCIMENTO DA
COSTA
NETO:0398969426
0

Assinado de forma
digital por ANTONIO
VICENTE NASCIMENTO
DA COSTA
NETO:03989694260
Dados: 2024.12.04
10:35:27 -03'00'

Monteiro-PB, 18 de Novembro de 2024

JOSE INACIO DA
SILVA:37418319487

Assinado de forma digital por JOSE
INACIO DA SILVA:37418319487
Dados: 2024.12.04 17:35:33 -03'00'

CONTRATANTE

ANTONIO VICENTE NASCIMENTO DA COSTA NETO

RG: 31246184 SSP/AM

CPF: 039.896.94260

ELCIO CLEY
COELHO
FERREIRA:63977
222287

Assinado de forma
digital por ELCIO CLEY
COELHO
FERREIRA:63977222287
Dados: 2024.12.04
10:35:52 -03'00'

CONTRATANTE

ELCIO CLEY COELHO FERREIRA

RG: 13573500 SSP/AM

CPF: 639.772.22287

CONTRATADA

BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS

ARTÍSTICOS LTDA

JOSÉ INÁCIO DA SILVA

CPF: 374.183.194-87

TESTEMUNHAS:

1 - NOME:

CPF:

2 - NOME:

CPF:

Banda Magníficos Produções e Eventos Ltda. | CNPJ: 01.509.178/0001-25

Av. Olímpio Gomes - Nº 73 - Andar Térreo - Centro - Monteiro-PB | CEP: 58.5000-000

Contatos: (81) 99421-2745 | (83) 3351-2780



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2025-SMA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 016/2025**


DA: Equipe de Planejamento – Portaria nº 044/2025

PARA: Procuradoria Geral do Município-PGM

OBJETO: Realização do Show Artístico com a Banda denominado “**BANDA MAGNÍFICOS**” nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA.

Considerando o teor do Processo Administrativo nº. 065/2025, que originou a Inexigibilidade de Licitação nº. 016/2025, encaminhe-se os autos do processo em epígrafe para análise e manifestação através de Parecer da Procuradoria Geral do Município, nos termos do que prevê o Art. 53 da Lei 14.133/21. Após o que, devolva-se a Equipe de Planejamento para prosseguimento do feito.

Porto Franco, 27 de novembro de 2025.


PAULO HENRIQUE DA SILVA MOTA
Equipe de Planejamento - Matricula nº. 949171

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2025 – SMA

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2025 - SMA

SECRETARIA INTERESSADA: Secretaria Municipal de Administração.

OBJETO: Contratação do SHOW ARTÍSTICO com a "BANDA MAGNÍFICOS" para apresentação nas festividades de realização do Réveillon/2026 e Aniversário de 106 anos de emancipação política do município de Porto Franco – MA.

Assunto: Exame prévio dos Documentos para Formalização de Processo de INEXIGIBILIDADE, para efeitos de cumprimento da nova lei de licitações, (Lei federal 14.133/2021).

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. MODALIDADE INEXIGIBILIDADE. Contratação do SHOW ARTÍSTICO com a "BANDA MAGNÍFICOS" para apresentação nas festividades de realização do Réveillon/2026 e Aniversário de 106 anos de emancipação política do município de Porto Franco – MA. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Art. 74, II da LEI Nº 14.133/2021. Recomendações. Controle preventivo da legalidade.

I. RELATÓRIO

Recebe esta Procuradoria Geral pedido de parecer jurídico relativo ao processo administrativo nº 065/2025 para apresentação de Contratação do SHOW ARTÍSTICO com a "BANDA MAGNÍFICOS", por intermédio da empresa BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, representante exclusivo da banda musical respectiva, para apresentação nas festividades de realização do Réveillon/2026 e Aniversário de 106 anos de emancipação política do município de Porto Franco – MA, a ser realizado no dia 31 de dezembro de 2025 no município de Porto Franco - MA, pelo valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais).

Consulta-nos sobre a legalidade da modalidade adotada para o processo em questão (**INEXIGIBILIDADE**), para controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação, em cumprimento do disposto no **parágrafo único do art. 53 da Lei 14.133/2021**.

O processo teve início com:

- a) DFD - Documento de Formalização de Demanda assinado pelo Diretor de Cultura e Turismo, Edivan da Silva Oliveira;
- b) Despacho da lavra da Secretária Municipal de Administração, Valderice da Mota Neves, ordenadora de despesas, aprovando o DFD e determinando o prosseguimento do feito;
- c) Termo de abertura do processo e Portaria nº 044/2025 designando a equipe de planejamento;
- d) ETP (Estudo Técnico Preliminar) e Mapa de Risco subscritos pela equipe de planejamento, formada pelos servidores Maria Clara de Sousa Milhomem e Paulo Henrique da Silva Mota;
- e) Minuta do Termo de Referência;
- f) Documentos de habilitação, release e proposta da proponente BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 01.509.178/0001-25, Contrato de exclusividade (fls. 40-43) e Declaração de exclusividade (fls. 60);
- h) Despacho de dotação orçamentária (fls. 86);
- i) Termo de Referência,
- j) Análise de conformidade;
- l) Justificativa de Preços;
- m) Notas fiscais de serviços (fls. 114-126);
- n) Minuta do contrato.

É o que importa relatar.

II - ABRANGÊNCIA DA ANÁLISE JURÍDICA

Consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Procuradoria, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.

Assim, a análise está adstrita aos aspectos jurídicos-formais do procedimento atinentes a matéria. Aspectos técnicos relacionados ao objeto que se pretende contratar

saltam a alçada deste opinativo, bem como a conveniência e oportunidade da contratação, por se cuidar do próprio mérito administrativo.

III – ASPECTOS RELACIONADOS À INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DE ARTISTA COM FULCRO NO ART. 74, II, DA LEI Nº. 14.133/2021

Dispõe o art. 72 da Lei de Licitações que o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído conforme abaixo:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - **documento de formalização de demanda** e, se for o caso, **estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência**, projeto básico ou projeto executivo; (Grifos nossos)
- II - **estimativa de despesa**, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - **demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários** com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os **requisitos de habilitação e qualificação** mínima necessária;
- VI - **razão da escolha** do contratado;
- VII - **justificativa de preço**;
- VIII - **autorização** da autoridade competente. G.N.

O inciso I cita o “documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo”.

Portanto, para iniciar o procedimento de contratação direta, faz-se necessário oficializar a demanda. Cabe ao setor requisitante formalizar e justificar a necessidade da contratação, indicando os motivos e justificativas pertinentes. Deve-se, também, estimar o quantitativo necessário e indicar a data limite para o atendimento da necessidade.

O documento de formalização da demanda visa o “detalhamento da área requisitante, com a definição e a especificação das necessidades de negócio, técnicas,

estéticas e outras pertinentes, e dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução a ser contratada."

Consta nos autos o DFD às fls. 01-02 assinado pelo Diretor de Cultura e Turismo, Edivan da Silva Oliveira, restando a exigência a nosso ver cumprida, eis que consta o objeto da contratação, a justificativa da necessidade e observações gerais sobre data do show, local, pagamento e indicação da equipe de planejamento.

Foi apresentado o **Estudo Técnico Preliminar – ETP** (fls. 12-20) subscrito pela equipe de planejamento formada pelos servidores Maria Clara de Sousa Milhomem e Paulo Henrique da Silva Mota, o qual contém a descrição da necessidade, qual seja,

Por meio da Secretaria Municipal de Cultura, foi definida a necessidade de contratação de atração musical de grande porte, reconhecida nacionalmente e aclamada pelo público do município, de forma detalhada no Documento de Formalização de Demanda – DFD emitido pelo órgão. Em reunião com o Conselho de Cultura do Município, juntamente com a área técnica da citada secretaria e representantes populares, foram definidas 01 (uma) atração voltada ao público evangélico, 02 (duas) atrações voltadas ao público católico, 01 (uma) atração voltada para todos os públicos de renome nacional e 01 (uma) atração voltada para todos os públicos de renome regional, dentre aquelas que melhor representassem a cultura local e melhor aceitação popular, em cada seguimento, com repertório gospel e popular.

O item 6 do ETP trata da estimativa das quantidades a serem contratadas, sendo no presente caso, show de artista de renome nacional voltado ao público em geral, no dia 31/12/2025, com duração de 02 (DUAS) HORAS.

A estimativa do valor da contratação (item 8), aduz que foi levado em consideração as últimas contratações realizadas pelo município para esta festividade.

Quanto ao levantamento de mercado, a equipe de planejamento concluiu que

"A contratação de artistas de expressão nacional por inexigibilidade de licitação apresenta uma solução robusta e vantajosa para diversos aspectos da economia local e regional. Esta abordagem não apenas garante a qualidade e autenticidade das performances artísticas, mas também impulsiona a geração de emprego e renda em

várias frentes, proporcionando benefícios significativos para a comunidade.”

Na descrição da solução como um todo – item 09, a equipe de planejamento aduz que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a contratação de artistas por meio de Contratação Direta através de Inexigibilidade fundamentada pela Art. 74 da Lei 14.133/21.

Além disso, consta que “O Contratante deverá arcar com os custos de hospedagem, alimentação, camarim e estrutura para o show, conforme acordado entre a assessoria dos artistas e a equipe da Secretaria Municipal de Cultura”. Consta também que “os valores poderão ser pagos em duas parcelas, sendo 50% (cinquenta por cento) na assinatura do contrato e 50% (cinquenta por cento) no dia da apresentação”.

Sobre esse ponto, é importante ressaltar que **não é permitido pagamento antecipado, total ou parcial**, tal como dispõe o art. 145 da Lei nº. 14.133/21, salvo na se a antecipação de pagamento propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, **hipótese que deverá ser previamente justificada** no processo licitatório e expressamente prevista no instrumento formal de contratação direta. Esclarecendo que a administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

A Equipe de Planejamento assim justificou: “Tendo em vista as práticas do mercado de contratação de artistas consagrados, os valores poderão ser pagos em duas parcelas, sendo 50% (cinquenta por cento) na assinatura do contrato e 50% (cinquenta por cento) no dia da apresentação. Essa antecipação de pagamento é justificada pelas peculiaridades inerentes ao objeto a ser contratado, sendo uma prática popularizada e aplicada por todos os artistas do seguimento e, se não utilizada pelo município, poderá inviabilizar a solução considerada ideal”.

Ao final da ETP, a equipe de planejamento conclui pela viabilidade da contratação.

Destaque-se que também foi apresentado **Mapa de Riscos** levantando-se os prováveis riscos que podem vir a ocorrer na execução contratual, desde sua fase de planejamento até a conclusão do mesmo, e documentos (notas fiscais e contratos) demonstrando-se que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado na contratação em evidência, em obediência ao disposto no art. 72, incisos I e II, da Lei Federal no 14.133/2021, respectivamente.

Os incisos II e IV, do art. 72, da Lei nº. 14.133/2021 prevê estimativa de despesa e da demonstração da compatibilidade da previsão de recursos, tendo em vista que é vedado à Administração Pública realizar despesa sem prévia disponibilidade orçamentária, estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, nos termos da LC nº. 101/2000.

Ambos os documentos se justificam porque é vedado à Administração Pública realizar despesa sem prévia disponibilidade orçamentária, estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, nos termos da LC n. 101/2000

Sobre a estimativa de despesa o art. 23, § 4º da lei de licitações assim dispõe:

Art. 23.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo. Grifo nosso.

Nesse sentido, deve a Administração realizar exaustiva pesquisa de preços no mercado, comparando o cachê cobrado por aquele artista com outras apresentações em condições semelhantes àquelas em que se dará o evento. Tal consulta deverá incluir tanto o preço cobrado em eventos particulares como em eventos custeados por verba pública. Faz sentido a semelhança entre o evento que se quer promover e aqueles cujos preços servem de parâmetro para a demonstração da razoabilidade do cachê. Uma vez que um mesmo artista provavelmente cobrará cachês diferenciados se houver variação de elementos importantes nos eventos de que participar, como datas e duração do show, a compatibilidade com o mercado do preço proposto para o Poder Público somente estará evidenciada se os preços adotados como parâmetro forem de eventos similares, por se pressupor que os custos, nesses casos, também são similares.

Consta no processo de contratação notas fiscais às fls. 113-118 de show da Banda Magníficos em condições semelhantes, neste ano de 2025, no município de Feijó - AC, no valor de R\$ 351.500,00 (trezentos e cinquenta e um mil reais), Cidade de Santo

Estevão – BA, no valor de R\$ 332. 500,00 (trezentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), município de Urucurituba – AM, também pelo valor de R\$ 332.500,00 (trezentos e trinta e dois mil e quinhentos reais) e, por último, o município de Águas Formosas – MG, por R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), **todos com (01h) uma hora de apresentação**, restando evidenciado que o valor cobrado pelo show da Banda Magníficos, objeto do processo, no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), **que será pelo tempo de 2 horas de apresentação**, a nosso ver, está em conformidade com os praticados pela Banda musical respectiva, conforme Justificativa de Preços de fls. 110-112 dos autos.

Consta Despacho de dotação orçamentária (fls. 86) subscrito pelo contador-geral do município, Ardiles Silva Soares atestando existência de rubrica orçamentária para cobrir as despesas da contratação.

Acerca dos requisitos de habilitação (inciso V), parece não haver maiores dificuldades. São aqueles exigidos de todo aquele que opta por participar de uma licitação e que se encontram previstos nos arts. 62 e ss. da Lei n. 14.133/2021.

Observa-se que foram juntados ao processo os documentos de habilitação da empresa **BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA., CNPJ nº 01.509.178/0001-25**, empresa representante exclusiva da Banda musical, comprovando a regularidade fiscal, técnica e jurídica, posto que apresentou na ocasião, dentre outros, o Estatuto Social, registro civil de pessoa jurídica, atestados de capacidade técnicas, certidões negativas para com os tributos federais, para com a Dívida Ativa da União, de débitos trabalhistas, FGTS, CDNT, não havendo empecilho em contratar com o Poder Público Municipal, comprovando o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessários para a futura contratação pela municipalidade, como exige a norma do art. 72, V da Lei 14.133/2021.

Vale ressaltar, por fim, que, ao final, deve ser apresentada a autorização da autoridade competente para a contratação e realização da despesa por inexigibilidade, a qual deve ser instruída com despacho motivado e mantida à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 72, VIII e parágrafo único, da Lei n. 14.133/21).

Colacionados os documentos referidos nos tópicos anteriores, demonstrando o cumprimento dos pressupostos para a inexigibilidade de licitação, a equipe de planejamento elaborou **Termo de Referência (fls. 87-95)**, considerando as características particulares do ajuste e **com base no ETP**, contendo, no que coube, os requisitos previstos na Lei 14.133/2021 em seu art. 6.º, XXIII e suas alíneas: condições

gerais da contratação, necessidade da contratação por inexigibilidade de licitação; requisitos, modelo de execução do objeto, modelo de gestão do contrato, obrigações das partes e as condições de sua execução, informações de prazos, locais e outras balizas necessárias para viabilizar a prestação contratual e a consecução do interesse público vislumbrado, dotação orçamentária.

Acostou-se ao procedimento de inexigibilidade (fs. 107 a 10B9), a **Análise de Conformidade**, da lavra da equipe técnica de planejamento, opinando favoravelmente pela INEXIGIBILIDADE e conformidade do processo com a lei 14.133/2021.

IV - DA CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESE DE INEXIGIBILIDADE PREVISTA NO ART. 74, II, DA LEI 14.133/2021

Quanto à inexigibilidade, conforme dispõe o artigo 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição nos casos de contratação de profissional de setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, in verbis.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; G.n.

Analisando o dispositivo legal citado, deve constar os seguintes requisitos e condicionantes para tal contratação direta, de caráter cumulativo, qual sejam, a realização de contratação diretamente com o artista ou por intermédio de empresário exclusivo e a demonstração de consagração do artista perante a crítica especializada ou opinião pública.

Nesse sentido, para configurar a hipótese de contratação direta sob exame, cabível quando se pretende contratar artista para uma necessidade pública específica, faz-se necessário demonstrar o atendimento dos seguintes pressupostos:

(1) motivação da escolha do profissional através de sua consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública;

(2) contratação direta do profissional ou por meio de empresário exclusivo;

(3) preço de mercado, através da demonstração de que o cachê cobrado corresponde àquele que usualmente o artista recebe por apresentações semelhantes.

Portanto, para que se caracterize a situação de inexigibilidade descrita no supracitado dispositivo, é necessária a configuração, no caso concreto, do requisito de admissibilidade, qual seja, a inviabilidade de competição, que, em tais situações, somente se perfaz, através da presença cumulativa de dois pressupostos: a singularidade do serviço e a notória especialização do contratado.

Assim como em qualquer caso de licitação inexigível, a inviabilidade de competição deve estar presente no caso concreto para que se viabilize a contratação direta. Nessas situações, a disputa não é possível, não em virtude da exclusividade do profissional para desempenhar os serviços artísticos, **mas pela impossibilidade de seleção objetiva dos prestadores, dada a subjetividade natural das atividades de índole artística e cultural, que envolvem gostos e preferências incompatíveis com os critérios de seleção de um certame licitatório, respaldando-se a hipótese em evidência na ausência de competição face à individualidade do artista**, de modo que, conquanto possam existir diferentes alternativas para suprir a demanda administrativa, as características pessoais do profissional impedem a realização de um julgamento objetivo.

Destacamos que a inviabilidade de disputa decorre tanto da ausência de pluralidade de concorrentes quanto da peculiaridade da atividade a ser executada pelo particular (quando o serviço a ser efetuado for de natureza personalíssima, porque pressupõe, por exemplo, o desenvolvimento de atividade criativa e intelectual, no caso em comento, artística).

A inexigibilidade para contratação de serviços artísticos, por sua vez, encontra fundamento na **subjetividade**, posto que a arte não é ciência, não segue métodos, não é objetiva, e sim, a arte é expressão da alma, da sentimentalidade, da criatividade, portanto, singular.

Assim, a inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos não depende da inexistência de outros artistas que também possam prestar o serviço, mas refere-se à singularidade da expressão artística, e ainda, em razão da natureza do evento que se enquadra na margem do poder discricionário do Administrador, para inferir se o show a ser contratado por inexigibilidade é o mais adequado à plena satisfação do objeto.

Outrossim, frisa-se que deverão ser adunados aos autos do processo administrativo da contratação elementos que comprovem a consagração do artista. Nesse tocante, a doutrina e a jurisprudência dos Tribunais de Contas costumam indicar como meios capazes de auxiliar a demonstração da aclamação perante a opinião pública: *notícias de jornais e revistas sobre apresentações realizadas (com data e fonte de veiculação), comprovação do número de seguidores do artista em redes sociais, demonstração número de views de suas performances em aplicativos de streaming etc.* E no tocante à aceitação pela crítica especializada, pode-se cogitar de certificados relativos a prêmios, publicações especializadas do setor artístico etc.

Quanto à forma de comprovação em relação à opinião pública, recomenda-se a comprovação através de recortes de jornais e revistas, entrevistas e qualquer outro material que possua o condão de provar a popularidade do futuro contratado. Nesse sentido, analisando os documentos acostados (RELEASE fls. 68-80), bem que demonstra a consagração pelo público da BANDA MAGNÍFICOS, outra conclusão não se chega senão a que perfilhe pelo entendimento de que o serviço oferecido é de notória qualidade e especialidade técnica artística.

O preço a ser pago pelo show, no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), de acordo com as cópias das notas fiscais acostadas aos autos, bem como, considerando a JUSTIFICATIVA DE PREÇOS (fls.110-112) de lavra da equipe de planejamento, nos parece que está na média do valor cobrado em outros municípios, com a ressalva de que apresentações anteriores tiveram a duração de 1h30m enquanto a apresentação a ser contratada pela Prefeitura de Porto Franco será de 2 horas.

A fim de comprovar que o preço proposto está em simetria com o mercado, a empresa BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 01.509.178/0001-25, representante exclusiva da banda musical respectiva, fez apresentar notas fiscais eletrônicas (fls. 113 a 118) as quais comprovam que o valor cobrado está em perfeita consonância com o executado para realização de uma apresentação artística do grupo, como orienta o disposto no artigo 23, § 4.º da Lei 14.133/2021.

A nosso sentir, o parâmetro de preço a ser utilizado deve ser o praticado pelo próprio prestador do serviço a ser contratado, haja vista que são as características individuais do artista que justificam sua contratação por meio de inexigibilidade de licitação, sendo inadequado o comparativo de preços com outros profissionais, ainda que do mesmo ramo artístico.

Esta posição é amparada pela doutrina, conforme se extrai das lições de Jorge-
Ulysses Jacoby Fernandes:

É comum que determinadas contratações que recaem sobre objetos singulares encontrem nessa justificativa declarações evasivas. Mesmo os objetos de natureza singular têm um preço estimado no âmbito da razoabilidade, e, para ilustrar, basta lembrar que os leilões para objetos de arte iniciam-se com uma avaliação prévia e fixação de um lance mínimo. Todos os bens e atividades humanas possuem um valor que pode ser traduzido em moeda, pois, se não tiverem valor econômico, não podem ser objeto de contrato.

Um possível parâmetro é verificar o preço que o notório especialista cobra de outros órgãos para realizar idêntico ou assemelhado. Essa verificação pode ser feita pelas publicações no Diário Oficial de inexigibilidade ou pelas cópias de recibo fornecidas pelo agente a ser contratado. (nosso grifo)

Portanto, em relação a justificativa de preços, esta foi realizada pelo órgão competente do município. Esse é um ponto do presente procedimento que enseja maior dificuldade de opinião técnico-jurídica por parte desse órgão jurídico, posto que o assunto envolve análise técnica de preços, **matéria evidentemente não afeta a Procuradoria Geral.**

O ponto de convergência no caso, todavia, é que a Administração realizou estudo de preços, conforme atesta a JUSTIFICATIVA DE PREÇOS subscrita pela equipe de planejamento e as notas fiscais juntadas.

Em outras palavras, esses documentos produzidos por órgão técnico da Municipalidade merecem por parte desse órgão jurídico credibilidade e a aceitação indispensáveis para aprovação jurídica da contratação. Ademais, a base de preço estabelecida pela Administração foi extraída na forma preconizada pelo o **§ 4º, do art. 23, da Lei nº 14.133/2021**, isto é, preços praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes. **Claro que a responsabilidade pelos dados e as informações constantes dos autos é do responsável pela pesquisa e pelos atos praticados.**

Foi anexado também, a CARTA DE EXCLUSIVIDADE (fls.55) e CONTRATO COM EXCLUSIVIDADE (fls. 60) para a empresa BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA, CNPJ nº 01.509.178/0001-25, representante exclusiva da referida banda

musical, o que recebemos de boa-fé, dada a inexistência de documentos contrários, atendendo ao que versa o art. 74, § 2º da Lei 14.133/2021, abaixo transcrito:

Art. 74, § 2º. Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresária exclusiva a pessoa física ou jurídica que possua contrato, **declaração**, carta ou outro documento que **atesta a exclusividade permanente e contínua de representação**, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.
G.N.

Frise-se que o documento comprobatório deve necessariamente demonstrar que a exclusividade de representação é permanente e contínua, consoante estabelece a parte final do art. 74, § 2º da Lei 14.133/21 que aduz que fica **"afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico"**.

De outro turno, observa-se que a empresa BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVNTOS ARTÍSTICOS LTDA, CNPJ nº 01.509.178/00014-25, como já o dissemos comprovou regularidade fiscal, técnica e jurídica, comprovando o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessários para a futura contratação pela municipalidade, como exige a norma do art. 72, V da Lei 14.133/2021.

Consta ANÁLISE DE CONFORMIDADE às fls. 107/109, a equipe de planejamento atesta que o processo está de conformidade com as normas aplicáveis à Lei 14.133/2021.

Ressalte-se ainda que a **demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (art.72, IV da Lei 14.133/2021)** foi comprovado mediante a declaração de disponibilidade orçamentária apresentada pelo Contador-geral do município Ardiles Silva Soares, que consignou a existência de dotação orçamentária no orçamento institucional para a cobertura das despesas da contratação. Vale informar também que a assinatura do contrato e sua execução deve ser precedida da emissão do empenho prévio e integral.

Ao final, ainda deve ser apresentada a **autorização da autoridade competente para a contratação e realização da despesa por inexigibilidade**, a qual deve ser instruída com despacho motivado e mantida à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 72, VIII e parágrafo único, da Lei n. 14.133/21).

Considerando o disposto no art. 95, da Lei nº 14.133/2021, o instrumento de contrato é obrigatório, *ressalvados* os casos de dispensa pelo valor (inciso I) e de compras com entrega imediata e integral, sem obrigações futuras, independentemente do valor (inciso II).

Assim, na contratação ora analisada, será sempre necessária a formalização do contrato, seja qual o for o montante envolvido, com a estipulação das obrigações das partes contratantes e das sanções decorrentes de seu descumprimento, explicitando os deveres e as condições contratuais aplicáveis, de modo a evitar o surgimento de dúvidas que prejudiquem a execução contratual.

A regra contida no bojo do art. 89 da Lei 14.133/2021 estabelece acerca da formalização do contrato:

Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Todo contrato deverá mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

§ 2º Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.

No tocante aos elementos essenciais ao contrato, o **art. 92 da Lei 14.133/2021** os elenca em seus incisos, estando a minuta do contrato apresentada para análise, em consonância com a legislação pertinente.

No que se refere aos **critérios de pagamento** – CLÁUSULA SEXTA, item 6.1.1. da minuta do Contrato (fls. 98), que dispõe que o pagamento ocorrerá de forma parcelada, sendo 50% no ato da assinatura do contrato e os 50% restante em até 24 horas do dia da apresentação do evento, ou em sua totalidade, caso a tramitação processual autorize o pagamento somente próximo da data do evento, **cabe mais uma vez reforçar** nosso entendimento de que **em regra, a antecipação de pagamentos das despesas é vedada no âmbito da administração pública**, de acordo com a ordem

das etapas - empenho, liquidação e pagamento - estabelecidas pela Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro. De outro lado, a Lei 14.133/2021 deixa claro que não será permitido a realização de pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

Todavia, com base no art. 92, inc. VI e XII, e art. 145, § 1º, Lei 14.133/2021, *a antecipação do pagamento somente será possível quando propiciar à Administração Pública sensível economia ou represente condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.*

Assim, ressaltamos que nos contratos administrativos, em regra, é vedado o pagamento antecipado, parcial ou total, do objeto contratado, sendo excepcionalmente admitido desde que, motivadamente, seja justificado o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos:

- a) a medida proporcione sensível economia de recursos ou represente condição indispensável para a consecução do objeto;
- b) haja previsão expressa no edital de licitação ou no instrumento formal de contratação direta; e
- c) contenha no instrumento convocatório ou no contrato como cautela obrigatória a exigência de devolução do valor antecipado caso não haja execução do objeto no prazo contratual.

Diante do que a PGM **recomenda que as providências acima elencadas sejam adotadas pela administração, fazendo constar no contrato a exigência de devolução do valor antecipado no caso de inexecução do objeto pela CONTRATADA**, objetivando-se resguardar o interesse público e prejuízos ao erário.

Poderá ainda, a administração exigir garantias adicionais para fins de admissão do pagamento antecipado, na forma do art. 92, inciso XII, e art. 96, da Lei nº 14.133, considerando-se que a operação pode envolver riscos para a administração pública.

Alertamos que o contrato firmado deve ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, **no prazo de 10 dias úteis contados de sua assinatura**, nos termos estabelecidos no art. 94, II, da Lei 14.133/2021, **devendo, na publicação, haver a identificação dos custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas**, conforme § 2º do art. 94, da referida Lei.

Isso é importante não apenas para dar legitimidade ao ato em respeito ao princípio da publicidade e da transparência resultando no controle social, mas também,

para que a Administração Pública possa ter parâmetros de comparação dos preços praticados por este mercado.

Portanto, uma vez autorizada a contratação direta e firmado o respectivo contrato, fica a Administração Pública, no dever de publicar o extrato do contrato no sistema próprio, com disponibilização automática, via integração, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no parágrafo único do art. 72 c/c o art. 94, ambos da Lei nº 14.133/2021, como segue abaixo

Art. 72. Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

(...)

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 2º A divulgação de que trata o caput deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

V. CONCLUSÃO

Assim, por todo exposto, desde que observados os **apontamentos e recomendações** acima enumeradas, no que tange estritamente aos aspectos jurídicos-formais, esta Procuradoria Geral entende que é viável a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.

Saliente-se que a veracidade das informações contidas no presente processo administrativo é de responsabilidade dos servidores da pasta requisitante e da equipe de planejamento, incluindo o ordenador de despesas, não cabendo ao órgão de assessoramento jurídico diligenciar a autenticidade dos atestes.

Ressalvamos ainda, o caráter meramente **opinitivo** do presente parecer, e principalmente verificado o respeito à autoridade competente em acatá-lo ou entender

de forma diversa para atender melhor o interesse público e às necessidades desta
Administração Pública.

É o entendimento jurídico desta Procuradoria Geral do Município de Porto
Franco, Estado do Maranhão, salvo melhor juízo.

Porto Franco (MA), 03 de dezembro de 2025.

NEIRIVAN RODRIGUES SILVA CHAVES
Procuradora-Geral – OAB/MA 5681

MARCO AURÉLIO GONZAGA SANTOS
Procurador Adjunto OAB/MA 4.798

JOSÉ RAIMUNDO NUNES SANTOS
Procurador OAB/MA 3.942

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2025-SMA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 016/2025



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

OBJETO: Realização do Show Artístico com a Banda denominado "**BANDA MAGNÍFICOS**" nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA.

CONTRATADA: BANDA MAGNIFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA - CNPJ/MF sob o nº 01.509.178/0001-25.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura.

VALOR GLOBAL: R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores.

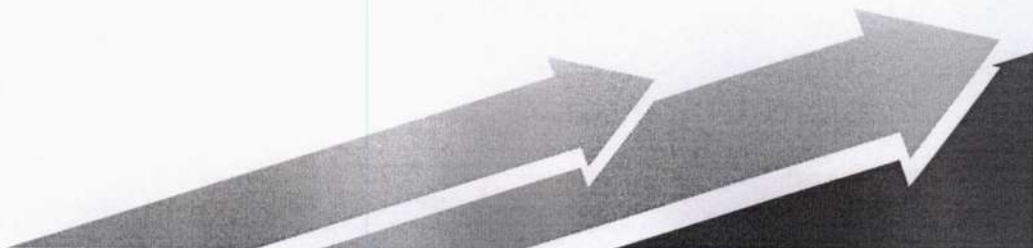
Considerando o que consta no Processo Administrativo em epigrafe, **RATIFICO** a Inexigibilidade de Licitação em todos os seus termos, com base no Parecer Jurídico às fls. 128 a 143, na justificativa apresentada pela Equipe de Planejamento constante os autos, amparada nas disposições do artigo 74, inc. II, da Lei nº 14.133/21 e suas atualizações.

Nestes termos,

Porto Franco/MA, 09 de dezembro de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Valderice da Mota Neves - Secretária Municipal de Administração
e Ordenadora de Despesas



CONTRATO Nº 092/2025-SMA
PROCESSO ADMINIST. Nº.065/2025-SMA

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE
SICELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTOFRANCO/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E A BANDA
MAGNIFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS
ARTISTICOS LTDA, NA FORMA ABAIXO.**

O **MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.208.946/0001-24, com sede na Praça Demétrio Milhomem, n.º 10, Centro, Porto Franco/MA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, por sua titular a Secretária Municipal de Administração VALDERICE DA MOTA NEVES, brasileira, divorciada, servidora pública municipal, portadora da cédula de Identidade RG n.º 029076532005-0, SSP-MA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 343.896.523-20, residente e domiciliada na Praça Gonçalves Dias, n.º 325, Centro, nesta cidade de Porto Franco/MA, nomeada Ordenadora de Despesas através do Decreto Municipal n.º. 008/2025 de 10 de janeiro de 2025, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **BANDA MAGNIFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.509.178/0001-25, sediada na Av. Olímpio Gomes, n.º 73, Andar Térreo, Centro, Cep: 74.810-030, na cidade de Monteiro/PB, neste ato representada pelo sócio administrador JOSÉ INÁCIO DA SILVA, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 1.009.831, SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob n.º 374.183.194-87, residente e domiciliado à Rua Maria da Salete Nunes, 121, Centro, na cidade de Monteiro/PB, CEP: 58.500-000, doravante denominada **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº065/2025-SMA - Inexigibilidade de Licitação nº. 016/2025-SMA, resolvem de comum acordo celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO** em estrita observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Constitui objeto do presente contrato a realização do Show Artístico com a Banda denominado **"BANDA MAGNÍFICOS"** nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da Contratação:

Valderice

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | QUANTIDADE | V. UNIT. | V. TOTAL |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------|-------------------|
| 01 | APRESENTAÇÃO DO SHOW COM A "BANDA MAGNÍFICOS" NO (SHOW DA VIRADA) PREVISTO PARA ACONTECER NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2025, COM PREVISÃO DE INÍCIO DE ACORDO COM A PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COM 2:00(DUAS HORAS) DE APRESENTAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DE PREÇO APRESENTADA. | 01
APRESENTAÇÃO | 470.000,00 | 470.000,00 |
| TOTAL | | | | 470.000,00 |

1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. A Proposta do contratado;
- 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

- 2.1. O prazo de vigência deste contrato é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. Nos contratos assinados eletronicamente, será considerada a data da última assinatura;
- 2.3. A eficácia do mesmo dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Porto Franco;
- 2.4. A contratada será convocada pela Administração, por escrito, para a assinatura do respectivo contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da datada convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS: (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. Fica estabelecido a forma de execução indireta, sob o regime Empreitada Por Preço Global, nos termos do art. 6º, XXIX, da Lei 14.133/2021.
- 3.2. A execução do objeto ocorrerá em remessa ÚNICA;
- 3.3. O início da execução dos serviços deverá ocorrer na data prevista na Ordem de Serviço.
- 3.4. O prazo de execução dos serviços será até a data estabelecida para a realização da apresentação;

Valdeir



3.5. A apresentação ocorrerá na seguinte data: 31 de dezembro de 2025 nas festividades do Réveillon/2026 e Aniversário de 106 anos de emancipação Política do Município, a se realizar na Praça da Família neste município.

3.6. As datas, locais e horários poderão sofrer alterações por parte da Administração desde que justificado e aceito pelo CONTRATADO;

3.7. Os serviços serão executados conforme as especificações contidas no Termo de Referência e demais instrumentos de contratação;

3.8. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual;

3.9. O objeto deste contrato não será recebido de forma provisória;

3.10. A fiscalização desta contratação será realizada pelo(a) servidor(a) JOSÉ CARLOS DA SILVA, Matrícula 949201-2, legalmente designado para esta finalidade;

3.11. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios ocultos, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

3.12. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO: (art. 92, V)

5.1. O valor total da presente contratação perfaz a importância de **R\$ 470.000,00** (quatrocentos e setenta mil reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO: (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento do valor pactuado se fará nas condições estipuladas na Proposta de Preços:

6.1.1. O pagamento será realizado de forma parcelada, sendo **50%** (cinquenta por cento) no ato da assinatura do contrato e os **50%** (cinquenta por cento) restantes, até o dia da apresentação no evento, mediante a entrega da Nota Fiscal junto ao SETOR DE

FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL ou em sua totalidade caso a tramitação processual autorize o pagamento somente próximo da data do evento;

6.2. O pagamento será realizado através de depósito bancário:

6.2.1. A conta fornecida para o pagamento deverá estar em nome da empresa Contratada;

6.2.2. O pagamento deverá ser efetuado através de transferência eletrônica na conta corrente da CONTRATADA, a seguir descrita: Banco do Brasil, Agência: 0229-1, Conta Corrente 5.520-4, Chave PIX jotinha@bandamagnificos.com.br, conforme indicado pela Contratada na Proposta de Preços.

6.3. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento fiscal, as certidões comprovando a sua situação regular perante a Seguridade Social, às Fazendas Federal, Estadual, Municipal e/ou Distrito Federal do domicílio/sede da Contratada e da quitação da Dívida Ativa da União e Justiça do Trabalho;

6.4. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, de acordo com a variação do IGP- M/FGV, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, acrescido de juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, e multa de 10% (dez por cento);

6.5. A CONTRATADA não está sujeita a retenção de INSS prevista no inciso XXI do artigo 112 da Instrução Normativa nº 2110/2022, por não se tratar o presente instrumento de cessão de mão de obra, conforme conceito disposto no artigo 108 da mesma instrução, uma vez os serviços aqui dispostos têm caráter eventual. A CONTRATADA não sofrerá ainda retenção de PIS/COFINS/CSLL e IRPJ por não se tratar o presente instrumento de locação de mão de obra, porquanto os serviços a que tratam o presente instrumento são prestados diretamente pelos sócios da CONTRATADA e também pelo fato de não se enquadrarem como organização de feiras, congressos, seminários, simpósios e congêneres;

6.6. Caberá exclusivamente a CONTRATANTE a liberação da realização do espetáculo junto a todos os órgãos públicos e entidades de classe, bem como junto às autoridades locais, além de todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições de qualquer espécie ou natureza devidos, por força de Lei, a todos e quaisquer órgãos Municipais, Estaduais ou Federais, com antecedência de 05 (cinco) dias da data prevista para a realização da apresentação artística a que se refere o presente instrumento;

6.7. O não cumprimento do estabelecido nesta cláusula desobriga a CONTRATADA da realização da apresentação artística, sem gerar qualquer obrigação, seja de que natureza for para a mesma;

6.8. Os tributos incidentes ou não, relativos à contratação do serviço será praticada conforme a legislação vigente, seja ela federal, estadual ou municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE: (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Assinatura

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste CONTRATO;
- 8.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada.
- 8.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.7. A CONTRATANTE deverá fornecer, às suas expensas, à CONTRATADA, equipe de segurança, devidamente uniformizada e identificada, com o objetivo de ser realizada tanto a segurança da DUPLA, quanto de toda a equipe envolvida e espectadores, durante toda a permanência da DUPLA no local do evento, estendendo-se o sistema de segurança a todos os lugares, principalmente palco (frente e laterais), camarim, traslados e hotel.
- 8.8. Fica sob a responsabilidade da CONTRATANTE, produção local para realização do show, hospedagem, camarim, vans, carregadores e os itens exigidos no *rider técnico* da dupla.
- 8.9. O CONTRATANTE deve garantir a regulamentação do evento por meio de pagamento de todas as licenças e alvarás necessários, inclusive a taxa do ECAD (Escritório central de arrecadação e distribuição).

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. Não transferir os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, nem oferecer os direitos dele decorrentes como garantia de qualquer espécie, sem o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.
- 9.2. Responsabilizar-se civil, penal e administrativamente, pelos danos porventura causados a terceiros, ou à própria CONTRATANTE, em virtude de dolo ou culpa de seus representantes, prepostos ou empregados, na execução direta ou indireta deste contrato.
- 9.3. Suportar os encargos e despesas que, direta ou indiretamente, se relacionem com a execução dos serviços contratados, abrangendo, os custos de mão-de-obra, equipamentos, depreciações, comunicações, despesas de escritório, obrigações

Verdeprece



trabalhistas e previdenciárias, encargos sociais, tributários fiscais e comerciais e demais obrigações de direito.

9.4. Inexistem entre o artista, representados, funcionários e técnicos responsáveis pela montagem, desmontagem e demais condições que proporcionem a operacionalização e a realização do espetáculo e a CONTRATANTE, qualquer vínculo de natureza trabalhista, previdenciário ou fiscal.

9.5. Realizar a apresentação artística pretendida na data, horário, e local previamente indicado pela Secretaria de Cultura do Município, com **apresentação exclusiva da dupla** no Show da Virada do Município de Porto Franco/MA.

9.6. Comprovar a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, por ocasião, da assinatura do contrato.

9.7. Manter a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista durante o período de contratação.

9.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.9. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a utilizar as imagens do show exclusivamente para efeito de publicidade do evento, sendo vedada a comercialização ou mesmo a cessão, ainda que gratuita, das imagens para outra finalidade que não seja a acima descrito.

9.10. O repertório musical será de inteira responsabilidade da CONTRATADA e não haverá nenhuma oposição por parte da CONTRATANTE;

CLÁUSULA DÉCIMA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 10.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 1% a 5% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 10.1, a multa será de 1% a 2% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Valdeir

10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Verônica



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.1.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município deste exercício, na dotação a

Assinado



seguir discriminada: ÓRGÃO: 12 – SEC. MUN. DE JUVENTUDE E
CULTURA/TURISMO/LAZER; UNIDADE: 00 – SEC. MUN. DE JUV.
CULTURA/TURISMO/LAZER; AÇÃO: 13.392.0473.2048.0000 – PROMOÇÃO DE
FESTIVIDADES, EVENTOS E COMEMORAÇÕES DO CALENDÁRIO CULTURAL;
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS –
PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS: (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES:

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

15.2. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual de Porto Franco/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Porto Franco/MA, 12 de Dezembro de 2025.

Valderice de Mota Neves

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Valdericeda Mota Neves – Secretária Municipal de Administração e
Ordenadora de Despesas
CONTRATANTE

**JOSE INACIO DA
SILVA:37418319487**

BANDA MAGNIFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTISTICOS LTDA
José Inácio da Silva – Representante Legal
CONTRATADA

Assinado de forma digital por JOSE
INACIO DA SILVA:37418319487
Dados: 2025.12.12 16:34:44 -03'00'

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2025-SMA. REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 065/2025-SMA, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2025-SMA; **PARTES:** MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, CNPJ nº 06.208.946/0001-24, e de outro lado a empresa **BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA**, CNPJ n.º 01.509.178/0001-25; **OBJETO:** Realização do Show Artístico com a Banda denominado **"BANDA MAGNÍFICOS"** nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA; **VALOR:** R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 14.133, de 01/04/2021, alterações posteriores e demais legislações pertinentes; **VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) dias; **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** ÓRGÃO: 12 – SEC. MUN. DE JUVENTUDE CULTURA/TURISMO/LAZER; UNIDADE: 00 – SEC. MUN. DE JUV. CULTURA/TURISMO/LAZER; AÇÃO: 13.392.0473.2048.0000 – PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES, EVENTOS E COMEMORAÇÕES DO CALENDÁRIO CULTURAL; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 12 de dezembro de 2025; **SIGNATÁRIOS:** Secretária Municipal de Administração, VALDERICE DA MOTA NEVES, pela Contratante e JOSÉ INÁCIO DA SILVA, representante legal, pela Contratada.



SUMÁRIO

Descrição

Página

EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2025-SMA..... 1

EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2025-SMA.

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2025-SMA. REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 065/2025-SMA, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2025-SMA; **PARTES:** MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, CNPJ n.º 06.208.946/0001-24, e de outro lado a empresa BANDA MAGNÍFICOS PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA, CNPJ n.º 01.509.178/0001-25; **OBJETO:** Realização do Show Artístico com a Banda denominado "**BANDA MAGNÍFICOS**" nas festividades de realização do Réveillon/2026 (SHOW DA VIRADA) e comemoração do ANIVERSÁRIO DE 106 ANOS de Emancipação Política do município de Porto Franco/MA; **VALOR:** R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 14.133, de 01/04/2021, alterações posteriores e demais legislações pertinentes; **VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) dias; **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** ÓRGÃO: 12 – SEC. MUN. DE JUVENTUDE CULTURA/TURISMO/LAZER; UNIDADE: 00 – SEC. MUN. DE JUV. CULTURA/TURISMO/LAZER; AÇÃO: 13.392.0473.2048.0000 – PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES, EVENTOS E COMEMORAÇÕES DO CALENDÁRIO CULTURAL; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 12 de dezembro de 2025; **SIGNATÁRIOS:** Secretária Municipal de Administração, VALDERICE DA MOTA NEVES, pela Contratante e JOSÉ INÁCIO DA SILVA, representante legal, pela Contratada

